

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

LUCIANA RUMÃO NEVES

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: ANDRÉ REBOUÇAS PARA O
MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

RIO DE JANEIRO

2014

LUCIANA RUMÃO NEVES

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: ANDRÉ REBOUÇAS PARA O
MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social como requisito para a obtenção do grau de mestre em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, orientada pela Prof.^a Dr.^a. Andréa Lopes da Costa Vieira

RIO DE JANEIRO

2014

Neves, Luciana Rumão.

N518 Memória e esquecimento: André Rebouças para o movimento negro brasileiro / Luciana Rumão Neves, 2014.
125 f. ; 30 cm

Orientador: Andréa Lopes da Costa Vieira.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

1. Rebouças, André, 1838-1898. 2. Identidade social. 3. Negro - Identidade racial. 4. Memória - Aspectos sociais. I. Vieira, Andréa Lopes da Costa. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

LUCIANA RUMÃO NEVES

**MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: ANDRÉ REBOUÇAS PARA O
MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Área de concentração:
Aprovada em 29 de Setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Andréa Lopes da Costa Vieira – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dr^a Edlaine de Campos - PPGMS
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Professora Dr^a Patrícia Farias – Escola de Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para conclusão do mesmo.

A dissertação que ora apresento, foi para mim uma difícil experiência, uma tarefa levada a cabo ao custo de muitas noites insones e incontáveis canecas de café, sempre sob a ameaça invariável do tempo e dos descomedimentos tão próprios aos que começam. Os dias de pesquisas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde obtive nos diários de André Rebouças inspiração para a escolha deste tema, foram maravilhosos devido à oportunidade de enriquecer a minha alma e o meu conhecimento, através das diversas fontes sobre este grande abolicionista. Comecei e prossegui e, ao fim e ao cabo, conclui a tarefa iniciada. Ao êxito relativo, argumento que só eu sei as agruras que padeci.

Agradeço aos meus amigos da UNIRIO e UERJ, que me incentivaram a prosseguir na caminhada na instituição UNIRIO, que me ajudaram com conselhos e incentivos para a realização desta dissertação.

Agradeço à pessoa calorosa e humana da minha orientadora Prof.^a Dr.^a Andréa Lopes da Costa Vieira que tem sido muito compreensiva, humana e solícita em tudo que eu necessitava para a dissertação com a sua estimável experiência, conselhos e orientações.

Todos esses que mencionei e aos que eu não pude citar meu carinho e agradecimentos sinceros.

Sou Negro

meus avós foram queimados

pelo sol da África

minh`alma recebeu o batismo dos tambores atabaques, gonguês e agogôs

Contaram-me que meus avós

vieram de Loanda

*como mercadoria de baixo preço plantaram cana pro senhor do engenho novo
e fundaram o primeiro Maracatu.*

Depois meu avô brigou como um danado nas terras de Zumbi

Era valente como quê

Na capoeira ou na faca

escreveu não leu

o pau comeu

Não foi um pai João

humilde e manso

Mesmo vovó não foi de brincadeira

Na guerra dos Malês

ela se destacou

Na minh´alma ficou

o samba

o batuque

o bamboleio

e o desejo de libertação...

Solano Trindade

RESUMO

O principal objetivo desta dissertação é identificar a representação social da memória de André Rebouças abolicionista, engenheiro e intelectual do século XIX no movimento negro, analisando a sua representação na memória coletiva nos grupos sociais afro-brasileiros através de bibliografias e documentos e de narrativas dos militantes. Utilizando o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs para ressaltar que o movimento negro, como todo movimento social, partilha uma memória construída a partir de personagens, lugares herdados e vividos, enfatizando dados pertencentes à história do grupo, forjando fortes referências a um passado comum.

Palavras-chave: André Rebouças. Movimento negro. Identidade. Memória.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to identify the social representation of the memory of the abolitionist André Rebouças, engineer and intellectual of the nineteenth century for the black movement, analyzing its representation in the collective memory in the Afro Brazilian social groups through bibliographie, documents and narratives of the militants. Using the concept of collective memory of Maurice Halbwachs to emphasize that the black movement, like any other social movement, shares a memory built from characters, places and lived legacy, emphasizing data pertaining to the history of the group, forging strong references to a common past .

Keywords: André Rebouças. Black movement. Identity. Memory

LISTA DE ABREVIATURAS

CEAP	–	Centro de Articulações de Populações Marginalizadas
CEERT	–	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
Cedenpa	–	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
ENEN	–	Encontro Nacional de Entidades Negras
FECONEZU	–	Festival Comunitário Negro Zumbi
FNB	–	Frente Negra Brasileira
FUNDAJ	–	Fundação Joaquim Nabuco
Geledés	–	Instituto da Mulher Negra
GTAR	–	Grupo de Trabalho André Rebouças
IHGB	–	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IPEAFRO	–	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
IPCN	–	Instituto de Pesquisa de Cultura Negra
MUCDR	–	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
MNU	–	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	–	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
SECNEB	–	Sociedade de Estudo de Cultura Negra no Brasil
SINBA	–	Sociedade de Intercâmbio Brasil África
TEN	–	Teatro Experimental do Negro
UFF	–	Universidade Federal Fluminense
UNEGRO	–	União dos Negros pela Igualdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 MEMORIAL SOCIAL, IDENTIDADE, MOVIMENTO NEGRO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	116
1.1 Espaço, memória, e identidade	20
1.2 Raça, Identidade Negra e Cultura Negra no Brasil.....	209
1.3 Memória e esquecimento de André Rebouças	37
2 ANDRÉ REBOUÇAS, E SUA MEMÓRIA	41
2.1 O cenário brasileiro no século XIX e as origens de André Rebouças	41
2.2 André Rebouças, o engenheiro e homem de negócios	49
2.3 André Rebouças, o abolicionista	52
2.4 A amizade de Rebouças e o Imperador D. Pedro II	527
2.5 André Rebouças, um assimilado na Corte do Brasil	63
3 O MOVIMENTO NEGRO E SUA MEMÓRIA	69
3.1 Os primeiros movimentos sociais afro-brasileiros	71
3.2 Os movimentos sociais afros decisivos do século XX no Brasil: A Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado. ...	79
3.3 Movimento Negro Contemporâneo: A noção de raça e o transnacionalismo negro na construção da identidade	85
3.4 Movimento Negro e as práticas de mobilização	90
3.5 Momentos Históricos do Movimento Negro	903
4 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DE ANDRÉ REBOUÇAS NO MOVIMENTO NEGRO.....	938
4.1 A Memória de André Rebouças no final do século XIX e início do século XX.....	98
4.1.1 Monarquistas e republicanos: A disputa da memória oficial do Brasil e o apagamento da memória de André Rebouças	980

4.2	A Memória de André Rebouças no Movimento negro a partir da década de 1930 até os dias atuais.	104
5	CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS	113
5.1	INTRODUÇÃO	113
5.2	CONCLUSÕES	114
5.3	TRABALHOS FUTUROS.....	114
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

Da abolição ele foi o maior, não pela ação exterior, ou influência direta sobre o movimento, mas pela força e altura da projeção cerebral, pela rotação vertiginosa de ideias e sensações em torno eixo consumidor e cadente, que era para ele o sofrimento do escravo.¹

Joaquim Nabuco

A epígrafe acima de Joaquim Nabuco apresenta André Rebouças como uma das figuras mais importantes do movimento abolicionista do século XIX. De fato, Rebouças é considerado um dos principais personagens da história do Brasil pré-republicano, seja por seu papel no movimento abolicionista, seja por ser, contraditoriamente, um homem negro, com representatividade social e política em um país ainda escravocrata. Considerando tais perspectivas, esta dissertação propõe compreender como a figura de André Rebouças, engenheiro, intelectual e abolicionista negro, fundamental para a observação das relações raciais e movimento abolicionista do século XIX, alimenta a memória e as representações do movimento negro.

O trabalho justifica-se pelo fato da importância do tema em atender a lei 10639/03, que tem por objetivo reparar os erros eurocêntricos que anos de colonização e branqueamento cultural causaram na sociedade brasileira. Esta lei visa atender as diversidades no Brasil, termo que tem sido muito discutido nos últimos anos. Entende-se por diversidade as diferentes questões relacionadas a cor, gênero, etnias, deficiências físicas e mentais. Porém, esse termo tem sido utilizado fora de contexto, com imprecisão e ambiguidades. Percebe-se que um mesmo indivíduo pode estar incluído nessas diversas questões mencionadas.

Essas diversidades também ficam evidenciadas no ambiente escolar onde se reproduz as desigualdades raciais e sociais. A escola por ser uma instituição responsável pela transmissão e preservação das tradições, ratifica através das práticas cotidianas, festas e homenagens aos símbolos nacionais, a história de uma

¹ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**, p140-142.

nação. A história e cultura dos grupos de minorias, geralmente os dominados, não se encontram representados no ambiente escolar. Por isso se faz necessário, a lei 10639/03 que altera a LDB/96 e reconhece a contribuição das populações afro-brasileiras e africanas na formação da cultura e da história do Brasil. A lei propõe, entre outras mudanças, introduzir a cultura e a história afro-brasileira nos conteúdos ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

O trabalho justifica-se, também, pela importância no campo da memória social em trabalhar com grupos afro-brasileiros. Por isso, pesquisar e dissertar sobre as personagens negras históricas e os movimentos sociais afro-brasileiros, de fato, auxilia no resgate da memória e da história do negro no Brasil, e esta dissertação traz um novo viés ao analisar a representação social deste personagem, em questão, no movimento negro.

Entretanto, faz-se necessário um questionamento para esta pesquisa em relação aos possíveis personagens negros do passado. Haveria um esquecimento do movimento negro referente aos demais personagens de destaque do passado? Há um esquecimento da figura de André Rebouças nesses movimentos? Houve uma política de apagamento de sua memória pela história oficial? Teria o movimento negro dificuldade em lembrar a figura desse homem pelo fato de ter sido um negro assimilado em seu tempo? Nesta dissertação será apresentado um André Rebouças ligado às causas sociais, porém com atitudes assemelhadas à elite social brasileira que, em muitas das vezes, eram confundidas com a de um homem branco da elite. Esta pesquisa evidenciará a necessidade de estudar a figura de Rebouças dentro desses movimentos sociais.

A questão principal deste trabalho é identificar a representação social de André Rebouças no movimento negro. E um dos pontos conceituais importantes para este estudo é o processo complexo de construção das memórias e identidades, e como elas se definem no movimento negro e no personagem de André Rebouças.

Neste sentido, esta dissertação tem como objetivo fundamental mostrar como o movimento negro atual, no Brasil, representa e constrói a lembrança de André Rebouças e do mesmo modo entender as possíveis contribuições que esta

memória possa dar para a formação identitária e do imaginário social desse grupo que luta por reivindicações e reconhecimento.

A metodologia deste trabalho procurou, através da análise das bibliografias sobre o movimento negro e alguns dos seus militantes, perceber a representação social da memória de André Rebouças e, ainda, busca analisar e interpretar as construções de sua identidade e seu processo de elaboração no contexto dos grupos afro-brasileiros.

A dissertação ficou assim dividida: No primeiro capítulo foi realizado um debate teórico referente aos conceitos que norteiam este trabalho, no campo da memória, identidade e representação social.

No segundo capítulo foi apresentada a vida e as obras de André Rebouças, ressaltando como este intelectual do século XIX construiu sua trajetória de vida. Contextualizando a história deste personagem no seu tempo, desvencilhando de narrativas romantizadas, todavia não pretendendo aqui apenas realizar uma crítica sistemática do conteúdo das biografias, mas sim, ressaltar traços que permitam construir um perfil deste homem.

Neste capítulo além das biografias citadas sobre André Rebouças e bibliografias consultadas, foram realizadas pesquisas aos seus diários que estão na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) em Pernambuco, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, para melhor expor a sua memória.

No terceiro capítulo foi ressaltada a memória do movimento negro brasileiro, a sua história, lutas, seus atores e suas propostas. Revelando como este construiu sua identidade e memória, através de sua trajetória como movimento social, que realizou e continua realizando suas disputas identitárias, em contraposição à memória oficial brasileira, contra a discriminação e os problemas sociais que afligem os negros brasileiros.

Neste capítulo foi trabalhado o conceito de movimento social como grupo organizado, sob uma liderança; possuindo programa, objetivos ou plano comum e a união desse grupo social baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia, visando um fim específico ou uma mudança social (SCHERER-WARREN, 1987).

Observa-se também, a nova dinâmica dos grupos sociais a partir da segunda metade do século XX no Brasil que se diversificaram e complexificaram diante das transformações sociais e econômicas ocorridas nesse período, após o movimento pela redemocratização do país acarretando assim, o surgimento de novos movimentos sociais principalmente os afro-brasileiros.

Boschi (1987) aborda o complexo momento vivido no Brasil durante o período da ditadura militar, onde os movimentos associativos nas formas urbanas de mobilização surgiram, durante a década de 1970. Esse contexto possuía elementos de instabilidade considerável para enraizar ainda mais o autoritarismo ou fazer emergir a democratização no Brasil. O fim do regime ditatorial, na década de 1980, marca o início de um momento muito frutífero no ponto de vista da diversificação dos movimentos sociais, que propagaram várias e novas temáticas, como a questão dos negros, dos índios, das mulheres e do meio ambiente.

Através do Movimento Diretas-Já ficou evidente a força e a determinação da sociedade brasileira em não aceitar as truculências do regime que havia se instalado em 1964, fortalecendo assim, a sociedade civil, aumentando a sua autoestima e originando, no período entre 1985 e 1988, o amplo movimento pela Constituinte, responsável pela nova Carta Constitucional (1988), que introduziu vários dispositivos centrados na garantia de direitos sociais (SOARES DO BEM, 2006).

Diante dessa complexidade, o conceito de movimento negro que será abordado neste capítulo foi definido por Rufino dos Santos (1994), como um conjunto de ações de mobilização política, fundadas e promovidas pelos negros no Brasil como forma de libertação e de caráter assistencialista, político e cultural, feito por entidades religiosas. A partir desse conceito explicitado acima, a pesquisa sobre movimento negro abordou o processo da construção da memória desse grupo social, que se tornou evidente através de jornais, revistas, associações assistencialistas, grupos recreativos, grupos culturais afro-brasileiros e grupos políticos, deixando transparecer a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade, em particular os provenientes do preconceito e da discriminação racial, que os marginaliza nos diversos setores da sociedade tais como o sistema educacional, político, social e cultural brasileiro.

Ressaltamos as diversas disputas internas e externas desse grupo social complexo na sua luta contra o mito da democracia racial², no desejo de democracia, igualdade e justiça social. Evidenciamos também a trajetória de algumas lideranças negras na luta por melhores condições de vida para a população negra e contra o racismo. Destaca-se como um importante elemento que deve ser levado em consideração por esses diferentes movimentos sociais nesta pesquisa, visto que segundo Hanchard (2001), esses grupos sociais não eram entidades restritas aos seus Estados-nação, existia uma circulação de referenciais, trocas de ideias com os diversos movimentos pelo mundo exigindo assim, a necessidade de compreender as configurações das lutas contra o racismo em diferentes lugares e períodos históricos.

No quarto capítulo foi identificada a memória que os movimentos negros contemporâneos possuem de André Rebouças e qual a sua importância para eles através das entrevistas que estão nos livros “Lideranças Negras” e “História do movimento negro no Brasil”. Após a análise dessas informações foi definida qual a representação social da memória desse personagem para esses movimentos sociais e, quais as contribuições que a sua história gerou para a construção das identidades dos movimentos negros no Brasil.

Nesta dissertação apresenta-se o processo de significação de sua memória para esse movimento social.

² O mito da democracia as relações raciais no Brasil ocorreram de forma amistosa sem conflito entre o negro, branco e o indígena. Este mito seria comprovado através da elevada miscigenação brasileira. Gilberto Freire reforça essa teoria em seu livro *Casa Grande Senzala*.

1 MEMÓRIA SOCIAL, IDENTIDADE, MOVIMENTO NEGRO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Pesquisar movimentos sociais representa entender as diversas identidades que estão presentes em um mesmo grupo social. Essas reivindicações identitárias em algumas versões estão baseadas na natureza, na raça e nas relações de parentesco ou até mesmo numa versão essencialista da história e do passado (WOODWARD, 2005). A identidade é marcada pela diferença. Os grupos étnicos tentam estabelecer suas reivindicações por meio de apelo a um passado histórico.

Pensar a memória é fundamentalmente relevante para este trabalho. O processo de construção de memória tem sido, nos últimos anos, motivo de intensos debates no campo do conhecimento das ciências sociais.

De fato, a tentativa de compreensão da memória ocorre através da construção de uma “memória coletiva” que se formaria dentro de quadros sociais que estruturam nossas recordações a partir de pertencimento a um determinado grupo, como afirma Halbwachs (2006). Assim, a memória individual somente existiria a partir de uma dimensão coletiva visto que para este autor todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo, e os símbolos, ideias, sentimentos, identidades que atribuímos a nós mesmos seriam processos criados a partir do pertencimento a este referido grupo, sendo, por ele reconhecida e reconstruída.

Será que por isso a memória individual, diante da memória coletiva é uma condição necessária e suficiente da recordação e do reconhecimento das lembranças? De modo algum, pois se esta primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível reencontrá-la, é porque há muito tempo não fazemos parte do grupo na memória do qual ela se mantém. Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível se somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2006, p.39)

É interessante perceber que para Halbwachs (2006), os indivíduos só se lembram do seu passado à medida que o coloca sob o ponto de vista de uma coletividade e as construções sociais do presente interferem nas nossas lembranças.

Sendo assim, o conceito de “memória coletiva” pode ser melhor compreendido a partir do vínculo com as correntes teóricas durkheimianas, na tentativa de estabelecer as práticas sociais, como fatos sociais e assim investigá-los cientificamente. Para Durkheim a maioria das nossas ideias têm a influência do meio social. O fato social deve ser considerado como coisa, tendo seu poder reconhecido a partir de uma coerção externa exposta pela sociedade, por uma coletividade.

Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. Contudo, pode-se defini-lo também pela difusão que apresenta no interior do grupo, contanto que, conforme as observações precedentes, tenha-se o cuidado de acrescentar como segunda e essencial característica que ele existe independentemente das formas individuais que assume ao difundir-se. (DURKHEIM, 2007, p.10)

Diante do que já foi exposto, é importante para este trabalho os conceitos de representação social para entendermos que os significados transmitidos através do conhecimento e realidades diretas, apresentam limites em relação aos conhecimentos e realidades transmitidos através da educação, meios de comunicação e instituições (MOSCOVICI, 1978). Por isso se faz necessário entender o contexto em nível social e histórico, e como ela é produzida. As representações estão ligadas aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade. Moscovici (2005, p.10), afirma que: “as representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente através da fala, dos gestos, reunião, em nosso mundo coletivo”. E, as representações se constituem em tornar o incomum, o exótico, o ausente em nós e o que nos impressiona e perturba, em comum e conhecido (MOSCOVICI, 1978). Entretanto, a representação de uma realidade não está relacionada à sua percepção

real, uma vez que essa atua ativamente de forma a modelar o que assimila do exterior e reproduz aquela realidade ou objeto, reconstruindo-o.

Contudo, é preciso ressaltar que no campo da memória social, a memória e a história são espaços de poder, como afirma Le Goff (2003). A memória tem despertado interesses das classes que dominaram e dominam as sociedades, ressalta-se através dos silêncios e esquecimentos na memória coletiva. A elite pretende tornar-se senhora da memória destacando-se na evolução da história da sociedade moderna pelo jogo de forças sociais do poder em torno da memória coletiva.

Do mesmo modo a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais do poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p.422)

O movimento negro através desta disputa e do jogo de forças sociais pelo poder da memória busca através das reivindicações, o reconhecimento da memória do negro na sociedade brasileira, criando debates, realizando manifestações, fazendo uma chamada coletiva para rememorar a cultura negra como parte importante deste país.

É necessário perceber, que os silêncios e os esquecimentos em torno da memória afro-brasileira evidenciam uma manipulação desta memória coletiva. Essa amnésia social em relação aos heróis negros, aos acontecimentos importantes da história relacionados à cultura e aos personagens negros como André Rebouças, Lima Barreto entre outros, são jogos sociais que vêm despertando a necessidade de diversos grupos sociais de minorias em rememorar.

Este processo de rememoração ficou latente, após o período da Segunda Guerra Mundial. Segundo Huyssen (2000), houve uma explosão no mundo ocidental pela “cultura da memória” e da “musealização” em resposta às rápidas mudanças da vida moderna, para construir uma proteção contra a obsolescência e o

desaparecimento da identidade frente ao capitalismo de consumo avançado sobre o passado e futuro.

Os críticos voltados para o tema da perda da história dirão que a nova cultura de museus e memória que emergiu nos últimos anos contraria qualquer noção verdadeira de história, ao se converter antes de mais nada em espetáculo e entretenimento. Argumentariam que essa cultura apresenta um imaginário pós-moderno superficial e destrói, ao invés de alimentar, toda noção verdadeira de tempo - passado, presente ou futuro. Mas fascínio pelo passado é mais do que um simples efeito colateral compensatório ou fraudulento de uma nova temporalidade pós-moderna que paira sobre a necessidade de memória e o ritmo acelerado do esquecimento. Talvez ele deva ser levado a sério como um modo de diminuir um pouco a velocidade da modernização, como uma tentativa, embora frágil e cheia de contradições, de atirar salva-vidas ao passado e contrabalançar a notória tendência de nossa cultura à amnésia, sob o signo do lucro imediato e da política de curto prazo. O museu, o monumento e o memorial de fato se revigoraram depois de terem sido tantas vezes dados por extintos ao longo da história do modernismo. (HUYSSSEN, 2000, P. 76)

Huyssen (2000), afirma que rememorar o passado viria compensar a perda de estabilidade que o indivíduo tem com o seu presente. A memória tem papel significativo como mecanismo cultural para fortalecer o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade, principalmente os grupos oprimidos e silenciados, mas não deve ser utilizada como uma obrigação de rememoração.

A criação de museus e institutos³, evidencia o processo pelo resgate da memória que tem crescido dentro dos movimentos sociais e, para nosso caso, do movimento negro brasileiro do Rio de Janeiro que tenta resgatar a memória afro-brasileira na busca de uma história do Brasil mostrando o negro brasileiro inserido, não como um ator passivo e coadjuvante, mas sim, como um ator social principal, com destaque, no processo histórico brasileiro.

³ como, por exemplo, o museu do negro, museu afro-brasileiro, Instituto de Pesquisas e Culturas Negras e Instituto Pretos Novos.

1.1 ESPAÇO, MEMÓRIA, E IDENTIDADE

As relações clássicas entre espaço, memória e identidade são de suma relevância, pois definem os marcos conceituais deste trabalho.

As identidades dos grupos sociais têm como base a memória, as mentalidades coletivas. A memória é um processo social, ativo e inicia-se com a vida em sociedade através das experiências vividas. O ato de lembrar está relacionado à inserção social e histórica de cada indivíduo. Os grupos sociais afro-brasileiros apresentam diferentes identidades, pois cada grupo remete as diversas experiências de vida na construção de suas identidades.

As identidades raciais e étnicas são construções sociais e históricas. Como observaram Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011), é possível afirmar que diferenças de base étnica sempre existiram se entendermos etnia ou etnicidade como um conjunto de crenças religiosas, práticas culturais, línguas e representações de mundo compartilhadas por um determinado grupo, e que as mesmas não são fixas. Os indivíduos se estruturam nas fronteiras geográficas e étnicas engendrando, assim, os fundamentos que irão determinar e caracterizar as identidades a partir da sua dinâmica histórica.

Sendo assim, as identidades, sejam individuais ou coletivas, são construídas através da diferença transformada a partir da interação de grupos sociais no processo de inclusão e exclusão, onde são definidos os limites entre tais grupos. Nesta relação o importante é saber em que consistem tais processos de organização social desse grupo, nos quais as diferenças entre “nós” e os “outros” justificam ou legitimam tais distinções.

Assim, o conceito de etnicidade adquire um sentido interessante e cativante para a história das culturas e construção das identidades que interagem entre si. Neste processo de interação cultural entre os grupos sociais, as chamadas

“fronteiras étnicas”⁴ (Poutignat e Streiff-Fenart, 2011) constituem elementos fundamentais que caracterizam o movimento das relações sociais e o demarcam simbolicamente. Sendo assim, a identidade étnica forma-se a partir das diferenças e da alteridade, e do processo dinâmico de interação entre fronteiras dos grupos sociais.

No que tange ao movimento negro, fica evidente que os “traços culturais diferenciadores”⁵ (Poutignat e Streiff-Fenart, 2011) não são um elemento qualquer, eles foram formados no curso de uma história comum onde a memória coletiva do grupo nunca deixou de transmitir de modo seletivo ou de interpretar, transformando determinados acontecimentos e personagens históricos e lendários por meio de um trabalho do imaginário social, em símbolos significativos da identidade étnica.

Não obstante a disputa acerca do caráter da memória social, devemos tomar como princípio que grupos sociais afro-brasileiros, como todos os movimentos sociais, partilham memórias construídas a partir de acontecimentos, personagens, lugares herdados e vividos, enfatizando dados pertencentes à história dos grupos, forjando fortes referências a um passado comum, que é lembrado através da criação dos “lugares de memórias” (NORA, 1993). Estes seriam lugares de vestígios de memória, através dos quais se poderiam produzir, através do culto às raízes, na realização de comemorações, na proliferação de lugares ou monumentos simbólicos e propagação de museus, ao mesmo tempo uma crítica às versões oficiais da história e o resgate de um passado que foi esquecido e confiscado. No entanto a exploração desta “lealdade a um passado”, seja ele real ou imaginário, cria um sentimento de pertencimento, uma consciência coletiva, de si próprio, na memória e identidade de um grupo.

⁴ Segundo Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011) fronteiras étnicas são os limites que os grupos étnicos mantem e que os distinguem dos demais grupos. Essas fronteiras entre os grupos étnicos são mais ou menos estáveis, contudo não são consideradas barreiras e são produzidas e reproduzidas pelos atores no decorrer das interações sociais podendo ser manipuláveis. Para Poutignat e Streiff (2011) Fredrik Barth é quem mais se destaca na elaboração do conceito de “fronteiras étnicas”.

⁵ Esses *traços culturais diferenciadores* segundo Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011) é o que diferencia o grupo dos demais sendo que essas características diferenciadoras podem mudar de significação ou perder a significação no decorrer da história do grupo. Entende-se como *traços culturais* (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuários culinárias etc.).

Portanto, contrapondo brevemente a memória e a história, poderíamos afirmar que a memória está relacionada com o que é vivido. Diferentemente, a história é uma reconstrução do que não existe mais; por esta razão, grupos de minorias defendem a necessidade dos lugares de memória.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos a consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Por que é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas. Telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura e projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o que faz, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (NORA, 1993, p.9)

Numa análise mais detalhada percebemos que para Pierre Nora (1993), os lugares de memórias possuem três significados: “o material, o funcional e simbólico”. Percebe-se que neste sentido os grupos étnicos procuram através da criação de museus, monumentos, esculturas e marchas nas ruas, transformar esses espaços em locais de rememoração de eventos passados, numa luta contra o esquecimento através dessas arquiteturas, muitas vezes eleitas como patrimônio trazendo um significado material, e por meio de visitas a estes locais, em nome da rememoração; um significado funcional, e o simbolismo através do imaginário social, significação e afeto para este grupo social, pois são lugares onde a memória e identidade se expressam.

Ao mesmo tempo, as mudanças do século XX, como a globalização, por exemplo, vêm transformando a sociedade moderna e fragmentando as identidades culturais de classe, etnia, raça, gênero e nacionalidade e, desta maneira, mudando nossas identidades pessoais pela descentralização do indivíduo, tanto de seu lugar

no mundo social e cultural, quanto de si mesmo na pós-modernidade causando assim uma “crise de identidade” segundo Hall (2006).

De igual importância, os debates em torno da identidade resultam de conjunturas históricas, sociais e culturais, quando os discursos construídos sobre o imaginário de um pertencimento nacional negam reivindicações de cidadania em diversos contextos como religiosos, raciais, culturais, entre outras diversas formas de comunidades. Esses embates em torno da identidade emergem de representações e práticas de cidadania cultural contraposta à noção de identidade nacional, até mesmo onde o pertencimento é negado.

Para dizer de forma simples: Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. (HALL, 2006, p.59)

Então, ao observarmos a consolidação dos Estados Nacionais, verificamos que foi necessária a construção do sentimento de nacionalidade para sua formação, pois uma nação é formada através da partilha de signos, símbolos e narrativas fornecidas pelos grupos culturais nacionais. As inter-relações sociais são necessárias para moldar as narrativas nacionais que se formam com elementos de coesão, resistência, consonância e dissonância, evidenciando que a nacionalidade constitui um conjunto de representações e características cultural de um povo que admite seu reconhecimento, diferenciando-se das demais nações (ANDERSON, 2008).

A relação entre a identidade e o Estado Moderno surgiu no fluxo das contradições produzidas pela crescente diversidade. Isso ocorreu no centro da intensificação dos fluxos migratórios dos povos, das condições técnicas e sociais que lhes propiciaram um experimento de mudanças céleres inerentes às transformações do capitalismo. Dessas mudanças surgiu a necessidade de novas concepções de pertencimento, que reunisse populações extremamente diferentes em ideários, identidades de nação unificadas e homogêneas. Tais mudanças foram necessárias para provocar a necessidade de construção de distinções entre aqueles que poderiam reivindicar seus direitos ou privilégios advindos do pertencimento

como “cidadãos”, e aqueles que não poderiam. Desse modo, o desenvolvimento do Estado-Nação foi caracterizado pelo surgimento de regimes raciais de inclusão e exclusão. A consciência diaspórica emergiu como condição necessária à adaptação em espaços peculiares da nação, daqueles que tiveram negados seus direitos ao pertencimento nacional, ou cujos direitos foram restritos e comprometidos.

Nesse caso, a globalização e a modernidade estão relacionadas com as questões da identidade. As transformações modernas retiraram dos indivíduos os apoios estáveis, ou seja, as tradições e as estruturas, mostrando assim, que as identidades nacionais não são naturais, mas são construídas através de representações e símbolos que são frágeis e podem ser ressignificados com o passar do tempo.

O sociólogo inglês Paul Gilroy (2001) questiona e critica o mito da identidade étnica e da unidade nacional inserida por um absolutismo étnico⁶ baseado na pureza racial. O seu conceito de diáspora remete a uma desterritorialização da cultura negra acreditando no rompimento com os laços de significação de lugar, posição e consciência, pois, após a diáspora, as relações estabelecidas através da comunicação com diferentes povos extrapolavam as fronteiras étnicas dos Estados-Nação permitindo trocas e interações.

É importante perceber, que, para o movimento negro brasileiro, outro tipo de identidade reivindicada é a identidade diaspórica. Construída a partir da memória de deslocamentos através das fronteiras locais e nacionais, ao mesmo tempo em que busca ideias de pertencimento a diferentes lugares.

Falar do Brasil produz, corretamente, hesitação, Tudo o que eu normalmente quero dizer sobre a cultura e a mistura, a diáspora, a história e a sociabilidade transafricana ter uma ressonância diferente quando se refere a um lugar tão próximo do epicentro da escravidão racial moderna. Os pontos críticos que recentemente dominaram as lutas políticas dos europeus negros - como forçar governos relutantes a reconhecerem o enraizamento e a mistura e como defender a diferença que eles provocam em termos de cidadania - parecem ser irrelevantes num lugar onde o

⁶ Segundo o autor este seria baseado na crença de que todos os povos da diáspora negra têm um pertencimento ao continente africano baseado na representação da África como o centro referencial no campo da cultura e da política como marca distintiva sobre as demais identidades.

prejudicial ideal de pureza tem um sentido muito mais frouxo em relação a política cultural e uma relação totalmente diferente com as ideias de raça e de identidade nacional. (GILROY, 2001, p.10).

A identidade diaspórica foi historicamente produzida, particularmente, no rastro do deslocamento transoceânico de pessoas a serviço dos objetivos da colônia. Através do colonialismo, territórios que não tinham Estado foram facilmente dominados pelos Estados “civilizadores”. As regiões que não faziam parte da “civilizada” Europa foram organizadas dentro de territórios divididos para a conquista e jurisdição europeia. Uma conexão completa desenvolvida entre civilização e poder soberano na qual apenas os civilizados poderiam exercer a soberania. Da mesma maneira, somente estes poderiam reivindicar o direito de pertencimento ao Estado moderno. Desse modo, modernidade implica em uma conjunção entre nação e civilizados. E a definição desses últimos é inscrita racialmente.

Tal atitude nos remete à ideia de contradição referente aos argumentos que a subjetividade diaspórica é universal e essa identidade seria fixa. Segundo Paul Gilroy (2001), as reivindicações de uma origem comum e de uma mesma herança cultural provenientes de uma “terra natal” originária são politicamente significativas, porém, culturalmente e empiricamente insustentáveis. Com efeito, a identidade diaspórica é uma resposta a noções de pertencimento baseadas em identidade de uma nação dos quais sujeitos diaspóricos são excluídos.

Podemos dizer que uma condição necessária da modernidade é a associação entre capitalismo e raça, que surgiu na formação do Estado-Nação. A cidadania tem sido a base para as reivindicações de direitos e privilégios, pois a modernidade tem evidenciado um fluxo de contradições produzidas pela crescente diversidade étnica, cultural e religiosa. Sendo assim, já não existe identidade e, sim, identidades que são fragmentadas.

A memória diaspórica é característica das políticas culturais de lugar, desenvolvidas contra as ideias nacionalistas e suas implicações de exclusões. Encontra-se organizada em torno de noções estruturais da diferença, pois o aparato do Estado funciona para a produção de identidades e pertencimento negando aos excluídos a reivindicação pelos seus direitos.

Desse modo, a permanência do espaço jurisdicional do Estado não vem obrigatoriamente acompanhada de reivindicações de pertencimento e dos direitos concernentes à cidadania, que legitima o acesso às materialidades reservadas à nação. Isso não leva, necessariamente, à participação nas performances imaginárias, na poética ou estética da identificação nacional. A tensão que isso produz atua na esfera das políticas culturais de inclusão e exclusão, que, em última análise, é racializada. Imaginação diaspórica é organizada materialmente em torno da, em resposta a, e participa na política cultural de exclusão. Isso fortalece a necessidade de uma considerável modificação na análise da diáspora, porque a identidade diaspórica está organizada em torno de noções de origem e esperanças de retorno, ideias de deslocamento e de desenraizamento, que se tornam sentimentos dominantes. Eles atuam reificando e territorializando a “terra natal”. (HINTZEN, 2009, p.55-56)

Considerar estas experiências é, de fato, importante, pois o etnocentrismo⁷ importado da Europa entre os séculos XIX e XX, através de políticas racistas fundamentou práticas e mecanismos de esquecimento das culturas africanas no Brasil na qual se justificavam os ataques à memória cultural negra através de um processo “civilizatório” de dominação dos costumes europeus (MUNANGA, 2012).

Esses povos foram destituídos de seus territórios na África ficando relegados a sua própria sorte. A diáspora revela uma ligação entre raça e concepções de origem, definindo o imaginário racial do século XIX.

O que é universal e fixo em tudo isso, pelo menos na condição moderna, é a relação entre raça, território e pertencimento. Essa relação refere-se, não ao nacional, mas sim, à identidade “racial”. Em última análise, diáspora revela o vínculo inevitável entre raça e concepções de origem, porque esta é racialmente marcada. Isso é, não obstante, a reorganização do imaginário racial no século XIX. A fixação do conceito de raça em torno da biologia obscurece a associação integral entre raça e território. No entanto, isso não desloca a relação entre identidade racial e mitos de origem. Esse é o desafio que o hibridismo é capaz de oferecer à modernidade pelo despojamento da subjetividade racialmente inscrita nos mitos de origem. O biologismo introduzido na discussão racial pelo racismo científico veio sem refutação da África como a fonte de negritude nos discursos de origem construídos racialmente. Isso também aprofundou o

⁷ O etnocentrismo é um conceito antropológico que consiste em privilegiar e considerar seu grupo étnico como modelo e reduzindo à insignificância os demais orbe e culturas diferentes. De fato, trata-se de uma violência que, historicamente, não só se concretizou por meio da violência física contida nas diversas formas de colonialismos, mas, sobretudo, disfarçadamente por meio daquilo que Pierre Bourdieu (2007) chama “violência simbólica”.

significado de negritude como a personificação do não civilizado. (HINTZEN, 2009, p.56-57)

Nessa construção do imaginário social os negros são destituídos de racionalidade e razão sendo considerados inferiores, e não podem participar deste processo de modernidade, fica entendido que o Estado e a nação são demarcadores da civilização e a negritude não faz parte desse movimento.

Nisto percebe-se que as identidades culturais não são fixas, elas encontram-se demarcadas pelo reconhecimento e pela constatação da diferença (SANTOS, 1985).

Em vista disso, a análise da história cultural negra vem sofrendo um esquecimento pelo viés do absolutismo étnico, assim como Paul Gilroy (2001) enfatiza, que os negros criaram um corpo ímpar de reflexão sobre a modernidade e seus sofrimentos continuam presentes nas lutas culturais e políticas para suas gerações. O racismo moderno não reconheceu os negros como pessoas com capacidades cognitivas e com uma história intelectual. Apesar das misturas culturais entre os africanos e os europeus, novas tradições e novas concepções de modernidade têm sido inventadas para negar as relações sociais e as conexões culturais negras.

Entretanto, embora derive mais de condições presentes do que passadas, o racismo britânico contemporâneo em muitos sentidos traz a marca do passado, As noções particularmente cruas e redutoras de cultura que formam a substância da política racial hoje estão claramente associadas a um discurso antigo de diferença racial e étnica, que em toda parte está emaranhado na história da ideia de cultura no Ocidente moderno. Esta história passou a ser ardorosamente contestada em si mesma depois que os debates sobre multiculturalismo, pluralismo cultural e as respostas aos mesmos, que as vezes são desdenhosamente chamadas "politicamente corretas", passaram a investigar a facilidade e a velocidade com que os particularismos europeus ainda estão sendo traduzidos em padrões universais absolutos, para a realização, as normas e as aspirações humanas. (GILROY, 2001, p.43)

É interessante notar que para Bhabha (1998), existe uma nova forma de pensar a nação, levantando questões como a construção das relações de poder, privilegiando seus conflitos sociais, suas minorias, seus grupos excluídos, garantindo, dessa forma, a dominação e superioridade de um povo sobre outro. O

autor utiliza o conceito de diferença cultural, para o tratamento das questões ligadas à cultura, concepções essas que foram criadas pelos colonizadores para promover a legitimação de determinadas culturas em relação a outras.

Quero começar voltando a esse ensaio para explorar apenas uma cena de sua notável encenação: a performance fenomenológica de Fanon do que significa ser não apenas um negro, mas um membro dos marginalizados, dos deslocados, dos diaspóricos. Estar entre aqueles cuja própria presença é "vigiada" [overlooked] - no sentido de controle social - e "ignorada" [overlooked]- no sentido da recusa psíquica - e, ao mesmo tempo, sobre determinada - projetada psiquicamente, tornada estereotípica e sintomática. (BHABHA, 1998, p. 326-327)

Utilizando este conceito de Bhabha (1998) para o contexto do Brasil, observamos que a representação social do negro na sociedade brasileira se faz necessário pela identificação do processo de construção e formação da sua assimilação no seu exterior, onde estão contidos os estereótipos, preconceitos, julgamentos e juízos, que são introjetados na consciência e memória dos indivíduos. Estes os utilizam para formar o conceito da percepção inicial apreendida e que passa a integrar o seu universo. Os indivíduos não são julgados por si mesmos, mas pela classe, raça, etnia ou nação a que pertencem.

Diante de tudo que foi exposto até aqui, fica claro que no nosso país não foi diferente a ideia de dominação através do território, visto que o preconceito racial foi construído historicamente, a partir da relação entre o colonizador europeu que assumiu uma percepção de mundo considerada superior e que mediante isso, passou a estigmatizar outros grupos, os não brancos (negros, indígenas), assinalando-os como inferiores. Esta crença passou a ter a função de justificar a dominação sobre estes indivíduos, a partir do momento que os grupos dominados passaram a assimilar as crenças sobre si mesmos e se submeterem à dominação, legitimando esse processo. Como observou Florestan Fernandes (1978), o preconceito de cor é uma categoria histórico-sociológica construída pelos brancos e, é, em larga medida, compartilhada pelos próprios não brancos.

Podemos dizer que o preconceito e a discriminação racial são processos que estão evidentes na construção da identidade do brasileiro, seja ele negro ou branco e isso vem sendo discutido em diversos trabalhos acadêmicos (Fernandes, 1978;

LARKIN NASCIMENTO, 2003; MOURA, 1988; MUNANGA, 1999; SCHWARCZ, 1996; D'ADESKY, 2001).

Abordar a questão do preconceito racial sofrido pelo negro no Brasil é um processo necessário, porém muito complexo. Durante anos este país tem cultivado a concepção de ser uma *democracia racial*; tal conceito não tem nenhuma coerência e constitui um mito, hoje questionado pelos pesquisadores, sendo Florestan Fernandes um dos principais questionadores. Assim afirmava: "não poderá haver integração nacional, em bases de um regime democrático, se os diferentes estoques raciais não contarem com oportunidades equivalentes de participação das estruturas nacionais de poder" (FERNANDES, 2007, p.51).

1.2 RAÇA, IDENTIDADE NEGRA E CULTURA NEGRA NO BRASIL

O final do século XIX no Brasil foi marcado por profundas mudanças sociais por causa da abolição da escravatura. A partir de então, a sociedade brasileira vem apresentando uma preocupação crescente com o efeito da raça no desenvolvimento do país. Este estudo foi realizado especialmente no campo da eugenia⁸ e teve início nas ciências biológica e criminal e incluía ideias científicas sobre raça. Os eugenistas do século XIX estavam convencidos de que o povo brasileiro exemplificava a degeneração biológica por causa da miscigenação. A elite brasileira encontrou no branqueamento da população através do processo de imigração que aconteceu de forma sistemática a partir do final do século XIX uma solução para esse problema.

⁸ Termo criado por Francis Galton (1822-1911) definido pelo estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer uma raça quer seja de forma física ou psicológica. A eugenia tinha como utilidade social do aproveitamento do conhecimento sobre hereditariedade e raças para fins de uma melhor procriação, pois a miscigenação poderia empobrecer as raças. Galton publicou, em 1865, um livro "Hereditary Talent and Genius" onde defendeu a ideia de que a inteligência é hereditária e não fruto da ação ambiental.

Os debates sobre raça aconteciam no cenário mais elitizado da sociedade brasileira que projetava construir uma nação nos moldes das grandes nações europeias. Prova disso foi o convite feito a João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional, em Julho de 1911, para representar o país no I Congresso Internacional das Raças na Universidade de Londres apresentando a sua tese *Sur les métis au Brésil*, (sobre os mestiços no Brasil) onde afirmava que: “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 1993, p.11).

Somente na década de 1930 a ideia de miscigenação como um aspecto positivo das relações raciais brasileiras foi sendo plenamente desenvolvida por Gilberto Freyre e defendida por alguns brasilianistas dos Estados Unidos, como Donald Pierson (1967), Marvin Harris (1952), Charles Wagley (1952) e Carl Degler, até os anos 1960, e o caso de Degler, até 1972 (TELLES, 2004).

Em suma, acreditavam que a desigualdade racial existente era resultado da escravidão dos negros e de sua junção aos valores culturais tradicionais, supondo a sua eliminação em pouco tempo. Para eles, as diferenças raciais eram fluidas e determinadas pela classe social e a discriminação era moderada e praticamente irrelevante (TELLES, 2004; GUIMARÃES, 2002; PEREIRA, 2007).

No entanto, especialmente no caso de Harris (1952) e Wagley (1952), as suas conclusões foram que a discriminação é por classe, e não por raça, determinando a hierarquia das relações sociais no Brasil, embora preconceitos e estereótipos raciais fossem exteriorizados com frequência. Contudo, esses acadêmicos defendiam a mesma ideia de Freyre que o “ser” brasileiro implicava uma natureza de ambiguidade racial, ou seja, que misturava as diferenças raciais através de uma miscigenação extensiva.

Na década de 1950, era muito presente a crença de que a democracia racial era vigente no Brasil; contudo, os estudos acadêmicos das décadas seguintes financiados pela Unesco para documentar, compreender e disseminar o suposto segredo da harmonia racial brasileira realizados por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni surpreendeu o meio acadêmico e seus financiadores ao discordarem profundamente de Gilberto Freyre e os acadêmicos americanos. Concluíram que o racismo era generalizado no Brasil. Esses estudos

foram importantes para evidenciar que os negros brasileiros sofriam racismo e eram o grupo que mais sofria com a desigualdade social. Evidenciava-se assim, uma identificação entre desigualdade social e a cor da pele na sociedade brasileira, colocando a cor como um fator determinante para o lugar social do brasileiro (GUIMARÃES, 2002; PEREIRA, 2007).

Florestan Fernandes (1978), concluiu após seus trabalhos de pesquisa que as relações sociais entre negros e brancos confirmam que o negro sempre ocupou uma posição socioeconômica inferior por causa da hierarquia racial⁹, que se caracteriza na herança deformadora da escravidão através de um sistema escravista violento, gerando assim uma desvantagem social para o negro em relação aos brancos, pois estava despreparado para as sociedades de classes capitalista, sendo, assim marginalizado.

Destaca-se que a ideologia da democracia racial estava presente no cenário social brasileiro. Porém, a partir da década de 1970, passaram a acontecer as contestações por partes dos acadêmicos através de mais estudos sobre o racismo e principalmente dos movimentos sociais afro-brasileiros denunciando esse preconceito, buscando um lugar na memória oficial brasileira.

É interessante perceber que os grupos sociais afro-brasileiros cientes que assim como os paradigmas, a memória é a origem para a expressão de etnicidades, línguas, particularismos, racismos, sexismos e processos culturais. Nela também está contida a multiculturalidade essencial à organização humana em sociedade (SANTOS, 1985). Diante do exposto, reafirmamos que o movimento negro se alimentou desse processo da memória como estratégia militante; procurou criar um modelo para o negro brasileiro com o que consideram consciência de si mesmo,

⁹ No mundo ocidental, que inclui o Brasil, as teorias científicas do século XIX determinaram que os seres humanos poderiam ser divididos em tipos raciais diferentes, ordenados hierarquicamente segundo uma ideologia que estabelecia que tais características estavam ligadas através de traços intelectuais e comportamentais de uma pessoa. Apesar de atualmente essas teorias tenham sido desacreditadas pela maioria da comunidade científica, a crença na existência de raças está arraigada nas práticas sociais, atribuindo ao conceito de raça um grande poder de influência sobre a organização social.

valorização da sua identidade, cultura, assim como a resistência às diversas formas de discriminação e racismo.

Na realidade, é clássica essa luta pelo reconhecimento, pela valorização deste movimento social e político, cujas origens enquanto grupo social e político organizado remontam ao século XX com a Frente Negra Brasileira – FNB.

Neste sentido, é importante perceber que a FNB alcançou protagonismo como grupo organizado, uma vez que a princípio se manteve como uma associação assistencialista e se transforma em partido político na década de 30, sendo extinto na mesma década por Getúlio Vargas, juntamente com os demais partidos. Esse grupo realizou várias formas de assistência aos negros principalmente na área trabalhista e educacional.

Uma nova associação de tal relevância somente voltou a ocorrer na década de 70, mais precisamente em 1978 quando foi criado o MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial), que atua até hoje na luta contra a discriminação e pela igualdade racial. Atualmente com o nome de MNU (Movimento Negro Unificado), é uma das militâncias negras de maior influência política no Brasil.

O seu objetivo era fortalecer o poder político da militância e o seu surgimento marcou a história do Brasil no que se refere à luta pelos direitos sociais¹⁰. Este grupo surgiu influenciado por ideologias externas inspiradas por lideranças americanas como Malcom X, Martin Luther King e os Panteras Negras. Esta última, especificamente, era uma organização marxista, influenciada por grupos de libertação dos países africanos¹¹ (DOMINGUES, 2007). Na fase contemporânea, o MNU tem priorizado a organização de protestos e manifestações desde a sua fundação. Assim, juntamente com o Movimento Palmares, lutou para que o dia 20 de Novembro fosse chamado Dia Nacional da Consciência Negra. Do mesmo modo, ressaltando a disputa de memórias, o MNU propôs a necessidade de revisão da

¹⁰ O movimento negro no Brasil e a sua luta pelos direitos sociais será abordada com maiores detalhes no capítulo III desta dissertação.

¹¹ Existia uma troca de informações, ideias e ideologias entre os movimentos negros da década de 70 e os grupos de libertação dos países africanos. Essa relação será abordada com maiores detalhes no capítulo 3.

historiografia, a necessidade de debates e questionamentos no cenário nacional. Esse grupo continua lutando pela “memória subterrânea” da minoria afro-brasileira.

No entanto, a opinião pública tem demonstrado resistência à luta contra a discriminação e às desigualdades raciais, pois a mesma tomou uma posição contrária ao que a sociedade brasileira acreditava desde 1930.

E isso, em parte porque a luta contra o racismo no Brasil tomou um rumo contrário ao imaginário nacional e ao consenso científico, formado a partir dos anos 1930. Por um lado, o Movimento Negro Unificado, assim como as demais organizações negras priorizam em sua luta a desmitificação do credo da democracia racial, negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que, no Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais. (GUIMARÃES, 2002)

Como observa Guimarães (2002), o MNU e as demais organizações negras passaram a realizar as contestações e desmistificações da democracia racial durante o momento político de repressão, época de extrema disputa pela memória através de passeatas, artigos em jornais e revistas criticando a condição social do negro.

Esse momento por reivindicações através de articulações políticas foi ampliado após o período de abertura política¹² no Brasil, através das marchas contra a discriminação racial, como a Marcha Contra a Farsa da Abolição de 1988, Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília no dia 20 de Novembro de 1995, em homenagem ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Essas marchas das militâncias negras demonstram o desejo de um grupo de minorias que esteve, durante um período, silenciado e que tentava aparecer no cenário público na busca de uma participação na memória oficial do Brasil.

Pollak (1989) observa que no que tange “as memórias subterrâneas elas surgem quando a memória oficial já não consegue dar conta da oficialidade da memória frente às memórias das minorias”.

¹² Processo de redemocratização do país que ocorreu com a queda do regime militar que governou o Brasil. Teve início em 1974 e término em 1988, com a promulgação da nova Constituição.

Essa memória “proibida” e, portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. (POLLAK, 1989, p.6)

Tal reflexão nos faz pensar nas narrativas heroicas muitas vezes reproduzidas nos livros didáticos que escondem histórias, cenários, personagens, símbolos inventados e capítulos da memória. A figura de Zumbi dos Palmares passou a ser construída no pós-emancipação através de mitos e símbolos.

Segundo Gomes (2011), foi na década de 80 que as imagens e símbolos de Zumbi dos Palmares surgiram com força no cenário público nacional, período em que foram feitos monumentos na Serra da Barriga, em Alagoas, e uma estátua na cidade do Rio de Janeiro. Um filme produzido por Cacá Diegues na década de 80 chamado “Quilombo” e algumas produções literárias também ajudaram a reconstruir a imagem social desse personagem neste período.

A escolha de Zumbi dos Palmares como líder negro, representante e herói simbólico pela maioria dos movimentos negros remete à busca por um passado histórico, com história negra de resistência em relação à uma elite branca. O simbolismo de sua figura está na capacidade de agregar visões sobre a questão racial.

O movimento negro se enquadra neste contexto de grupos de minorias que estabelecem e compartilham de uma reminiscência, e que emergem na cena social buscando o reconhecimento de sua identidade no espaço público, lutando por direitos e para manter viva sua identidade, e conquistar espaço no discurso histórico a partir de reinterpretações do passado, procurando a integração das minorias à história da nação a partir de uma nova expectativa.

As entrevistas com lideranças do movimento negro pesquisadas na bibliografia, em “História do Movimento Negro” organizado por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira relatam as disputas pelo reconhecimento e valorização da história do afro brasileiro na história do Brasil. Os depoimentos de algumas das principais lideranças negras da atualidade no Brasil, mostram os momentos

emblemáticos vividos nesta época quando iniciaram o processo de construção de sua identidade. Alguns dos entrevistados relatam o contexto familiar ou social de sua infância e juventude como relevante para a entrada no universo da militância.

A história oral é uma ferramenta para preservação da memória, principalmente para os grupos de minorias, onde os ditos e não ditos têm importância para construção de uma identidade comum necessitando de momentos de fragilidade e instabilidade para ter destaque e subverter a memória oficial (POLLAK, 1989).

Nesta dissertação, a história oral será de suma importância, através das entrevistas que foram realizadas com as militâncias negras para evidenciar a história dos excluídos nessa disputa pela memória.

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia da marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. (POLLAK, 1989, p.4)

Essa disputa está ligada ao surgimento de novos grupos sociais; o debate se concentra nas produções, discursos e práticas sociais que emergem no cenário público como um objeto pelo qual grupos buscam por seus direitos e deveres. Esses grupos sociais passam a contestar as narrativas ligadas à memória da comunidade nacional que, geralmente, é dotada de oficialidade, passam a demarcar a partir de novas categorias quer sejam étnicas, religiosas, de gênero, novos significados, rejeitando as categorias as quais eram reconhecidos.

A obra de Michael Hanchard (2001), “Orfeu e Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo” é uma das primeiras tentativas de teorizar sobre a história do movimento negro no Brasil, principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. O autor afirma que os brancos desenvolveram uma política de hegemonia racial, a qual vem perpetuando a desigualdade social e racial entre brancos e negros na

sociedade brasileira. Mas o movimento negro, em contrapartida, forjou um plano de contra hegemonia racial, que não obteve sucesso.

O autor utiliza o conceito de hegemonia de Gramsci (1999) para formular a sua teoria sobre relações raciais no Brasil. Neste contexto, hegemonia é a liderança intelectual e moral de um grupo social sobre outro, através de dominação e consenso. É necessário entendermos a importância do conceito de hegemonia em Gramsci para entender este processo de dominação, que resultou no domínio através da ideia de democracia racial, pois essa dissimulou uma percepção de igualdade entre brancos e negros.

Esta ideologia da classe dominante, composta em sua maioria de brancos, foi eficaz no Brasil, pois perpetuou as desigualdades entre brancos e negros através do mito da democracia racial que retardou uma revolta por parte dos negros na luta pelos seus direitos. Durante esse período, o movimento negro utilizou estratégias culturalistas¹³ como arte, dança e religião na reivindicação pelos seus direitos, de forma equivocada segundo Hanchard (2001), pois para ele a luta tinha que ser travada na esfera política. A cultura¹⁴ não foi utilizada como um meio de mobilização política por direitos civis, mas como forma de manutenção da harmonia entre as raças.

O culturalismo cristaliza ou hipostasia as práticas culturais, separando-as de sua história e dos estilos de consciência concomitantes que lhes deram existência. Obviamente, isso limita o alcance da articulação e dos movimentos alternativos por parte das populações afro-brasileiras. Peter Fry (1982) observou que os artefatos e as práticas culturais afro-brasileiros têm sido sistematicamente transformados em símbolos da cultura nacional. Nesse processo, eles são isolados dos contextos culturais e políticos em que se originaram. Esse, como pretendo argumentar, é um processo em que os brasileiros brancos e não brancos, tanto ativistas quanto defensores do status quo, têm-se engajado. Também pretendo demonstrar, no entanto, que os ativistas afro-brasileiros que tentaram subverter este processo foram ignorados e submetidos a sanções, como parte dos esforços de manutenção da “harmonia” racial no Brasil. (HANCHARD, 2001, p. 38)

¹³ O movimento negro utilizou a afirmação das práticas culturais (religião, música, dança e outras formas) para contestar à ordem racial vigente.

¹⁴ Entende-se por cultura todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

Ao focar sua atenção em uma luta culturalista, o movimento negro não teve uma atuação de enfrentamento à hegemonia racial branca. Para o autor, somente um movimento negro que se mobilizasse, reunindo forças através do conjunto da sociedade civil poderia acabar com o mito da democracia racial e construir uma nova ordem racial, assentada na igualdade de oportunidades para todos em diversos setores, no acesso aos bens, aos serviços e à renda através de um projeto antirracista que tenha conteúdo político e a luta pelos direitos civis.

1.3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DE ANDRÉ REBOUÇAS

Destaca-se a importância do tema sobre André Rebouças, um dos intelectuais abolicionistas do século XIX. Nesta dissertação, será abordada a sua memória e o seu esquecimento pela historiografia. Trabalhando também o conceito de memória e a análise do processo de construção de memória nacional com a consolidação da narrativa biográfica desse intelectual negro. Assim, buscou-se pelo teor dessa memória, evidenciar as possíveis mudanças ocorridas com o passar do tempo, desde o primeiro relato biográfico até os mais recentes, e os documentos e diários encontrados nos fundos pesquisados para esta dissertação na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) em Pernambuco, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, destacando o processo de construção dessa memória diante dos panoramas político e jurídico nacionais.

Torna-se evidente um constante movimento de biografias elogiosas como “André Rebouças Reforma e Utopia no Contexto do segundo império: quem possui a terra possui o homem” de Joselice Jucá; “André Rebouças e o seu tempo” de Sydney M. G. dos Santos; “O quinto Século André Rebouças e a Construção do Brasil” de Maria Alice Rezende de Carvalho, Alexandro Dantas Trindade; “André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social”, sendo esta última tese de doutorado, que tratam dessa figura, fornecendo-nos, no que diz respeito ao teor dessa memória, a sua trajetória.

Há algumas biografias sobre André Rebouças e talvez, uma das mais conhecidas seja “O quinto Século André Rebouças e a Construção do Brasil” de Maria Alice Rezende de Carvalho. Nesse livro, a autora promove uma reflexão sobre as trajetórias de André Rebouças, utilizando textos autobiográficos e cartas trocadas com Visconde Taunay e Joaquim Nabuco. A autora utiliza em seus argumentos de pensamentos filosóficos, as obras, os discursos e projetos de reforma social destes personagens para explicitar as semelhanças e diferenças entre eles no projeto de mudança social na construção do Brasil.

A amizade de André Rebouças e Joaquim Nabuco num primeiro momento tem uma ligação intelectual voltada para o liberalismo inglês¹⁵, ou seja, as propostas de reformas sociais e políticas são baseadas numa visão europeia de progresso; porém, num segundo momento de sua vida, Rebouças passa a ter uma ligação intelectual “yankista”¹⁶ ou “americanista”¹⁷, ou seja, com ideias voltadas para o ideal de progresso americano.

Esse “yankismo” fica claro nas páginas do seu livro “Agricultura Nacional”, ao justificar o seu projeto de associação de agricultores independentes mediante um centro coletivo de beneficiamento da produção, citando as granjearias norte-americanas, como capazes de mudar a política agrícola dos Estados Unidos, ressaltando que esse modelo de produção é a “parte vital da nação”. O engenheiro considerava o associativismo de proprietário um fator de fortalecimento da dimensão coletiva do Estado, isto é, do grau de controle que a sociedade tem sobre ele, podendo alterar a forma e as funções. Deixa assim claro que a igualdade social tão desejada viria através dessa natureza expansiva de propriedade privada (CARVALHO,1998).

¹⁵ Liberalismo é o sistema social, político e econômico que se baseia na defesa da liberdade do indivíduo em todos os aspectos de sua vida, quer seja, religioso, econômico, cultural, político e intelectual. Já o liberalismo inglês tem na defesa da liberdade de associação e do conceito de propriedade privada, a base do conceito de sociedade civil.

¹⁶ O ideal de desenvolvimento “yankista” ou “americanista”, preconizado por ele ao definir a “propriedade como parte vital da nação” ele queria *recriar* a sociedade brasileira, não poupando esforços na busca de realizar seus projetos, através dos quais queria colocar o Brasil em “condições análogas a da grande República Norte-Americana” através do liberalismo e da livre propriedade privada

¹⁷ Ibid

Outra referência pode ser encontrada no livro “André Rebouças e o seu tempo” de Sydney M. G. dos Santos, que foi escrita em homenagem ao professor catedrático da Escola Politécnica. O autor se dedicou a escrever uma biografia que “bem focalizasse a vida super-humana desse lutador emérito. E dar ampla atenção a sua obra escrita, quer expondo com algum detalhe seus trabalhos mais valiosos [...]” (SANTOS, 1985, p.8.). Contudo, as 580 páginas do livro em sua maioria são dedicadas a relatar o André Rebouças engenheiro e poucas páginas ao André Rebouças abolicionista. Ainda assim, nos permite compreender um pouco de sua personalidade, além de expor a sua vida e obra como as construções de portos, estradas e rodovias. O autor traz três posições que o marcam historicamente na sua profissão de engenheiro, como sendo o primeiro a defender junto do imperador o exercício da profissão de engenheiro no Brasil somente por engenheiros brasileiros; foi o primeiro no Brasil a usar modelos reduzidos no desenvolvimento de projetos; foi o primeiro a realizar determinações experimentais com concretos e argamassas de cimento Portland.

As obras de Rebouças mostravam o homem visionário que era em sua época, pela persistência na construção de portos para que o Brasil se abrisse cada vez mais ao comércio exterior através da importação e exportação de produtos. As estradas interoceânicas entre Brasil e Bolívia, os parques florestais e o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, entre outras obras que evidenciava o ideal de progresso de Rebouças, são marcas de seu pensamento liberalista.

Em “Diários e Notas autobiográficas de André Rebouças” de 1938, o autor Ignácio José Veríssimo em coautoria com Ana Flora Veríssimo transcreve uma breve seleção dos diários, cadernos e cartas de André Rebouças para realizar a sua biografia. Porém, em 1939, com “André Rebouças através de sua autobiografia” o referido autor lança uma biografia mais completa recorrendo aos manuscritos originais e todos os exemplares dos diários, cadernos e cartas de Rebouças.

Outra biografia importante para esta pesquisa é “André Rebouças Reforma e Utopia no Contexto do segundo império: quem possui a terra possui o homem” de Joselice Jucá. Escrito em 1986, a autora expõe um André esquecido pela historiografia e negligenciado pela história enquanto abolicionista. Critica a ênfase

dada à figura de Joaquim Nabuco, que tem monopolizado as atenções referentes à questão do abolicionismo em relação aos demais abolicionistas, como Rebouças. Apresentam um sujeito preocupado com as questões sociais dos escravos e fundiárias, sendo um dos poucos que se preocupou com a situação do escravo após a sua emancipação, com o seu projeto de democracia rural¹⁸. Resgatando, após essa apresentação do material biográfico existente sobre André Rebouças, a questão da memória diante do processo de construção da memória nacional, interpretando os seus diários e biografias como um “lugar de memória” (NORA, 1993) apontamos para uma disputa atual com relação a sua trajetória e suas inserções na história do Brasil e no imaginário social.

Talvez em razão deste projeto de apagamento de memória realizado pela República, atualmente a história de Rebouças esteja ainda sofrendo com esta política de esquecimento orquestrado pelos republicanos.

É importante salientar que André Rebouças lutou contra a escravidão no Brasil, para que o negro livre tivesse condições dignas de sobrevivência através da sua atuação militante no movimento abolicionista e articulações a favor da abolição junto ao imperador Dom Pedro II. Do mesmo modo, os militantes dos movimentos negros contemporâneos têm lutado para que o negro tenha seus direitos sociais garantidos e de forma igualitária.

No próximo capítulo será abordada a memória e a história de Rebouças. Como este intelectual negro do século XIX construiu a sua história? Qual a importância de sua memória para o movimento negro?

¹⁸ O projeto era de centralização agrícola: baseado na fundação de colônias produtoras de gêneros de subsistência quanto para exportação, baseadas na pequena propriedade do homem livre, em torno de engenhos centrais, sempre mantidos pela iniciativa privada e a quem caberiam todas as operações mais lucrativas, o projeto de Rebouças propunha a integração das camadas despossuídas ou não- aos circuitos econômicos da produção, através da tutela ao mesmo tempo humanitária e racional de uma elite moderna, sintonizada aos padrões de desenvolvimento dos países capitalistas europeus e dos Estados Unidos.

2 ANDRÉ REBOUÇAS E SUA MEMÓRIA

Na propaganda Booth, como em todas as propagandas socialistas da Inglaterra e da Alemanha, cometem o erro fundamental de se dirigirem às vítimas, quando o trabalho devia ser feito com os algozes.

Na grande obra da abolição, nós jamais nos envolvemos com os escravizados, e os que não seguiram nosso exemplo mancharam-se como 'papa-pecúlios', como 'incendiários de canaviais', como excitadores dos fuzilamentos do Cubatão, etc.

As reformas sociais consistem na abolição de privilégios, de monopólios, de explorações do homem pelo abuso da força e da inteligência.

O que é necessário e essencial é criar remorsos novos e dilatar os escrúpulos de consciência em todos os que abusam da fraqueza física e intelectual dos proletários, dos assalariados e dos escravizados.

Dirigindo-se às vítimas suscitam-se ódios e vinganças; dirigindo-se aos algozes cria-se o arrependimento, o remorso, o desejo nobre de reparar injustiças e iniquidades e de caminhar para a Igualdade e para a Fraternidade de Jesus.

É, pois, com os reis, com os senadores, com os deputados, com os ricos e com os poderosos, que devemos lidar, como fizemos de 1880 a 1888, a fim de que sejam arrastados a um 13 de Maio

(Trecho da carta de André Rebouças para Joaquim Nabuco, Lisboa, 24 de Outubro de 1890)

2.1 O CENÁRIO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX E AS ORIGENS DE ANDRÉ REBOUÇAS

O trecho da carta acima mostra quanto o século XIX foi um dos períodos de grandes agitações na Corte brasileira. O Brasil da segunda metade do século XIX passava por revoluções sociais importantes, e a possibilidade da emancipação dos escravos era debatida em quase todas as esferas do poder (legislativo, judiciário).

André Rebouças, um negro na Corte brasileira, construiu a sua rede de relações sociais em um país escravocrata e com preconceito racial. A sua experiência de vida se insere no século XIX mostrando sua atitude assimilacionista bem característica nesse período, como uma forma de ascensão do negro a um status social elevado (COSTA, 2010). Ao analisarmos as experiências de vida de André Rebouças nesse período destaca-se o que Spitzer (2001) chama de

“embaraço da marginalização”, que é a situação limite quando o indivíduo assimilado vive entre dois mundos.

O objetivo deste capítulo será destacar a trajetória deste personagem no século XIX. Destacamos alguns aspectos: Suas relações sociais com a elite brasileira e ao mesmo tempo o seu desejo de construir um Brasil moderno através de reformas sociais. Será abordado a seguir o cenário nacional na época de André Rebouças.

É importante ressaltar que nesse período, a Inglaterra encontrou no Brasil uma rica oportunidade de ampliar sua produção industrial, representada pelas novas máquinas para a agricultura e a indústria do açúcar, mecanizando o processo produtivo e contribuindo indiretamente para conduzir o país em direção à abolição do trabalho escravo (CARVALHO, 2011).

A influência exercida pela Inglaterra sobre o Brasil era resultado de velhos tratados assinados com Portugal, acordos que se intensificaram a partir do século XIX. Em 1808, a corte portuguesa transferiu-se para o Brasil e D. João VI decidiu abrir os portos brasileiros às nações amigas, beneficiando a Inglaterra, propiciando tarifas de importação menores que as das outras nações, colaborando assim para inundar o país com bens que ainda não eram aqui produzidos.

Isto possibilitou que surgisse nas últimas décadas do século XIX uma indústria brasileira pouco significativa em relação aos cafezais do sul do Brasil, o que gerou uma concorrência para a construção de estradas de ferro, voltadas para atender os cafezais do sul do país. Nesse período, a escravidão nos canaviais do Nordeste tornara-se menos importante do que nas regiões que produziam café (JUCÁ, 2001).

Entretanto, com a crise de exportação agrícola de 1880, os produtores de açúcar que conseguiram sobreviver encontraram soluções mais lucrativas e racionais para a agricultura, através da adoção de medidas que levaram ao aumento da concentração fundiária e do investimento em maquinaria para a fabricação do açúcar. Até esse período, esses produtores viam na abolição um perigo para seu modo de produção, porém, com a crise e a substituição da mão de obra escrava por meeiros e sem-terras que viviam do cultivo da cana, esses foram considerados os substitutos eventuais da força de trabalho escrava dos canaviais. No Nordeste ser

dono de escravos já não era mais vantajoso, pois tinha um alto custo para os senhores (CARVALHO, 2011). Nessa região, o movimento abolicionista em sua fase final (entre 1885-1888) perdeu força, devido a essa nova forma de produção que paulatinamente estava substituindo a mão de obra escrava.

É possível perceber que em algumas fazendas a utilização do trabalho de cada escravo era levada ao limite, isso porque o fluxo intenso do tráfico atlântico sempre alimentava o mercado com mais mão de obra. Era então menos trabalhoso usar a força do cativo até o limite, pois, sua reposição era rápida e garantida. Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, o valor do escravo aumentou bastante (GOMES, 2006), ocasionando uma limitação na posse de cativos, forçando os senhores a tomar maior cuidado com a saúde e as condições de vida dos seus escravos.

Os fatores políticos e demográficos foram decisivos na dinâmica dos últimos anos de escravidão. As regiões de grande agricultura do nordeste, dispendo de muita mão de obra nacional livre, embora difícil de ser forçada ao trabalho sistemático, mantiveram uma atitude de preservar quanto possível a escravidão, mas, sem se preocupar demais com as possíveis consequências de sua abolição, razão pela qual também não se empenharam na procura por imigrantes (CARVALHO, 2011). As regiões de pequena propriedade ou de pecuária caminharam com tranquilidade para a abolição como foi o caso do Ceará, em 1884.

De forma diferente aconteceu no sul, com o cafeicultor, que se dividiu entre as partes mais antigas, dotadas de suficiente estoque de mão de obra escrava e economicamente em decadência pela queda de produtividade das terras, e as novas regiões de terras mais produtivas e famintas de mão de obra. Nas primeiras, a adesão a escravidão se manteve até o final. Os fazendeiros previram consequências catastróficas caso ela fosse extinta. Nas outras, a escassez levou a grandes esforços no sentido de importar “braços livres”, sem, no entanto, abandonar o “braço escravo”. Os conflitos dos proprietários de terras e escravos eram referentes à abolição sem indenização para os donos de escravos (MATOSO, 1982).

Para eles, a abolição sem indenização seria “um erro econômico e social que levaria a nação a uma ruína, pela bancarrota e pela desordem”¹⁹.

Mediante esses problemas históricos e econômicos uma questão afetava o cenário brasileiro na segunda metade do século XIX, o abolicionismo. Nesse período a geração de André Rebouças, objeto desta dissertação, envolveu-se profundamente, chamando a atenção de todos os segmentos políticos e sociais do império de D. Pedro II. Os abolicionistas intensificaram o ataque ao sistema escravista, aumentaram as críticas nos jornais da época aos fazendeiros proprietários de escravos, criando associações antiescravistas (CARVALHO, 2011).

É interessante perceber que, nesse período histórico, como afirma Jucá (2001), o engenheiro André Rebouças se mostrou como um reformista radical que via na abolição da escravidão uma das formas do império brasileiro progredir, se igualando as outras nações europeias.

André Pinto Rebouças nasceu em Cachoeira, então Província da Bahia, em 13 de Janeiro de 1838, sendo o primogênito de uma família burguesa. Seu pai foi Antônio Pereira Rebouças, um defensor da monarquia que participou da organização da Junta Interina Conciliatória e de Defesa, de 1822, e foi condecorado com o título de Cavaleiro Imperial da Ordem do Cruzeiro em 1824, sendo designado secretário de governo da Província de Sergipe e depois, eleito deputado, para a sessão de 1843, à Assembleia Geral do Governo pelo Partido Conservador e Conselheiro Geral da Província.

Em fevereiro de 1846, André Rebouças e sua família migraram para o Rio de Janeiro. André e seu irmão foram alfabetizados por seu pai, frequentando alguns colégios até ingressarem na Escola Militar, depois chamada de Escola Central e, por fim, a Politécnica, no Largo de São Francisco (CARVALHO, 1998).

Ao analisarmos a trajetória de vida de Rebouças, observamos que suas ações foram voltadas para o universal, destacando-se principalmente como engenheiro e abolicionista, homem de muitas tarefas. Assim sendo definido por

¹⁹ JUCÁ, Joselice. André Rebouças: reforma e utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o homem. P.18

Nabuco (1947), como “Matemático e astrônomo, botânico e geólogo, industrial e moralista, higienista e filantropo, poeta e filósofo, Rebouças foi talvez dos homens nascidos no Brasil o único universal pelo espírito e pelo coração[...]”. Primando em diversas áreas do conhecimento, mesmo sofrendo preconceito por ser negro por parte de seus adversários políticos, se sobressaiu com um espírito moderno, com projetos que mudaram a engenharia e com plano de reforma social para o Império Brasileiro.

Foi sob o patrocínio dos projetos de reformas que aconteciam em diversos setores da economia imperial, que Rebouças pautou sua atuação de defesa do sistema monárquico como forma de governo. Nascido em uma família com padrões de burguesia monarquista, seus paradigmas de comportamento social eram o da elite aristocrática; contudo, as suas ações eram de um burocrata. Ressalta-se que Rebouças tinha em seu cotidiano escravos domésticos, coisa que era comum na época. Libertou os escravos de sua família apenas em 1870, deixando evidente seu objetivo de lutar de todas as formas pela abolição da escravatura. Rebouças escreveu projetos de leis, preocupando-se com a abolição como um entrave à imigração, ao progresso da indústria, da agricultura e do comércio. Porém, sempre divulgou ideias relativas ao suprimento de mão de obra para a lavoura.

Entretanto, é preciso ressaltar que a partir da década de 80 do século XIX, Rebouças passou a manifestar as suas ações como um homem visionário do seu tempo, lutando pela abolição da escravidão; como um reformador social, propunha a substituição do latifúndio por uma democracia rural da pequena propriedade, desejando a reforma agrária, como solução para o problema dos negros, dos pobres e dos imigrantes no Brasil.

Nos anos 80, portanto, a lição que Rebouças extrairia dos processos de modernização alemão e italiano o levaria a diagnosticar que no Brasil, de modo análogo ao que ocorria aos demais países periféricos do capitalismo maduro, o limite à expansão do mercado interno era agrário; como também era nesse âmbito que se tratava o debate sobre a liberação das forças espirituais da nação. Assim, o programa agrário de Rebouças concebia a pequena propriedade não apenas como instrumento de política agrícola, mas como alternativa à organização social e política do Império. Desse ponto de vista, a reforma no sistema de propriedade corresponderia à abertura da “fronteira” brasileira mediante o recurso da política, cuja alternativa revolucionária, uma vez negada, o conduziria à alternativa da monarquia popular e democrática, defendida pela corrente mais crítica dos reformadores. Mas, já aí, dividindo com estes as funções de dirigente da

“unificação da família brasileira” em torno do imperador e das reformas concebidas pelo Estado imperial. Como, na Itália, o fora o Piemonte. (CARVALHO, 1998, p.213-214)

Assim como André Rebouças, os donos dos cafezais viam nos imigrantes europeus uma solução para compensar a redução da mão de obra escrava. Segundo Machado (1994), a questão do aproveitamento do trabalhador livre na grande lavoura esteve no centro dos debates relativos à transição para o trabalho livre, dividindo as opiniões dos fazendeiros que, preocupados em manter a visibilidade da agricultura exportadora, encaravam de maneira pessimista tanto as possibilidades de manter os ex-escravos nas propriedades como de atrair, sem concurso de leis coercitivas, o trabalhador nacional livre. A autora lembra que a expansão dos cafezais coincidiu com o fim do tráfico de escravos, o que reduziu naturalmente o suprimento da força de trabalho representada por aquela mão de obra.

Essa análise também foi feita por José Murilo de Carvalho, que define como uma bem-aventurada coincidência para os fazendeiros esse acirramento da campanha popular pela abolição, com a qual não colaboraram, mas aconteceu ao mesmo tempo em que a crise italiana possibilitou um grande fluxo de imigrantes nos anos de 1887 em diante, para o Brasil (CARVALHO, 2011).

O fato é que durante esse período as discussões sobre a construção da “nação brasileira” giravam em torno da questão racial, pois era necessário construir uma identidade nacional, que permitisse uma resposta brasileira frente às demais nações europeias para a sua diversidade racial. Diferentes vias para a substituição da mão de obra escrava nessa época foram propostas e debatidas levando em consideração a “raça”.

Observa-se que a ciência, através do racismo científico, foi utilizada de forma a ratificar a dominação racial, ao propor que as pessoas brancas eram superiores às pessoas não brancas (TELLES, 2004; SCHWARCZ, 1993, 1996). Antes disso, a raça servia para descrever a origem do indivíduo, e não como hierarquia de fenótipos biológicos. O domínio dos índios e africanos aconteceu mais por razões religiosas e morais do que por teorias científicas (IDEM). O racismo científico no Brasil foi especialmente significativo no período pós-abolição e pós-república,

justamente porque a formação da nação e a identidade nacional passaram a ser formadas a partir da resolução do problema do negro livre, e não mais escravo.

Chama-nos a atenção o fato de que ideias científicas sobre raça nesse período consideravam os negros inferiores, juntamente com os mulatos e os “degenerados”. Considerava-se também que climas tropicais como o do Brasil debilitavam a integridade biológica e mental dos seres humanos. Diante disso, os eugenistas do século XIX estavam convencidos de que o povo brasileiro exemplificava a degeneração biológica. Uma das medidas encontradas pela elite brasileira seria o branqueamento da população através do processo de imigração que aconteceu de forma sistemática a partir do final do século XIX.

O fluxo imigratório para o Brasil foi mais intenso entre 1880 e 1920, e a década de 1890 concentrou o maior volume de entradas de estrangeiros (que engrossaram as estatísticas imigratórias), mais de um milhão e duzentos mil indivíduos (CARNEIRO, 1950), a maioria proveniente da Europa (sobretudo da Itália). Na virada do século, as estatísticas serviram para dar credibilidade à imaginada nação branca do futuro. Os assuntos da colonização e da imigração, assim, passaram a ser discutidos por cientistas de todos os matizes como uma “questão de raça.” (SEYFERTH, 1996, p.49)

A lei de terras de 1850 havia definido o imigrante ideal como “branco, camponês, resignado”, diferente das raças tidas indesejáveis “as raças atrasadas, não civilizadas e inferiores”, como os imigrantes negros e amarelos que poderiam contaminar o processo de embranquecimento da sociedade brasileira através da miscigenação (SEYFERTH, 1991). Durante o período de grande imigração, de 1880 até 1920, com base na teoria do embranquecimento o imigrante branco europeu seria fundamental na construção de um povo, de uma “raça” brasileira.

Existiam ações do Estado Brasileiro com objetivo de incentivar a imigração europeia por meio da propaganda no exterior e de benefícios legais relacionados a posse da terra: contudo, havia o desejo de interditar ou restringir a imigração daqueles povos considerados “raças inferiores” (RAMOS, 1996).

Raimundo Nina Rodrigues, professor da Escola de Medicina da Bahia e seguidor do criminologista italiano Lombroso²⁰, também temia que a miscigenação levasse à degeneração. Ele previa que o futuro, principalmente no norte do país, seria etnicamente negro ou mestiço, sendo o primeiro cientista brasileiro a acompanhar um estudo etnográfico da origem africana da população. No estudo, declarou que os africanos eram inequivocamente inferiores; por isso criticou a imigração de negros norte-americanos para o Brasil.

E essa visão nos libertará, estou certo, da insânia de que um sentimentalismo doentio e imprevidente já pensou em nos querer contaminar. Não se pode qualificar de outro modo a pretensão de atrair para o Brasil a imigração dos Negros americanos. Quando, há uns dez ou quinze anos, se levantou nos Estados Unidos a ideia de uma emigração completa dos Negros americanos para o México ou a República Argentina e se enviaram mesmo para esse fim deputações negras ao primeiro destes países, o bom senso dos dois povos repeliu com energia o perigo de que estavam ameaçados e fez abortar, para logo, as esperanças depostas nessas tentativas. (RODRIGUES, 2010, p.16-17).

Somente com um povo homogêneo aconteceria a regeneração da raça e esta se daria a partir da mistura dos imigrantes brancos com os mestiços brasileiros. A introdução do sangue branco e a conseqüente depuração do sangue negro pela mestiçagem garantiriam, assim, um tipo racial brasileiro mais eugênico, com um melhoramento da raça, possuidor de uma maior quantidade de sangue branco, teria como principal virtude fornecer um nível mais elevado onde o povo brasileiro construiria a sua unidade racial e cultural (RAMOS, 1996).

O problema da imigração no Brasil ocupou a atenção de André Rebouças juntamente com as questões abolicionistas. Membro da Sociedade Central de Imigração criada em 1883, sediada no Rio de Janeiro, ele considerou a imigração no Brasil indissociável do abolicionismo e da propriedade de terra. Para ele, o ideal era

²⁰ Cesare Lombroso foi um psiquiatra, cirurgião, higienista, criminologista, antropólogo e cientista italiano que acreditava que pela análise de determinadas características somáticas seria possível prever aqueles indivíduos que tinham pré-disposição para o crime, era famoso por medir a capacidade cranial para determinar a inteligência e a disposição do indivíduo para o crime.

a vinda do imigrante proprietário para cultivar a sua terra, diferente da ideia dos fazendeiros das plantações de café, que queriam a utilização da mão de obra imigrante como colono, para uma maior exploração da sua força de trabalho. Em carta enviada para Taunay, assim critica os fazendeiros:

O estrangeiro, para o landlord, deveria ser conservado em estado semiservil, como servo da gleba, como meeiro, rendeiro, foreiro, agregado, assalariado com redução ao menor salário possível. O landlord nativista e monopolizador odeia o imigrante proprietário de um lote de terra, que certamente é elemento primordial. A célula genésica da Democracia Rural.²¹

Desse modo, em termos de mobilidade social, novas possibilidades se abririam ao imigrante europeu e os negros emancipados permaneceriam marginalizados pela sociedade. Rebouças queria a emancipação e regeneração do escravo através da aquisição da propriedade de terra, pois através dela o negro teria como sobreviver e não se tornaria mais dependente do seu senhor, pois a maioria dos abolicionistas estava muito mais envolvida com a ideia de aliviar o país das inconveniências da escravidão do que com a integração dos negros na sociedade. Durante este período o abolicionismo ocupou os jornais e as ruas da época denunciando o problema da escravidão.

2.2 ANDRÉ REBOUÇAS, O ENGENHEIRO E HOMEM DE NEGÓCIOS

André Rebouças se tornou um engenheiro famoso, criador de importantes projetos de construções de portos, docas e ferrovias. Nisso se mostrava um hábil articulador, combinando as profissões de engenheiro e homem de negócios (JUCÁ, 2001). A partir de 1866, estreitou as suas relações com os ingleses, após substituir o engenheiro Charles Neate na direção da Companhia das Docas do Rio de Janeiro.

²¹ Carta enviada para Taunay em 12 de Junho de 1896

Nesse período esteve dirigindo as obras do Porto de Cabedelo, na Paraíba; as obras dos portos e docas da Província do Maranhão e os preparativos para a abertura das Companhias Docas Pedro II no Rio de Janeiro. A partir desses trabalhos passou a consolidar as suas relações com os britânicos, que financiavam os seus projetos; ao mesmo tempo, procurava ampliar os seus conhecimentos teóricos como engenheiro, adquiridos na Inglaterra, onde esteve entre 1861 e 1862.

A parceria com os ingleses e as suas atividades financeiras e capitalistas contribuíram para criar um pensamento crítico sobre a elite da sociedade brasileira de mentalidade não progressista, que preferia guardar o dinheiro ao invés de investir no progresso do país. Assim, relatou em seu diário em 28 de setembro de 1868 “a falta de espírito de associação, a ignorância dos capitalistas e o miserável espírito de rotina”²². Não esteve somente na criação das companhias e ferrovias no Brasil, como algumas vezes foi um investidor financeiro em seus projetos e construções. Acreditava que todos os capitalistas brasileiros tinham o dever de investir dinheiro em projetos nacionais, estimulando o espírito de associação e a iniciativa privada (JUCÁ, 2001).

O fato de Rebouças acumular cargos e manter ligações financeiras com vários empresários e políticos, suscitava, por parte de seus adversários, intrigas, ataques pessoais e tentativas políticas de barrarem seus projetos e construções. Por diversas vezes teve que enfrentar vários adversários, inclusive políticos, como homem de negócios à frente das companhias e ferrovias. Essas adversidades impostas pelos inimigos de forma desonesta, assim afirmava como causa a sua cor, por ser mulato.

O trabalho de Rebouças à frente da companhia foi tumultuado e cheio de obstáculos, acumulados pelas intrigas políticas e pelo que ele mesmo descreveu como “luta contra a Plutocracia”, isto é batalha contra os fortes interesses financeiros que jaziam sob as discussões políticas. Especuladores agiam desonestamente, espalhando falsos rumores que causavam prejuízos as ações da companhia.

Essas contendas chegavam com frequência às páginas dos jornais, em matérias que resvalavam para os ataques pessoais, como o artigo “Pai

²² Diário de André Rebouças de 28 de Setembro de 1868.

Feitiço e Pai Quilombo” publicado em jornal de 9 de fevereiro de 1871, que faz alusão às origens negras de Rebouças e sobre o qual ele anotou à margem do diário: “preconceito de cor”.

A campanha contra a Companhia das Docas da Alfândega do Rio de Janeiro e contra o próprio Rebouças foi muito forte e explícita. No senado ele foi criticado pelo ministro Zacarias de Góes Vasconcelos por sua tendência a acumular empregos. Mas Rebouças encarava esses ataques como devido às intrigas alimentadas por cartas anônimas que circulavam contra ele e contra o comerciante português Conde de Estrela, “explorando a qualidade minha de mulato e a nacionalidade portuguesa do Conde de Estrela” conforme suas anotações. (JUCÁ, 2001, p.31)

É interessante perceber que Rebouças desfrutava do convívio da elite brasileira, porém, os estabelecidos, ou seja, as classes dominantes tentavam a todo custo criar mecanismos de marginalização para mantê-lo em uma posição inferior, vedando-lhe acesso a instrumento de promoção a sua ascensão social tentando criar estigmas através de acusações falsas e humilhações públicas nos jornais.

Rebouças permaneceu nas Docas da Alfândega do Rio de Janeiro até agosto de 1871, quando se vinculou à Companhia das Docas do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período lançou-se à tarefa de levantar capital para a construção de uma ferrovia ligando Paraná e Mato Grosso, em substituição à decadente rodovia existente na época.

Entretanto, é preciso ressaltar que o desempenho de Rebouças no mundo dos negócios demonstrava que o político fugia aos moldes do militante partidário, engajado em determinada agremiação. Não obstante, encontra-se nele o político astuto, inteligente e manipulativo na busca dos seus interesses, para não mencionar o seu forte poder de persuasão, característica que reaparece mais tarde, quando membro da campanha abolicionista. Chamamos a atenção também para o papel desempenhado por ele, pois acreditamos que jamais demonstrou interesse pelo cargo político e sim pela engenharia devido ao seu pai que “dedicou três filhos a Engenharia intencionalmente para afastar-nos da tentação da política”²³. O patriarca da família havia passado por dissabores quando foi político; em 1824, enquanto

²³ André Rebouças para Augusto de Castilho. Barbetown 12 de Agosto de 1895.

secretário de governo da província de Sergipe, foi acusado de perseguir os cidadãos “de sangue puro” e ser mentor de uma revolta de escravos (SPITZER, 2001). Talvez por essa razão e pelas humilhações sofridas nesse período e por ter que comprovar a sua inocência respondendo um interrogatório em praça pública, ele tenha feito tanto empenho para que seus filhos seguissem uma carreira que lhes dessem status social no império brasileiro, exceto cargos políticos.

Através das pesquisas em seus diários, percebemos que, a partir de 1873, Rebouças direciona o seu interesse para as questões de cunho social. Essa mudança ocorreu gradativamente até a década de 80, quando ele passou a agir ativamente em prol das causas abolicionistas e pelas reformas sociais no Brasil.

2.3 ANDRÉ REBOUÇAS, O ABOLICIONISTA

É importante compreendermos que nas décadas de 60 e 70 do século XIX, André Rebouças trabalhava mais na função de engenheiro e empresário, porém, com a morte de seu pai, o seu interesse por essas áreas diminuiu, a partir da década de 80 começou a se dedicar à campanha abolicionista, embora, em uma análise mais acurada nos seus diários, seja possível verificar que o tema da escravidão sempre foi sua preocupação; seu interesse pelo abolicionismo foi identificado desde a sua juventude.

Como prova disso pode-se citar o debate que ocorreu em 16 de Junho de 1868 na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, onde o Imperador assistia à sessão em discussão sobre a “Escola de Arar”. André Rebouças entra no debate após sentir-se ofendido pelo fato de ser comparado a um escravista:

Sr. Presidente, peço a palavra, principalmente para responder a uma das muitas arguições que foram feitas à Comissão Especial, arguição que causou-me muita dor. Refiro-me a pécha de escravista que lançou o Snr. Comandante Azevedo. Sou abolicionista de coração e aproveito esta solene ocasião para declará-lo. Não me acusa a consciência de ter deixado escapar uma só ocasião de fazer propaganda para a abolição do escravo e espero que Deus me concederá não morrer sem ter dado, ao meu país, as

mais exuberantes provas de minha dedicação à santa causa da Emancipação. (REBOUÇAS, [s.d.] apud VERÍSSIMO, 1939, P.187)

O discurso evidencia os propósitos de Rebouças, mostrando que já se dedicava “à santa causa da Emancipação”. Mas, quais fatores contribuíram para que Rebouças se dedicasse a partir da década de 80, do século XIX, com grande empenho à causa da abolição da escravatura?

Analisando a história de André Rebouças e o seu envolvimento com o movimento abolicionista, o engajamento nesta causa através de uma militância, se deu pela influência de amizades com homens abolicionistas (JUCÁ, 2001) como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Gusmão Lobo, Joaquim Serra e com outros proeminentes membros do movimento antiescravidão.

A educação cristã pode ter sido um fator que contribuiu para esse envolvimento, como relata Jucá (2001); os sentimentos antiescravistas e a luta pela abolição dos escravos estão em alguns momentos definidos em seu diário com comparações e embasamentos nos evangelhos de São Lucas e São João, fontes de inspiração e estímulo no movimento abolicionista. Por isso produziu estudos de cunho antiescravizador, como as “Leis dos Privilégios e Isenção”, em 1874.

Contudo, chama-nos a atenção para o fato de, após pesquisas em seus diários, cartas e nas biografias consultadas, não ser identificada nenhuma ligação com uma religião ou seita. Verifica-se que ele acreditava profundamente em Deus, em Jesus e nos Santos da Igreja Católica, mas odiava o conjunto como organização, hierarquia, como entidade normativa e disciplinadora da ordem moral, porque não aceitava clérigos com escravos; ordens religiosas com latifúndios; riqueza ornamental ostensiva com cerimônias pomposas, omitindo o apoio à pobreza desassistida, à miséria escandalosa, enquanto a Igreja ostentava riquezas.

Outra razão que poderia ter contribuído para Rebouças entrar na luta abolicionista, foi o preconceito racial sofrido durante sua vida. Existe um relato de preconceito ocorrido durante uma viagem aos Estados Unidos, em 1873. Em Nova York foi recusado em vários hotéis, sendo necessário a intervenção do Consulado Brasileiro, do Coronel Henrique Ferreira Borges e do engenheiro Américo dos

Santos para ser aceito como hóspede do Washington Hotel, mesmo assim em condições precárias, diferentes dos outros hóspedes.

Rebouças afirma em seu diário em 9 de Junho de 1873:

Fui com outros companheiros de viagem em carro da mesma companhia para a 5th Avenue Hotel. Disseram ali não ter mais aposentos e indicaram-me outro hotel. Depois de algumas tentativas, compreendi que era a dificuldade de cor a causa das recusas de aposento.²⁴

Esses relatos de preconceito percebe-se em seus diários por diversas vezes, durante toda a sua vida. Isso o perturbava muito, causava-lhe dor, tristeza e raiva. Em seu diário era comum a frase “por causa do maldito preconceito de cor”. Supõe-se que esse preconceito tenha motivado a sua posição em favor das questões raciais, da causa abolicionista e questões sociais. Diante do exposto, reafirma-se que mesmo sendo um homem que se destacava na Corte do Rio de Janeiro, a sua cor era em alguns momentos motivo de empecilho para que o mesmo alcançasse um maior status social. Ele era sempre lembrado de sua cor através de situações ligadas ao preconceito racial. Mesmo assim, procurava, através das relações e dos laços com a elite se manter e alcançar seus objetivos.

Mas cabe, também, aqui ressaltar que sua visão de homem de negócios e investidor aliada a mentalidade capitalista, ajudava a criar em Rebouças um homem com repulsa ao sistema escravocrata.

Através da sua participação na Guerra do Paraguai (no período de maio de 1865 a junho de 1866), observa-se que os horrores vistos e vividos, fizeram-no obter repugnância também ao militarismo e às guerras como um todo:

O general queixou-se muito do mau estado de saúde do exército. A bexiga, o tifo e o sarampo são as moléstias dominantes. O Batalhão dos Voluntários Policiais da Bahia é de todos o que menos tem sofrido, só havia

²⁴ Ver Diário de André Rebouças de 9 de Julho de 1873.

perdido 4 praças até esta data. As moléstias parecem ter principalmente por causa da mudança de clima, a epidemia de bexiga transportada do Norte, principalmente do Maranhão, pelos voluntários, e a falta de medidas higiênicas no Acampamento. O Hospital de São Francisco porque passamos, era uma simples palhoça situado num terreno que havia sido alagado numas grandes chuvas que caíram pouco depois da chegada das tropas e no entanto cercado de colinas! O acampamento tinha um péssimo cheiro, devido principalmente a se carnear em todas as barracas desde a guarda do Porto até atrás da barraca do próprio general deixando-se pelo chão as peles e os ossos. Acrescentando-se a tudo isto a ignorância e a revoltante do mor por parte dos médicos do exército.²⁵

Passa a rejeitar durante a vida todas as formas de uso da força, o que veio contribuir para a sua visão de reformador social e não de um revolucionário, ou seja, não desejando o uso da força como meio de reivindicação dos direitos sociais, e sim através de propostas de reforma. Em 1866, após retornar da Guerra do Paraguai, Rebouças não quis se envolver com a política partidária; contrariando algumas expectativas de seus colegas, não aderiu a nenhum partido político, se posicionando com uma postura ideológica de monarquista e progressista liberal.

No período da década de 80 do século XIX passa a se dedicar aos trabalhos abolicionistas, escrever em jornais e financiar a causa.

Escreveu em julho de 1883 seu manifesto pedindo abolição imediata e sem indenização. “Nesse mesmo mês funda-se na Escola Politécnica, o Centro Abolicionista, com a presença de João Clapp e José do Patrocínio, presidente e orador da Confederação Abolicionista”.²⁶

Destacam-se também artigos da série “Abolição imediata e sem indenização”; publicações e correspondências múltiplas do movimento; representação sobre a venda de ingênuos (os nascidos após a Lei do Ventre Livre) e reescravização de africanos; conferência com Carlos Von Kosevitz sobre uma sociedade de imigração (era a primeira manifestação consequente de medidas pertinentes aos problemas do vácuo de mão de obra a criar-se na lavoura com a emancipação).

²⁵ Diário de André Rebouças 1 de Junho de 1865

²⁶ SANTOS, Sydney M.G. dos. **André Rebouças e seu tempo**, p.453

Nessas notas, fica clara a sua participação ativa no movimento abolicionista; além de financiador da causa, procurava, através de seus artigos, chamar a atenção de todos para o que ele achava ser um mal da sociedade brasileira: a escravidão.

No primeiro da série de 14 artigos sobre a “Abolição imediata e sem indenização”, Rebouças demonstra a sua recriminação a escravidão, criticando também os moderados, pois os membros do partido estavam encolhidos em suas concepções de ordem econômica e defendiam o parque agropecuário, já que temiam um caos econômico e financeiro de consequências funestas ao Império, com a abolição da escravatura sem a indenização aos proprietários de escravos.

André Rebouças fez ataque em seu artigo afirmando que a escravidão era: “Gangre nacional, causa primária de todas as misérias, obstáculo máximo à imigração, crime onímodo, vergonha que aflige o Império, exploração secular da raça africana.”²⁷ Nele critica todos aqueles que eram contrários à emancipação do escravo, responsabilizando-os pelo atraso do Brasil e pela miséria da população.

Foi financiador e investidor da causa abolicionista, sendo tesoureiro da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e da Confederação Abolicionista.

Em seus diários existem vários registros de despesas. Ignácio José Veríssimo escreveu em “André Rebouças através de sua autobiografia”, parte de seus investimentos na causa abolicionista anotadas em seu diário:

Tomemos o registro de suas despesas e lá encontramos anotado cada mês com sua letra bonita e os seus números redondos, não só o que ele gastou como hotel, com o barbeiro, com a lavagem de roupa, com a educação do irmão e a manutenção das tias velhas na Bahia, mas também o seu concurso financeiro à campanha da Abolição.

Vejamos alguns desses registros:

- Conferência abolicionista (Ruy Barbosa) 8\$500
- Confederação abolicionista (J.P. Pernambuco) 100\$000
- Folheto Joaquim Nabuco Eleições de 1884..... 2\$000
- Prelo para a Gazeta da Tarde..... 500\$000

²⁷ Trecho do artigo de André Rebouças. Abolição imediata e sem indenização. Publicação do Panfleto nº1 de 1883 na Confederação Abolicionista.

-Recepção Joaquim Nabuco..... 205\$000
 -Gazeta da Tarde..... 2:000\$000

(VERISSIMO, 1939, p.192)

Tendo participação ativa na fundação da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, escreveu vários artigos na “Gazeta da Tarde” combatendo a escravidão. Foi coautor do importante Manifesto da Confederação Abolicionista, com José do Patrocínio, em 1883²⁸, autor da primeira versão da lei que em 1888 constituiu a base do anteprojeto da Lei Áurea. Conclui-se que foram inúmeras as participações de Rebouças no movimento, em prol da causa abolicionista através de discursos, artigos e contribuições financeiras.

2.4 A AMIZADE DE REBOUÇAS COM O IMPERADOR D. PEDRO II

Apesar de ter sofrido preconceito racial durante toda a sua vida, André Rebouças sempre teve no seu grupo de relações sociais pessoas da elite social e da nobreza brasileira como o Barão de Mauá, a Princesa Isabel, o Conde d’Eu, Joaquim Nabuco, o senador Bernardo de Vasconcelos, José do Patrocínio e proeminente Imperador Dom Pedro II.

Esses relacionamentos eram baseados na patronagem²⁹ através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e até posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser conquistados. Demonstra um vínculo pessoal, vertical, entre indivíduos de status, poder e riquezas diferentes, uma relação desigual que se expressa através de uma troca desequilibrada, com vias de natureza distinta.

²⁸ Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro. Ver “diário de 27 de Julho de 1883” op.cit p.299.

²⁹ Segundo Emília Viotti da Costa (2010) a elite brasileira praticava o sistema de patronagem e clientela; era uma atitude tolerante perante a miscigenação, onde mestiços podiam ter inserção no mundo social da elite através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos.

Isto nos remete à sua relação social com a elite, que se caracterizou no processo de assimilação devido à mudança social que ocorria em meados do século XIX em diversas escalas ligadas a transformações sociais, jurídicas e econômicas, associadas à emancipação dos escravos, das minorias e de grupos subordinados para oferecer uma possibilidade de inserção e identificação com uma ordem social baseada nas classes, onde os valores e padrões culturais dessa ordem eram definidos e estabelecidos, em grande parte, pelo grupo dominante mais atuante e poderoso em termos econômicos, a burguesia (SPITZER, 2001). Observamos que a amizade de Rebouças com Dom Pedro II ocorreu durante os últimos 10 anos do Império. Apesar de suas ideias abolicionistas, Rebouças conseguiu manter uma profunda amizade com o Imperador.

Ambos se encontravam frequentemente na estação de ferro de Petrópolis para conversar sobre vários assuntos que estão anotados no seu diário como: Arte, Matemática, Biologia, questões sociais e fatos políticos do dia a dia. Esses encontros eram quase que diários, pois Rebouças era professor do neto engenheiro do Imperador, a quem ministrava aulas de matemática a pedido do próprio imperador.

O fato é que muitas das ideias progressistas e reformadoras defendidas por Rebouças e outros reformadores da época eram vistas com simpatia e entusiasmo pelo imperador Dom Pedro II (JUCÁ, 2001).

No ano de 1889, André Rebouças morava em Petrópolis e descia quase diariamente ao Rio de Janeiro onde algumas vezes pernoitava. Em seu diário há registro de que às 6 horas comparecia à estação, onde recebia amigos, visitantes e se encontrava com o imperador, quase sempre acompanhado do Conde de Mota-Maia. Esta rotina está registrada em seu diário de 19 Junho de 1889:

6hs - Na estação com o Imperador, Almirante Tamandaré e Conde de Mota-Maia, discutindo o péssimo estado sanitário do Rio de Janeiro; a falta d'água; o péssimo calçamento; a imundície dos prédios o horror dos

cortiços; a falta de squares e de Parques a Cremação, a Imersão Oceânica, etc.³⁰

Outro registro da amizade com D. Pedro II foi relatado no dia 5 de Novembro do mesmo ano:

12hs-Na estação com o Imperador e o Conde de Mota-Maia continuando as palestras, suspensas desde 19 de junho. Dei-lhe a nota sobre Imposto Territorial e a Cópia do Projeto de Aditivo à Lei de Orçamento de 1890, mandando encetar o Cadastro Territorial Nacional. Lembrei para chefe desse serviço o Barão de Tefé (Antônio Luiz Von Hoonholtz) atualmente em Paris, o que agradou muito o imperador”³¹

É interessante perceber que Rebouças também demonstrou habilidade na articulação de questões políticas junto ao monarca, discutindo sobre projetos em vigor, bem como sobre rumores políticos e sociais que rondavam o trono. Assim era, com frequência, previamente informado sobre o que seria publicado na imprensa ou sobre a posição política de um ministro ou senador, em face de sociedades como Central de Imigração e a *Anti-slavery Society*.

Algumas das decisões governamentais concernentes às designações para cargos e funções, assim como sobre assuntos que seriam oficialmente discutidos a posteriori, foram decididas na estação de Petrópolis, como a Lei Torrens que tratava do registro da propriedade territorial, ou seja, uma espécie de cadastro de títulos de propriedades de terras. No seu diário consta anotações de discussões intelectuais e até mesmo registro das saudações do imperador, com a costumeira pergunta “Em que trabalhou hoje?” (JUCÁ, 2001, p.45).

A intimidade da Família Real também foi relatada em seu diário, assim como os últimos dias da monarquia, o seu exílio junto à realeza, além da falta de percepção do imperador do momento da queda da monarquia.

Para Jucá (2001), a relação de amizade de Rebouças com D. Pedro II era intensa, ao ponto do imperador saber tudo que era feito pelos reformadores abolicionistas; e fazia sugestões:

³⁰ Diário de André Rebouças de 19 de Junho de 1889

³¹ Diário de André Rebouças de 05 de Novembro de 1889

As cartas de Rebouças mostram que D. Pedro II não era apenas um mero simpatizante da Abolição. Ele acompanhou com interesse a campanha em defesa das reformas sociais, contribuiu com sugestões pessoais durante reuniões informais realizados pelo grupo de reformadores e com frequência expressava seu entusiasmo pelas novas ideias, além de estimular Rebouças e seu grupo da Sociedade Central de Imigração.

Rebouças discutia frequentemente com o imperador sobre questões básicas como a abolição da pobreza, o fim do monopólio da terra e da possibilidade de adotarem-se medidas específicas, como a do Cadastro, Triangulação e Imposto Territorial. Contudo, estas participações ocorriam de forma discreta e pode ser atribuída, sobretudo, ao componente intelectual e humano da personalidade de D. Pedro II, do que nas suas posturas como imperador.³²

Ao ser proclamada a República, tentou realizar a “contrarrevolução” numa tentativa de restabelecer a monarquia brasileira; de imediato juntou-se a Taunay.

De imediato, juntou-se a Taunay, ao Dr. Araújo Góes e a Rodolfo Dantas, amigo pessoal de Nabuco, dirigindo-se ao Senado numa tentativa de organizar o que chamaram de “contrarrevolução”. No Paço Isabel (Palácio do Governo), juntou-se à Princesa Isabel e ao Conde d’Eu para estabelecer comunicação com o imperador em Petrópolis, dificultada pelo afastamento, pelos rebeldes, do diretor da Companhia de Telégrafo, o Barão de Capanema.

Com a chegada do imperador ao Paço Isabel, Rebouças voltou a reunir-se com Taunay, Rodolfo Dantas e Dr. Araújo Góes, em novas “tentativas de organizar a contrarrevolução”. Com o insucesso desses esforços, dedicou todo o seu tempo a dar apoio a Família Imperial.

A pedido da Princesa Isabel e do Conde d’Eu, Rebouças e o Dr. Benjamim Franklin Ramiz Galvão, tutor e amigo da família, por motivos de segurança, conduziram os três filhos da Princesa Isabel de volta para Petrópolis, onde permaneceram no Paço de Petrópolis em companhia do juiz municipal, Dr. Brito, filho do Conde Lago. (JUCÁ, 2001, P.46-47)

Ao mesmo tempo percebe-se que a lealdade a D. Pedro II e sua crença de que a monarquia seria capaz de realizar as reformas por ele desejadas, conduziram-no não apenas à não aceitação da República, mas, também ao repúdio à ideia de uma Democracia Rural vinculada a esse regime republicano no Brasil.

Após o 15 de Novembro de 1889, compreende-se seu comportamento: ocupava a posição de amigo próximo do trono de D. Pedro II, que por diversas vezes

³² JUCÁ, op. cit., p.174

lhe dava palavras de encorajamento em relação ao movimento reformista. Essa postura do imperador levou Rebouças a acreditar que, com o advento da República, o Brasil perderia definitivamente a chance de eliminar o latifúndio e de, implementar o processo de democratização do solo.

Podemos dizer que a monarquia simbolizava para este personagem a forma de governo mais sólida e estável, seria doloroso retirar de si próprio este sentimento monárquico, de modo que ele preferiu se exilar com D. Pedro II na esperança de restaurar o regime no exílio.

Contudo, é difícil de entender como este abolicionista, apesar da sua intimidade com o imperador e ao fazer críticas ferrenhas e constantes às oligarquias parlamentares que o cercava, não percebeu o papel fundamental representado pelo poder econômico dos proprietários de terra, como força política que sustentava o trono de D. Pedro II.

Considerando como causa real da queda do Império a insatisfação dos donos de escravos com a Lei da Abolição³³, não percebeu que, para os proprietários de terras a real ameaça representada pelos reformadores sociais, após a abolição, era a questão da luta pela reforma agrária, pois os latifundiários tinham esperanças na manutenção do antigo sistema de posse de terras sobre o qual eles baseavam o seu poder político e econômico.

Em 16 de Novembro de 1889, Rebouças decide deixar o Brasil e acompanhar D. Pedro II ao exílio, após o governo republicano decidir degredar a Família Real. O imperador protestou, reagindo à perda do Trono. Ao acompanhá-lo ao exílio, Rebouças continuou gozando de sua companhia, passando o tempo a desfrutar da intimidade de toda a Família Imperial.

Em carta a Taunay, observa-se em Rebouças uma mudança de pensamento em relação a 13 de Maio de 1888. Em missiva datada de 9 de fevereiro de 1894 afirma:

³³ REBOUÇAS, André, *A Questão do Brasil: Cunho Escravocrata do Atentado Contra a Família Imperial*, p.1-2.

Nós tivemos uma grande ilusão a 13 de Maio de 1888. Essa vitória filantrópica nos fez crer que o Brasil evoluiria progressivamente sem guerras e sem revoluções. Foi santo erro: um idílio como os de Turgot e de Condorcet antes dos horrores de 1793.³⁴

O trecho da carta, evidencia a sua decepção com o ocorrido depois da abolição, a Proclamação da República. Monarquista, Rebouças acreditava ser a República um retrocesso para o Brasil, já que com a nova forma de governo não via a possibilidade da implantação das suas teorias e ideias referentes à democratização da terra, reforma social e uma vida mais digna para o recém-liberto. Evidencia também nesta carta que a contrarrevolução, ou seja, o desejo de restaurar a monarquia, já não era mais possível. E essa impossibilidade estava no caráter militar da nova república.

Para Sptizer (2001), Rebouças entendeu a República como um novo governo que viria tirar a sua confiança na assimilação, no sistema que ele achava que somente a Monarquia poderia instaurar no Brasil: a igualdade para todos os cidadãos.

[...] Assim quando o Império foi derrubado pelo golpe republicano de Novembro de 1889 e a família real foi presa, essa notícia foi mais do que um choque para Rebouças: representou a rejeição de suas crenças e de sua orientação de vida. Ele interpretou os acontecimentos como uma reação das forças escravocratas e da velha ordem racista ao Brasil “moderno” que ele e o imperador haviam defendido, e para o qual a abolição tinha sido uma preliminar de importância crucial. Também encarou esses acontecimentos como negação de sua confiança na assimilação, de sua crença num sistema que haveria de reformar-se, expandir-se e abrir espaço para todos os brasileiros: em suas próprias palavras, para ‘brancos, mulatos e negros; europeus, asiáticos, americanos, africanos, e oceânicos: todos iguais, todos irmãos. (SPITZER, 2001, p.170 -171)

Por fim, cabe dizer que o exílio voluntário de Rebouças não foi apenas uma forma de protesto contra a queda da Monarquia, mas, também, uma espécie de autopunição. Passou a maior parte dos últimos nove anos de sua vida no exterior suportando situações adversas e até hostis, em peregrinações por vários países. Porém, nunca retornou ao Brasil, sua terra natal. Durante esse período, mostrou a

³⁴ Carta para Alfredo d’E. Taunay de 9 de fevereiro de 1894.

sua insatisfação com o novo governo, demonstrando assim, a sua fidelidade, companheirismo e amizade para com o Imperador D. Pedro II, encanto pela situação de assimilação em que vivia e pelo regime monárquico.

A estadia de Rebouças em Portugal durou de 7 de Dezembro de 1889 a 24 de Abril de 1891; lá iniciou a sua participação na imprensa de Lisboa, no jornal “A gazeta de Portugal”, “Commercio de Portugal” e do “Jornal do Commercio”. Escreveu também para periódicos de outros países como o “*The Times*” da Inglaterra.

Rebouças passou os últimos anos ao lado de D. Pedro II, na França, até a morte deste em 5 de Dezembro de 1891. A morte do amigo causou-lhe desgosto, somado à tristeza de ver a sua proposta de contrarrevolução não seguir adiante. Ele então aceita um emprego em Luanda, na África, para a construção de uma estrada de ferro. Porém não conseguiu o mesmo sucesso profissional e status social de quando residia no Brasil e em Portugal. Insatisfeito com sua situação no Continente Africano, vai para Funchal, na ilha da Madeira, onde não consegue êxito financeiro; em 13 de Maio de 1898 foi encontrado morto na base de um penhasco.

2.5 ANDRÉ REBOUÇAS, UM ASSIMILADO NA CORTE DO BRASIL

Por fim, cabe destacar a união do pensamento, da experiência social e do contexto histórico na análise da trajetória deste personagem. Deve ser levada em conta, também, as experiências como indivíduo, como parte de uma sociedade e de um todo mais geral, demonstrando as suas opções teóricas, políticas e ideológicas. Evidentemente, o intelectual possui autonomia nas escolhas. Contudo, a vivência social, política e a origem e formação, se fazem presentes com grande frequência em suas ações. As escolhas são amplamente influenciadas pelas experiências sociais que as caracterizam.

Dessa maneira, a análise da trajetória de André Rebouças foi realizada a partir de documentos cruzados com a produção e redação dos seus biógrafos, tendo como pano de fundo os processos históricos em curso no período, permitindo a

realização de um exercício interpretativo, no qual a análise das suas ações e dos pensamentos que estão por trás das atitudes definem um processo em curso, que se constitui em objetivo central desta dissertação.

Analisando a vida e as ideias desse abolicionista dentro do contexto histórico, fica difícil dissociá-lo de uma visão de reformador social. Os antecedentes em sua vida antes de desempenhar um papel formidável na luta contra a escravidão e dedicar-se a causa abolicionista foram importantes. Sua visão de engenheiro e empresário, que lhe deram um espírito empreendedor, fez contribuir para a história da engenharia brasileira, proporcionando também um espírito articulador dentro do movimento antiescravagista.

Machado (1994), ressalta as ideias de reformas sociais de André Rebouças para o Brasil do século XIX, definindo-o como um intelectual ousado com ideias reformistas e que vivia à frente do seu tempo:

O pensamento de Rebouças no panorama dos debates sobre a transição exigiria aqui uma análise muito mais sistemática; sua filiação ao liberalismo, suas concepções de progresso e trabalho, seus projetos de integração, sobre bases mais igualitárias, do Brasil ao mundo capitalista, seu plano de reforma agrária e de centralização agrícola, entre outras questões, o colocam enquanto pensador original e reformador ousado, nos quadros da segunda metade do século XIX. (MACHADO, 1994, P.53)

Considerando-se que o pensamento individual é passível de constantes transformações, não há como duvidar que o papel da trajetória desse homem, na definição de sua visão de mundo tem relevância ao ser examinado. Esse tipo de análise se faz necessária, pois perpassa suas experiências políticas e sociais. É interessante para que seu contexto social e histórico e trajetória individual possam ser conjugados no estudo dos diferentes processos históricos.

Como afirma Pierre Nora (1993), percebemos, na diferenciação entre memória e história, que essa última é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. Resgatando, ao mesmo tempo, a complexidade existente nos lugares de memória, proposta por Pierre Nora, acerca da sua dimensão material, simbólica e funcional e, concebendo os relatos biográficos em questão como esse lugar de memória, cabe ainda, um exercício acerca das implicações práticas no que diz respeito à representação social dessa figura envolvida em disputas de poder e pela memória.

Percebe-se que sua trajetória de assimilação se inicia a partir de uma inclusão social, por meio da instrução e do conhecimento. Isso fica claro através da sua formação em Engenharia, curso que era frequentado pela alta elite social da Corte brasileira. A elite em que Rebouças estava inserido possuía códigos sociais para a entrada, necessitando assim se assimilar a este mundo social. Segundo Costa (2010), a entrada na aristocracia do século XIX seria através da patronagem, e homens negros e mulatos como André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama e Machado de Assis só conseguiriam mobilidade social se tivessem um patrono. A patronagem era a forma em que os negros e os mestiços conseguiam se destacar na sociedade de elite.

Os escravocratas podiam mesmo violar as regras discriminatórias contra os negros encarnadas na tradição legal. Podiam aceitar, de tempos em tempos, em suas camadas, um mulato de pele clara como Machado, automaticamente adquiria o *status* de branco. Os negros que ocupavam uma posição de classe superior identificavam a si mesmos como membros da comunidade branca. Eles representavam um modelo para a maioria dos negros que permaneciam nos porões da sociedade. (COSTA, 2010, p.381-382)

Entretanto, neste processo de assimilação, coloca-se uma barreira social para que o assimilado não siga adiante, como o que aconteceu com André Rebouças, que em diversos momentos teve que passar por situações de preconceito racial, quando esteve à frente das companhias e ferrovias que dirigia.

Os grupos sociais dominantes deste período criaram poderes simbólicos para se diferenciarem de outros grupos, como o poder da “clientela e patronagem”, tão comum no século XIX, na qual a mobilidade social era controlada pela elite, imbuída de um conceito hierárquico de organização social que santificava as desigualdades e enfatizava as obrigações recíprocas, a liberdade pessoal e os direitos individuais, como afirma Costa (2010). Essa elite criou também práticas sociais e *habitus* como forma de distinção social, (BOURDIEU, 2007). E uma das formas de se diferenciarem dos demais grupos era criando “sistemas de diferenças”.

Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um *sistema de diferenças*, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença. O mesmo é dizer que, nas disposições do *habitus*, se encontra inevitavelmente inscrita toda a estrutura do sistema das condições tal como ela se realiza na experiência de uma condição que ocupa determinada posição nessa estrutura: as oposições mais fundamentais da estrutura das condições – alto/ baixo /, rico/pobre, etc.- tendem a impor-se como os princípios fundamentais de estruturação em relação às práticas e à percepção das práticas. Sistema de esquemas geradores de práticas que, de maneira sistemática, exprime a necessidade e as liberdades inerentes à condição de classe e a *diferença* constitutiva da posição, o *habitus* apreende as diferenças de condição de captadas por ele sob a forma de diferenças entre práticas classificadas e classificantes- enquanto produtos do *habitus*- segundo princípios de diferenciação que, por serem eles próprios o produto de tais diferenças, estão objetivamente ajustados a elas, portanto, tendem a percebê-las como natural. (BOURDIEU, 2007, p.164)

Esse sistema de diferenças criado pela elite brasileira foi a política de embranquecimento, que seria uma saída para a situação social no Brasil. A política de embranquecimento iniciada no final do século XIX foi a forma que a elite encontrou para responder “à moda brasileira”, as questões sobre raça que se iniciaram no final do século XIX no cenário internacional.

A negação do preconceito, a crença no “processo de embranquecimento”, a identificação do mulato como uma categoria especial, dificultando a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca, tornou mais difícil para estes desenvolverem um senso de identidade comum (COSTA, 2010).

De outro modo, criaram oportunidades para alguns indivíduos negros ou mulatos ascenderem na escala social. Embora com possibilidade de mobilidade social, tinham que pagar um preço pela sua ascensão social adotando a percepção que os brancos possuíam com relação ao problema racial; os próprios negros precisavam fingir serem brancos (COSTA, 2010).

Assim, acreditamos que André Rebouças, mesmo sendo amigo do Imperador Dom Pedro II, não fazia parte deste novo processo de construção da nação brasileira. A assimilação, a patronagem e o clientelismo já não comportavam como um processo de identificação e de identidade para a ascensão e permanência junto ao grupo dominante, tão característico do século XIX e praticado pela elite social

para manter o seu *status quo*, permitindo em determinados momentos que homens negros e mulatos como André Rebouças, Machado de Assis entre outros, utilizassem desse processo para a mobilidade social.

Ao olharmos a conjuntura do império no Brasil, no que se refere à sua atuação, ações, projetos e contribuições para o movimento abolicionista, Rebouças não mediu esforços para a militância como verificamos nas anotações em seus diários, artigos e contribuições, quer sejam intelectuais ou financeiras para a causa abolicionista. O desejo de ver o escravo livre e com uma expectativa de vida após a Abolição através de uma reforma agrária, fez com que Rebouças se diferenciasse de alguns dos abolicionistas intelectuais do movimento.

Rebouças procurava manter sua amizade com Dom Pedro II, Imperador do Brasil, uma vez que via nesta, uma chance de influenciá-lo a mudar seu pensamento diante do sistema econômico vigente, que considerava um atraso ao desenvolvimento do Brasil, e tinha esperança de que a situação mudasse com a abolição da escravatura. Observamos que, enquanto pensador social, sua visão e desejo de reforma agrária era um indicador de uma acurada percepção dos problemas da sociedade, particularmente em relação as injustiças originadas das desigualdades na distribuição de terra. O seu projeto de democracia rural constituiu um ponto importante para que o escravo liberto, o imigrante e o homem livre tivessem onde trabalhar e produzir em prol do crescimento da nação. Este projeto por atacar a estrutura social do país, não foi levado adiante com a abolição em 1888.

No contexto em que antecedeu a libertação dos escravos, os abolicionistas não teriam mostrado grande preocupação com a integração econômica do trabalhador ex-escravo. As principais propostas estavam voltadas para libertar o escravo, sem dispensar qualquer atenção ao seu futuro econômico e social. Segundo Jucá (2001), Rebouças e Nabuco foram um dos poucos abolicionistas que pensaram a situação do escravo após a libertação.

Costa (1982), afirma que os escravos ficaram abandonados à própria sorte:

O movimento abolicionista extinguiu-se com a Abolição. Foi primordialmente uma promoção de brancos, de homens livres. A adesão dos escravos veio depois. Nasceu mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura, dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente do desejo de libertar a raça escravizada em benefício dela própria, visando integrá-la à sociedade

dos homens livres. Alcançado o ato emancipador, abandonou-se a população de ex-escravos a sua própria sorte. (COSTA, 1982, p. 450)

Para Maria Alice Rezende de Carvalho (1998), o Brasil pelo qual este personagem lutou foi uma quimera em relação às demais propostas de Joaquim Nabuco e Alfredo de Taunay, como afirma:

Ao final do século que se seguiu ao seu suicídio, atirando-se em um penhasco em Funchal, os três amigos permaneciam amalgamados na trajetória empreendida pelo Brasil: o *Rinnovamento* de Nabuco tornar –se ia o método pelo qual os brasileiros reconheceriam o seu longo e lento movimento em direção às reformas; o império de Taunay, metáfora de sua aspiração por uma ‘razão de Estado’ ilustrada e complacente, seria reeditada em muitas versões ao longo do século XX, das quais as emergências de um novo Estado – o Estado Novo – seria a sua mais acabada expressão; por fim a democracia expansiva de Rebouças, refletindo sua crença na potencialidade libertária dos interesses, seria a forma assumida pela esperança, no crepúsculo desse nosso quinto século. (CARVALHO , 1998, p.235)

Rebouças se dedicou por uma reforma social na luta contra a escravidão, não obtendo completo êxito nas suas teorias, propostas e projetos para a reforma social do país.

As ideias e propostas de Rebouças foram formas ricas em crítica social na busca pela liberdade e tolerância. Devemos considerar que ele foi um indivíduo que dialogava com as ideologias que abarcaram seus contemporâneos. Mesmo defendendo a abolição da escravatura e o pobre, manteve-se conectado aos elementos da classe dominante.

Ele possuía um desejo de democracia para todos, acreditando nos ideais liberais, que pode ser entendido também como uma afirmação do seu “yankismo”, isto é, da crença na utilidade social do interesse individual, para a defesa de uma via de modernização operada politicamente, pelo Estado centralizado.

3 O MOVIMENTO NEGRO E SUA MEMÓRIA

Com a libertação dos escravos sem indenização através da concessão de terra, da tão sonhada democracia rural de André Rebouças, os libertos passaram a viver marginalizados. Na luta pela sobrevivência, esses grupos e seus descendentes formaram movimentos de mobilização negra, a partir do final do século XIX e início do século XX. Esses grupos sociais eram grêmios, associações ou clubes que tinham um cunho assistencialista como o Clube 28 de Setembro (1897), o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917), em São Paulo, o Centro da Federação dos Homens de Cor (1914), no Rio de Janeiro, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891), em Pelotas / RS e o Centro Cívico Cruz e Souza (1918), em Lages/SC.

Domingues (2007), afirma que algumas dessas organizações negras foram formadas por trabalhadores como ferroviários, ensacadores e portuários formando uma espécie de entidade sindical.

Pinto computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937. Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920, e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas. (DOMINGUES, 2007, p.106-107)

Destacamos que a partir de alguns discursos utilizados nesta dissertação, traçamos a trajetória e memória dos líderes negros, pois nelas estão relatadas as diversas experiências de vida, sendo fundamental nos processos de construção do que é ser negro no Brasil e da luta organizada contra a discriminação racial.

Este capítulo pretende mostrar como o movimento negro brasileiro construiu sua identidade e memória, através da trajetória como um movimento social, que realizou e continua realizando suas disputas identitárias e de memória em

contraposição à memória oficial brasileira, por meio de ações contra a discriminação e o problema social que aflige os negros brasileiros.

Como observou Abdias do Nascimento (2000), desde os primórdios da escravização no Brasil existe o movimento negro através dos quilombos, e da militância abolicionista de personagens como Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e outros,

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e antirracista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas. (NASCIMENTO & NASCIMENTO, 2000, p.204)

Neste capítulo serão apresentadas algumas características do movimento negro, utilizando o conceito deste, segundo Lélia Gonzalez.

[...] exatamente porque está apontando para aquilo que o diferencia de todos os outros movimentos; ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja a especificidade é o significante *negro*, existem divergências, mais ou menos fundas, quanto ao modo de articulação dessa especificidade. (GONZALEZ, 1982, p.19)

O conceito principal de movimento negro utilizado nesta dissertação será o conceito de Joel Rufino dos Santos (1985), que nos ajudará a compreender melhor a dinâmica e a constituição das diferentes organizações negras deste período:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro) fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que percebe a si). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de quilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1985, p.303)

O autor define movimento negro como um conjunto de ações de mobilização políticas fundadas e promovidas pelos negros no Brasil como forma de libertação e de caráter assistencialista.

Ressalte-se que existe diferença entre o movimento negro contemporâneo e movimento negro antes da década de 1970. Pode-se dizer que o contemporâneo possui características específicas que o diferencia das tentativas e organizações anteriores a sua década de formação. Uma delas é a constante crítica ao “mito da democracia racial”, ou seja, da ideia de que as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas; a luta por reparações sociais aos negros; a aproximação com as organizações de esquerda, que marcou profundamente a constituição das primeiras organizações ainda durante o regime militar; as influências culturais e políticas providas do chamado “Atlântico negro”, das lutas de libertação em países africanos e pelos direitos civis nos Estados Unidos (PEREIRA, 2007).

O conceito de “atlântico negro” foi utilizada por Paul Gilroy (2001) para estudos da cultura no qual buscou definir a modernidade a partir do conceito de diáspora negra e dos discursos de perda, expatriação. Através dessa definição contestou a forma essencialista de pensar a cultura e a identidade negra no Ocidente pois a mesma foi marcada pelas trocas culturais, como consequência desta conjunção histórica da diáspora.

Para o autor a identidade negra é marcada pelas trocas culturais através do Atlântico, na qual a questão de pátria e origens não é considerada importante. Somente tem relevância as experiências através desses desenraizamento, deslocamento geradas pela escravidão moderna e de sua herança racializada.

3.1 OS PRIMEIROS MOVIMENTOS SOCIAIS AFRO-BRASILEIROS

Os quilombos, movimentos de resistência coletiva, foram as primeiras ações de resistência negra, desde o século XVII, realizadas a partir de fugas individuais durante o período de regime escravocrata no Brasil. O quilombo tem sua

representação na forma de resistência negra tanto na organização sócio-política e econômica, quanto como forma de uma sociedade alternativa em relação ao sistema político e econômico do regime escravista e uma recusa da exploração e da violência.

Neste período de resistências, segundo REIS & SILVA (1989), os escravos já eram agentes de sua própria história na luta contra a opressão do sistema escravista, fazendo as suas rebeliões. Refuta-se assim a ideia que estes seriam sempre submissos.

Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e maior parte do tempo, numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações em fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. Tais negociações, por outro lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas, para alguns autores até idílicas, entre o escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos. (REIS & SILVA, 1989, p.7.)

Devido às resistências, a cultura negra sobreviveu através da história oral transmitida no âmbito familiar e social, nos terreiros, senzalas, quilombos, nos espaços de inter-relação política e cultural e por meio da imprensa negra que teve papel importante no final do século XIX.

As primeiras militâncias negras consideradas como um movimento social surgiram no século XIX através da imprensa, de periódicos como o “Treze de Maio” (1888) e “A Pátria” (1889). No início do século XX, surgiram o “Menelick” (1915); “A Rua e o Xauter” (1916), “O alfinete” (1918), “A liberdade e o bandeirante” (1919), a “Sentinela” (1920) entre outros. Esses jornais constantemente denunciavam a situação social do ex-escravo brasileiro, sendo a imprensa negra fundamental para que os ideais de luta em favor dessa classe se refletissem em um movimento negro político organizado.

A produção dessa imprensa tinha o intuito de exercer liderança sobre as massas negras, realizando ações educativas organizadas por meio da solidariedade da comunidade negra. Bastide (1983), aponta para as principais funções sociais: o

reconhecimento da classe média negra, a dignificação social dos grandes homens negros brasileiros e o protesto contra o racismo.

À medida que se extremavam as posições políticas no Brasil a partir da crítica generalizada à democracia liberal, sub-repticiamente associada à República oligárquica, essa imprensa ressuscitava as velhas categorias raciais, fazendo seu proselitismo em torno da arregimentação da raça negra. A República liberal foi acusada de ter barrado o processo mais radical de abolição da escravidão e deixado o povo negro na situação deplorável em que se encontrava. (GUIMARAES, 2012, p.18)

O movimento negro se torna mais organizado a partir do século XIX, na luta pela abolição da escravatura.

Mas, durante este período, o etnocentrismo europeu influenciou o Brasil através das políticas racistas, tentando realizar um mecanismo de esquecimento das culturas africanas na qual se justificavam os ataques à memória cultural negra através de um processo “civilizatório” de dominação por meio de costumes europeus.

É importante perceber que, o país passou por um processo de construção da identidade nacional mediante os ideais iluministas, de modernização capitalista, ideias republicanas e abolicionistas. O pensamento do abolicionista também foi influenciado por esses ideais. O intelectual negro André Rebouças defendia o fim da escravidão sem indenização para os proprietários de escravos, publicando em 1883, uma série de panfletos com o título “Abolição imediata e sem indenização”. Reivindicava nesse documento o fim da escravidão e, além disso, demonstrava preocupação com a população negra, inclusive com a educação após a libertação.

A abolição dos escravos em 13 de Maio de 1888 e a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 não resolveram o problema da nação brasileira. Esses acontecimentos não acabaram com os dilemas sociais dos negros, que continuaram a sofrer com o desamparo do Estado, foram abandonados à própria sorte e viviam marginalizados sem condições econômicas dignas de sobrevivência.

Após a campanha abolicionista, a mobilização política dos negros se fez através da formação da Guarda Negra, por José do Patrocínio, e a defesa da

monarquia contra o avanço do movimento republicano. O movimento chamado de Isabelismo³⁵ organizou-se em defesa da reforma agrária aos libertos, projeto de outro abolicionista monarquista negro, André Rebouças. Contudo, esse desejo não frutificou, foi voto vencido, pois previa uma autonomia para os negros que a sociedade branca escravista, e até alguns abolicionistas, não estavam dispostos a conceder.

É interessante compreendermos que o Isabelismo foi marcado, sobretudo, pela atuação da Guarda Negra no Rio de Janeiro e outras cidades, que tumultuava e dispersava comícios republicanos para que este novo regime, não surgisse no país (Gomes, 1999; Albuquerque, 2009). Apesar de todas essas manifestações, o Imperador foi deposto por um golpe militar republicano, em 15 de novembro do ano seguinte a abolição e o novo regime foi aclamado pelos fazendeiros de café, as classes médias urbanas e toda a oligarquia agrária do país (Costa, 2010; Carvalho, 1987). A República foi impulsionada a construir uma nova nação e uma identidade nacional incluindo os negros ex-escravos, que já não eram mais propriedades do seu senhor sendo considerados cidadãos dignos de direitos e deveres, apesar de viverem relegados à própria sorte.

No entanto, o monarquismo e a justiça administrada por um soberano como origem de mobilização popular sobreviveriam como inspiração conservadora e moralista durante muito tempo, e, no meio negro, até os anos 1930, inspiraria alguns líderes e porta-vozes (Guimarães, 2012).

Os primeiros anos da República foram difíceis para o exercício da liberdade pelos ex-escravos e pelo povo em geral, principalmente no campo, onde as relações de trabalho não se modificaram muito, não sem resistência. Entretanto, novos arranjos de dependência e subalternidade se formaram. Em alguns lugares, como em São Luís (MA), grupos populares e ex-escravos monarquistas reagiram contra a República dos oligarcas locais, em 17 de Novembro de 1889, com medo de uma nova re-escravização. A multidão foi dispersada a tiros, negros foram assassinados

³⁵ Foi um movimento organizado por parcelas dos negros em culto à princesa Isabel, que havia assinado a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, como forma de gratidão e defesa do regime monárquico.

pelo exército, ao que se seguiu um período de repressão aos negros urbanos, com toques de recolher (Jesus, 2010). Outro acontecimento foi a Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897, expondo ao país o isolamento e a desproteção das populações rurais (Cunha, 1902), e revoltas populares como a da Vacina (1904) e a da Chibata (1910), que foram reprimidas com banhos de sangue numa tentativa de imposição e defesa do novo regime. Ocorreram inúmeros confrontos e estranhamentos entre elites dominantes e o povo nesse período para que a nova ordem republicana fosse estabilizada.

Durante esse período, a elite política brasileira foi influenciada pelas discussões sobre raça que já se formavam na Europa no século XIX e início do século XX, pautadas na ideia da supremacia da raça branca e inferiorizando os negros e os mestiços. Joseph Arthur de Gobineau, diplomata francês que escreveu “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1855), acreditava que o Brasil era um país "sem futuro", devido a sua miscigenação e quantidade de negros, e defendia a ideia que o país precisava "branquear" (se livrar dos negros). As suas ideias racistas influenciaram diversos países, e seus autores, inclusive o Brasil e alguns intelectuais como Silvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana entre outros, nos debates em torno da questão racial.

No decorrer dos anos, houve a tentativa de harmonizar a questão racial na sociedade brasileira, através do mito da democracia racial e da valorização da mestiçagem como saída para esta questão. O Brasil é um país onde o Estado nasceu antes que um sentimento de nacionalidade se estabelecesse, sendo assim, os intelectuais foram essenciais na produção de um imaginário nacional, missão na qual o discurso de Silvio Romero se estabeleceu de forma incisiva.

Silvio Romero, intelectual, crítico social e político da sociedade brasileira, afirmava que, a saída para a questão racial no Brasil seria a mestiçagem como forma de embranquecimento da nação. Para ele essa mistura se daria entre povos superiores (brancos), e povos inferiores (negros e índios).

Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se deem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição destes, e se deem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos de raça branca. E, mais ainda, manda a verdade afirmar ser o mestiçamento uma das causas de

certa instabilidade moral na população, pela desarmonia das índoles e das aspirações no povo, que traz a dificuldade da formação de um ideal nacional comum. (Romero 2001, p.305)

Defendendo de forma sistemática a mestiçagem, critica a ideia da não aceitação da contribuição cultural do mestiço para a sociedade brasileira.

Nós aqui aceitamos as condições e não fugimos às responsabilidades que a história nos criou. Podemos, no estudo imparcial objetivo, que fazemos de nossas origens e procedências, em respeito à verdade científica, mostrar, confessar, aqui ou ali, alguma fraqueza, alguma falta de profundidade ou originalidade; mas nem renegamos nossos pais, índios, africanos ou europeus, nem caímos mais na tolice, no preconceito, de pretender ocultar o enorme mestiçamento aqui operado em quatro séculos. Só um fanático arianizante é que pode ainda ter a leviandade ou a cegueira de reduzir, no século XX, os mestiços apenas a camadas sem ação direta na cultura e na sociedade do Brasil! [...]. (ROMERO, Silvio. Passe Recibo, cit., 1904 p. 54.)

E afirma, ainda, que todo brasileiro é um mestiço e a história brasileira se define pela união de cinco fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira, sendo o país, um modelo único para a mestiçagem.

A história do Brasil [...] é antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não em sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (Romero, 1960, p. 54)

Pesquisadores eugenistas após diversas discussões, chegaram à conclusão que a miscigenação da população brasileira seria gradativa até o embranquecimento total. No intuito de acelerar esse processo, as elites e os políticos brasileiros viram na imigração uma forma rápida de conseguir esse embranquecimento, como afirma Seyferth (1996):

Mas os cientistas brasileiros encontraram meios para contornar a visão negativa mantida pelo racismo para a mistura de raças, ora classificadas como inferiores, ora como atrasadas: inventaram a tese do branqueamento e os mestiços “superiores”! Nos termos da sua versão “científica”, através da memória apresentada por J. Lacerda no Congresso Universal das Raças, 1911, como delegado do governo brasileiro (Lacerda,1911), o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. Portanto, em termos gerais, o Brasil

teria uma raça, ou um tipo ou, ainda, um povo (o conceito empregado não importa) nacional. Em suma a característica que faltava para definir a nação. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação. (SEYFERTH, 1996, p.49)

Neste sentido, conforme afirmamos, a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a diplomacia brasileira se empenhou em desenhar uma postura positiva do país junto ao público europeu e, em menor medida, também ao dos EUA, por meio de livros, palestras e exposições, com o objetivo de atrair capitais e imigrantes (SKIDMORE, 1976, p.142). Sobretudo a partir da década de 1890, o objetivo dessa propaganda era trazer trabalhadores supostamente mais aptos que o trabalhador nacional ao regime de trabalho livre que se consolidaria com o fim da escravidão.

Esse retrato positivo contemplou também a ideia de que não existiam conflitos raciais e sociais no Brasil, sendo reforçada pelo conceito de que a colonização portuguesa se caracterizou pela inexistência de preconceitos raciais, da qual a miscigenação seria o melhor exemplo (SKIDMORE, 1976). Essa opinião foi largamente partilhada por intelectuais e políticos do Império e da Primeira República.

A Europa e os Estados Unidos realizavam diversos debates referentes à raça a partir da década de 1930. Neste período Gilberto Freire publica "Casa-Grande Senzala", que atende a questão da miscigenação racial. Nesse livro, Freire retoma a questão racial, porém, mudando o conceito de raça para o de cultura, ele desenvolve a ideia de democracia racial, com isso, acredita-se que na sociedade brasileira não existia o racismo já que as três raças: o branco, o índio e o negro viviam em harmonia.

Como observa Da Matta (1981), o preconceito contido no "mito das três raças", floresceu do final do século até os dias atuais. Tanto no campo erudito como no popular, por causa da dificuldade de se pensar o Brasil através da nossa hierarquia, que está no imaginário social, através de uma ideologia abrangente nas diversas camadas e espaços sociais. Definido através de estigmas como a "preguiça do índio", "melancolia do negro", a "cupidez" e "estupidez", do branco lusitano, identificadas na cultura popular e ocasionando o atraso econômico e social.

Percebe-se que “o mito das três raças” juntamente com a política de imigração, fez com que o negro brasileiro vivesse cada vez mais segregado; a elite passou a olhá-los com repúdio, preferindo a mão de obra imigrante no início do século XX, ocasionando, assim, a ascensão do imigrante e reforçando o desemprego estrutural do negro e condenando-o a viver à margem da sociedade.

[...] os fazendeiros, donos de oficinas, de estabelecimentos comerciais e de prestadoras de serviços, contratavam os brancos imigrantes europeus para os novos postos de trabalho. Estes, após um ciclo de tempo, ascendiam socialmente, tornavam-se patrões e incorriam na mesma postura dos membros da comunidade étnica à qual pertenciam. Operava-se um círculo vicioso que privilegiava o branco, provocando, objetivamente, o desemprego estrutural do negro. (DOMINGUES, 2004, p.120)

O intelectual negro, Abdias do Nascimento, em entrevista para o livro “Lideranças Negras”, afirmou que durante a década de 1930 houve diversos conflitos entre a juventude negra, pois nesse período essa comunidade era constantemente discriminada.

Em 1936, frequentemente havia conflitos entre a juventude negra por causa dos focos de discriminação. Quebrávamos cinemas, barbearias, boates que não deixavam o negro entrar. A vida em São Paulo era pontilhada por esses incidentes, resultado de uma discriminação ostensiva, diversa da que se faz hoje, de maneira velada. (CONTINS, 2005, p.23)

Apesar do preconceito que sofriam na sociedade, os negros no início da República, viam no estudo e no trabalho as ferramentas igualitárias acreditando nesses fatores como forma de ascensão social (DOMINGUES, 2004; 2007). Outra medida encontrada foi se organizarem em forma de sociedades assistencialistas e, tentar assim, conquistar um espaço na sociedade em busca de seus direitos.

Podemos dizer que os primeiros movimentos sociais afro-brasileiros reclamavam, veementemente, por uma segunda abolição, que se daria através de condições sociais favoráveis para os negros. A mobilização negra nos primeiros anos do século XX caminharia para a formação de uma associação de negros responsáveis pela sua promoção na sociedade, a “Frente Negra Brasileira”, sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos.

3.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS AFROS DECISIVOS DO SÉCULO XX NO BRASIL: A FRENTE NEGRA BRASILEIRA, TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO E O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO.

As teorias racistas do século XIX fizeram com que o movimento negro no Brasil se organizasse cada vez mais na luta contra o preconceito racial. O início do século XX foi marcado pelo surgimento da Frente Negra Brasileira – FNB - uma das maiores organizações negras do século XX, que começou como uma associação assistencialista e de promoção dos negros na sociedade e formou-se como partido político na década de 30. Foi extinta por Getúlio Vargas junto com os demais partidos políticos do país. A FNB tinha em seus quadros de associados mais de 200 mil pessoas em todo o Brasil, realizando várias formas de assistência aos negros principalmente na área trabalhista e educacional.

Segundo José Correia Leite, um dos fundadores da FNB, a situação do negro era de total abandono e descaso, o que propiciou o surgimento deste movimento social. Assim ele define:

Sempre é bom reprisar o óbvio sobre a questão do negro ter saído da noite escura de três séculos de escravidão e caído na marginalidade. Depois daqueles horrores todos, houve o desamparo, nenhum apoio. Nós estávamos próximos de “88” nos anos 20. Eram trinta e poucos anos. Dava a impressão que a gente estava ainda com a sombra da senzala na frente. O negro - como até hoje continua sendo – era um elemento desamparado, não tinha retaguarda. Era vítima de tudo quanto era injustiça. (LEITE, 1992, p.81)

Essa situação social também é confirmada em pesquisa recente realizada por Laiana Lannes de Oliveira em sua dissertação “A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930”, onde ela descreve a falta de condições sociais mínimas de sobrevivência para os ex-escravos deixados à própria sorte por parte da elite brasileira.

O cativo e a falta de assistência e interesse, por parte da elite brasileira, sobre as condições sociais dos negros, eram os principais responsáveis pela péssima situação dos ex-escravos e seus descendentes. Após a abolição os negros não tinham onde morar. A dificuldade de conseguir trabalho estável e bem remunerado, os levou para a rua ou para os cortiços. Viviam em péssimas condições, faltava o mínimo de higiene. Pequenos

espaços eram compartilhados por várias pessoas que se alimentavam, na maioria das vezes, de restos trazidos da rua ou do trabalho. Segundo Florestan Fernandes, faltavam uma estrutura familiar e sentimento de solidariedade e responsabilidade entre os negros. As crianças ficavam sozinhas enquanto as mães estavam trabalhando ou se prostituindo. (OLIVEIRA, 2002, p.28-29)

Abdias do Nascimento, outro militante negro contemporâneo à criação da FNB, afirmou que a frequentava de forma velada, em seu relato deixa clara a necessidade, na época, dos negros se reunirem e formarem associações para auxiliar na luta contra as discriminações.

[...] Comecei a me ligar nas organizações que lutavam contra a discriminação racial. Vi que tinha de estar unido com os outros que também tinham consciência do problema para lutarmos juntos. E também comecei a conhecer pessoas envolvidas nisso.

Nesta revolução tive visão daquilo que o negro era capaz. Em São Paulo, criou-se, em nível militar, a Legião Negra. Também comecei a frequentar, referente à sociedade civil, a Frente Negra Brasileira, que se fundou também em São Paulo. Eu não podia ser membro ativo, nem muito visível porque eu era militar, o que me impedia de participar de qualquer associação de questões sociais ou políticas. Não sei se agora já permitem, mas naquele tempo era uma grande indisciplina pertencer à qualquer entidade de cunho político e social. Mas eu frequentava veladamente, participando dessas atividades. (CONTINS, 2005, p.25)

Sua insatisfação era tão grande diante da situação social do negro que em 1944, fundou o Teatro Experimental do Negro, que tinha como objetivo a valorização do negro e sua cultura. Realizando uma nova dramaturgia com crítica social, esse teatro não era apenas para que os atores representassem, mas, também, uma forma de luta contra o racismo.

Quando tive preso em São Paulo, de 1943 a 1945, criei o teatro do presidiário. Ao sair da penitenciária, tentei fazer o Teatro Negro, que fundamos em fins de 1944. Ficou estabelecido, desde o início, que ia ser um teatro negro. Não era simplesmente para representar, mas também devia de ser uma frente de luta. Estreamos em 8 de maio – dia da vitória dos aliados sobre o nazismo; também vencíamos a bastilha do racismo no Brasil, o Teatro Municipal, em nossa estreia com o Imperador Jones. Agnaldo Camargo o interpretava; eu o dirigia. Foi uma estreia cercada de muito ceticismo, porque ninguém acreditava que negros, inexperientes como nós,

pudessem dirigir e representar uma peça com tanta dificuldade técnica. Foi, porém um sucesso: logo na estreia se provou que o negro pode fazer teatro. (CONTINS, 2005, p.39)

A redemocratização na década de 1945 - processo de restauração da democracia após regime ditatorial de Getúlio Vargas que havia se iniciado em 1937 - propiciou ao país restabelecer a democracia parlamentar, sem necessidade de maiores reformas sociais ou econômicas. As formas de identidade racial nesse período tiveram que se conformar ao figurino mestiço do novo mito fundador da nação, ou seja, transformaram-se em protesto contra o preconceito de cor e de raça, e se justificaram perante a opinião pública enquanto aprimoramento da democracia racial gerando uma fundamentação para este mito. Mas, no Rio e em São Paulo, organizações como o Teatro Experimental do Negro e intelectuais ativistas como Abdias do Nascimento, Solano Trindade, ou Guerreiro Ramos conseguiram alguma visibilidade nas suas militâncias (GUIMARAES, 2012).

A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro marcaram a segunda fase do movimento negro com uma ideologia moderada voltada para uma estratégia de integração entre as raças. Em nenhum momento das pesquisas realizadas em livros e nos relatos dos militantes ficou latente o desejo de um embate, ao contrário, o objetivo era que o negro encontrasse seu lugar na sociedade sem um confronto direto entre a raça negra e a branca. O que justifica a teoria de Petrônio Domingues (2007) sobre as três fases dos movimentos afros brasileiros no período republicano, que são explicitadas a seguir.

O período que compreende de 1889 a 1937 foi marcado pela predominância do discurso moderado e voltado para o nacionalismo. Em defesa de forças políticas de direita e a estratégia cultural era assimilacionista, ou seja, passaram a adotar as ideias da classe dominante, porém, voltadas para o negro, sendo essa época o momento de criação da Frente Negra Brasileira.

De 1945 a 1964 o tipo de discurso racial era moderado com estratégia cultural integracionista, com ideologias e posições políticas voltadas para o nacionalismo e posições políticas de centro e de direita na década de 40 e 50. Período de criação

do TEN, do Teatro Popular Brasileiro e Associação dos Negros Brasileiros, por Correia Leite.

O período de 1978 até 2000 o tipo de discurso era de embate com estratégia cultural diferencialista (igualdade na diferença), e os princípios ideológicos e posições políticas voltadas para o internacionalismo e defesa das forças políticas de esquerda marxista, nos anos 70 e 80³⁶.

A criação da MNU marca uma nova formação do movimento negro contemporâneo no Brasil a partir de 1970, e isto fica evidente na carta de princípios³⁷ do Movimento Negro Unificado, onde se afirma o desejo de formar uma nova sociedade com a participação dos negros em todos os setores.

Nós, membros da população negra brasileira - entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça -, reunidos em Assembleia Nacional, CONVENCIDOS da existência de:

- discriminação racial;
- marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro;
- péssimas condições de vida;
- desemprego;
- subemprego;
- discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho;
- condições sub-humanas de vida dos presidiários;
- permanente repressão, perseguição e violência policial;
- exploração sexual, econômica e social da mulher negra;
- abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria;
- colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura;

³⁶ Esse parágrafo é um resumo do quadro analítico das fases do movimento negro que estão no artigo de Petrônio Domingues. DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo. 2007

³⁷ A carta de princípios do Movimento Negro Unificado foi divulgada a sociedade brasileira e a comunidade negra para definir esse grupo social, o papel do negro na sociedade e o desejo de uma sociedade igualitária para todos.

- mito da democracia racial.

RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por:

Defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:

- maiores oportunidades de emprego;
- melhor assistência à saúde, à educação e à habitação;
- reavaliação do papel do negro na história do Brasil;
- valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção;
- extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos;
- liberdade de organização e de expressão do povo negro.

E CONSIDERANDO ENFIM QUE:

- nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós;
- queremos uma *nova* sociedade onde *todos* realmente participem;
- como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira.

NOS SOLIDARIZAMOS:

- a) com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais;
- b) com a luta internacional contra o racismo.

POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL!

PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO! (MNU, 1988, p.18-19)

Na carta ficam ressaltadas algumas situações sociais que afligiam o negro brasileiro, como discriminação racial, desemprego, marginalização, repressão, perseguição e violência policial. A demanda política era a mesma enfrentada pela FNB no início do século XX, entretanto, a forma apresentada como solução pelo MNU foi pelo embate e enfrentamento. O seu discurso apresenta uma crítica ao mito da democracia racial, a igualdade formal entre negros e brancos, a ideia de assimilação, que era tão comum aos primeiros movimentos.

Além do caráter popular, ausente no projeto do Teatro Experimental do Negro. O MNU se distingue do TEN por sua crítica ao discurso nacional hegemônico. Isto é, enquanto o TEN defendia a plena integração simbólica dos negros na identidade nacional “híbrida” o MNU condena qualquer tipo de assimilação, fazendo do combate à ideologia da democracia racial uma das suas principais bandeiras de luta, visto que aos olhos do movimento, igualdade formal assegurada pela lei entre negros e brancos e a difusão do mito de que a sociedade brasileira não é racista teria servido para sustentar, ideologicamente a opressão racial. Assim os conceitos “consciência” e “conscientização” passam a ocupar, desde a fundação do MNU, lugar decisivo na formulação das estratégias do movimento. (COSTA, 2006:144)

Neste período o movimento buscava a afirmação de uma identidade negra no combate à discriminação racial. Passou a utilizar o conceito de raça como um instrumento para a afirmação de uma identidade negra, lutando contra as desigualdades sociais vividas pela população de ex-escravos, com um discurso racialista³⁸ na luta contra a propaganda da democracia racial.

A criação do Movimento Negro Unificado, em 1978, marca a evolução de diversas associações negras existentes, pois esse grupo surge na cena política brasileira com um caráter político-ideológico que marcou o século XX (SANTOS, 1985). Cria mobilização política através do conceito “consciência”, que se daria pelo fato de influenciar no pensamento do indivíduo negro uma consciência histórica e cultural do seu povo e de si mesmo e “conscientização” da população brasileira para a questão racial.

³⁸ O racialismo segundo o filósofo Appiah seria um discurso que acredita na ideia de raças hereditárias, que define uma essência racial, onde cada raça teria uma especificidade. Ver APPIAH, Kwane Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1997.

3.3 MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO: A NOÇÃO DE RAÇA E O TRANSNACIONALISMO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A memória do movimento negro foi construída socialmente, em torno de um processo de afirmação identitária. A memória está relacionada com a identidade como afirma Pollak (1992),

O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 1992, p.5)

O movimento negro enquanto grupo social dinâmico, ou seja, possuidor de diversas atividades em prol da causa, foi influenciado pelos contextos políticos nacionais e internacionais, na busca da valorização cultural e social de sua raça através de reivindicações. A militância negra procurou criar um afro-brasileiro, com consciência de si mesmo, com valorização da sua identidade, cultura e resistência às diversas formas de discriminação e racismo. Vários grupos sociais afro com características identitárias diferentes surgiram no Brasil na década de 1970.

A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil aconteceu em 1978, com a criação da MUCDR (Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial), como protesto à morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo, e contra a expulsão de 4 atletas de um clube paulista. O MUCDR foi criado em 18/06/1978, porém em 23/07/1978, passa a se chamar MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial) e, em 1979, MNU.

O MNU tem característica política e atua até hoje na luta contra a discriminação e pela igualdade racial. É uma das militâncias negras de maior influência política no Brasil; desde a sua criação se propõe a ser um movimento nacional unificado com militantes em diversos estados. Atualmente, possui diversas ramificações pelo país. O seu surgimento marcou a história no que se refere à luta pelos direitos sociais.

Na fase contemporânea do movimento negro o MNU tem marcado a história do Brasil com protestos e reivindicações desde a sua fundação. Propôs juntamente

com o Grupo “Palmares” que o dia 20 de Novembro fosse chamado “Dia Nacional da Consciência Negra”. Esse momento configura uma disputa de memórias, o MNU propôs a necessidade de revisão da memória oficial reivindicando a inclusão do negro na história oficial do Brasil. Evidencia assim, a postura política desse movimento como um grupo de minorias pelo reconhecimento da “memória subterrânea” (POLLAK, 1989) frente à memória oficial do Brasil.

Entende-se por “memória subterrânea” do movimento negro os discursos e as práticas sociais de reivindicação por direitos; a luta empreendida pelos diversos movimentos sociais no intuito de estender o conceito de cidadania no interior das relações sociais. Quando essas “novas” categorias étnicas, religiosas e de gênero tentam impor novos sentidos às categorias com as quais eram identificados, essa reminiscência emerge na cena social firmando sua identidade, esses grupos trazem à luz uma memória para a qual buscarão reconhecimento no espaço público através de requisição por direitos sociais, lutando para manter viva uma memória particular por meio desses processos de reivindicação sobre a questão da identidade, seja ela de minorias, seja do ponto de vista da nação. Por isso, o discurso de “memória” tem atingido tamanho significado na contemporaneidade.

Houve uma ausência de discussão do termo raça no Brasil durante o período da década de 1930 até os anos de 1970, numa tentativa de silenciar as memórias subterrâneas dos negros. Guimarães (2002), observa que esse período foi marcado por uma ruptura no desenvolvimento brasileiro, com o enfraquecimento da economia agroexportadora, o desenvolvimento de uma economia industrial e o surgimento de novas classes sociais, que se tornariam os novos agentes da mudança social e política desse período, sendo esses o operariado, as classes médias urbanas e os burgueses da indústria.

Percebe-se que a carência sobre as questões raciais nesse período acontece devido, também, ao quadro político, pois, entre 1937 e 1945 instaura-se no país o governo do Estado Novo. Nessa época o Congresso Nacional foi fechado, diversos partidos políticos extintos, foi um período de extrema censura nos meios de comunicação, perseguições e prisões dos inimigos políticos.

Contudo, o silêncio imposto por esses acontecimentos não diminuiu as contestações de discriminação racial e desigualdades sofridas pelos negros

(GUIMARÃES, 2002). Isso levou alguns negros, vítima desse preconceito, a lutar por reconhecimento e a assumir sua negritude, reconstruindo um novo discurso baseado na etnia e na cultura.

O conceito de “raça” no Brasil serve como categoria política necessária para organizar a resistência ao preconceito, principalmente por parte de grupos sociais, para evidenciar o racismo e desigualdades sociais relacionadas à cor.

Pois bem, no caso brasileiro, parece ter acontecido justamente o contrário. As raças foram, pelo menos recentemente, no período que vai dos anos 1930 aos anos 1970, abolidas do discurso erudito e popular (sancionadas, inclusive, por interdições rituais e etiqueta bastante sofisticada), mas, ao mesmo tempo, cresceram as desigualdades e as queixas de discriminação atribuídas à cor. Essas eram vozes abafadas. Para obterem reconhecimento, viram-se forçadas a recrudescer o discurso identitário, que resvalou para reconstrução étnica e cultural. Tais identidades apenas hoje estão assentadas no terreno político. Mais ainda: a assunção da identidade negra significou, para os negros, atribuir à ideia de raça presente na população brasileira que se autodefine como branca a responsabilidade pelas discriminações e pelas desigualdades que eles efetivamente sofrem. Ou seja, correspondeu a uma acusação de racismo. E isso justamente porque tais discriminações e desigualdades não foram nunca reconhecidas como tendo motivação racial, quer pelas elites políticas e pelas classes médias que se definem como brancas, quer pelas classes trabalhadores. Assim, a retomada da categoria de raça pelos negros correspondeu, na verdade, à retomada da luta antirracista em termos práticos e objetivos. (GUIMARÃES, 2002, p.51)

Mas, para Hebe Mattos (2007), as relações raciais no mundo atlântico resultam de um processo de construção social relacionado às formas de adequação da memória do período escravista. Esse processo foi capaz de utilizar sistemas de classificação e construção de identidades coletivas distintas em diferentes momentos e lugares.

Nesse caso, a “raça” funciona como uma ponte entre sentidos e práticas socialmente construídos, entre as interpretações subjetivas e a realidade material vivida (HANCHARD, 2001). Essa concepção está relacionada com o que Paul Gilroy (2001) chama de relação diaspórica no atlântico negro.

A crítica realizada por Gilroy (2001) ao essencialismo étnico no Brasil do início do século XX seria que alguns movimentos sociais teriam tomado emprestado

algumas concepções autoritárias de cunho fascista, através de teorias alemãs na ideologia de um absolutismo étnico.

Para o autor as experiências vividas e trocadas durante a diáspora pelas populações negras contra o regime escravocrata e a discriminação racial, foram fundamentais para a construção de uma nova identidade e cultura negra nesses diversos territórios, desconstruindo a ideia de essencialismo racial.

Estas duvidosas aquisições tornaram os negros não apenas contingentemente similares, mas permanentemente e irredutivelmente os mesmos. (Este é um problema não resolvido que, na minha visão de estrangeiro, parece ter forte ressonância aqui com as controvérsias sobre a relação entre o integralismo de Plínio Salgado e a Frente Negra Brasileira sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos). A história destas organizações autoritárias e ultranacionalistas ainda é importante para a análise da diáspora sobre as culturas políticas negras no século XX e para o trabalho mais amplo de enriquecimento do antirracismo político com um centro ético que por vezes lhe falta. Lidar com estes atalhos que buscam uma solidariedade mecânica nos lembra que o conceito de diáspora pode oferecer alternativas reais para a inflexível disciplina do parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática. A popular imagem de nações, raças ou grupos étnicos naturais, espontaneamente dotados de coleções intercambiáveis de corpos ordenados que expressam e reproduzem culturas, absolutamente distintas é firmemente rejeitada. Como uma alternativa a metafísica da "raça", da nação e de uma cultura territorial fechada, codificada no corpo, a diáspora é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Uma vez que a simples sequência dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência é rompida, o poder fundamental do território para determinar a identidade pode também ser rompido. (GILROY, 2001, p.18)

É importante salientar que a identidade construída pelo movimento negro tem relação com os países do atlântico negro sofrendo a influência do que Michael Hanchard (2001) chama de "transnacionalismo negro". Esses grupos sociais não estão restritos aos seus territórios ou Estado-Nação, mas são entidades negras que adotam uma política transnacional onde trocam experiências e culturas com diversos países.

No que diz respeito à luta contra o racismo, é necessário pensar os movimentos negros como reflexo da política negra transnacional onde as ideias, informações e culturas desses grupos não eram restritos aos seus territórios de origem.

Contudo, é necessário compreender essa transnacionalidade para entender as circulações de ideias no movimento negro, que foi muito difundida através da

imprensa negra, uma vez que as ideias circulavam pelos mais diversos países do Atlântico.

A imprensa negra foi muito importante para os movimentos sociais afro-brasileiros como estratégia na sua formação através de informações e referenciais que chegavam até os militantes, recebendo influências de ideias e informações produzidas pelos países da diáspora negra, como forma de cooperação na luta contra o racismo no mundo, influências dos Estados Unidos na luta pelos direitos civis, informações oriundas do processo de libertação dos países africanos, principalmente de Angola e Moçambique (PEREIRA, 2007,2010; DOMINGUES, 2007).

Eram muitas e diversas as informações vindas dos países que formavam a diáspora negra, principalmente com intercâmbios da imprensa negra entre Brasil e Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que recebia informações, os brasileiros também enviavam referenciais e informações para os americanos, criando assim um círculo de trocas que beneficiava ambos os lados na luta contra o racismo.

A troca de informações com a imprensa negra norte-americana não era somente na forma de recepção de informações, mas sim numa contribuição de forma ativa para a luta dos negros também nos E.U.A. Essas trocas foram fundamentais como estratégias para a veiculação de ideias e planos de ações desses grupos sociais.

Um importante elemento que deve ser levado em consideração em análises sobre a formação dos diferentes movimentos sociais são as informações e referenciais que chegam até os militantes através dos meios de comunicação. Neste sentido, a criação de seus próprios jornais, divulgando informações a partir de seus objetivos, sempre foi uma estratégia fundamental. No caso do movimento negro brasileiro, essa estratégia foi utilizada nos diferentes momentos de sua história, desde o final do século XIX [...]. Veículos de informação constituídos por negros tiveram um papel fundamental para a circulação de informações, ideias e referências para a luta contra o racismo no Brasil e em outras partes do planeta. Se levarmos em consideração a importância da imprensa negra para a formação do movimento negro politicamente organizado nos Estados Unidos, principalmente nas décadas de 1930 e 1940 e a cobertura dada às relações raciais e ao movimento negro no Brasil nos importantes jornais aqui citados, é possível perceber que o movimento negro brasileiro nunca foi apenas receptor, mas que também contribuiu para essa circulação com estratégias, informações, ideias e até mesmo servindo como referencial para outros negros em suas lutas na diáspora. (PEREIRA, 2010, p.124)

No Brasil, as influências externas podem ser percebidas não somente através da imprensa, mas também, das exercidas por movimentos de caráter político, como o *Black Power*, realizado por setores da comunidade negra nos Estados Unidos, que lutavam pelo acesso às instâncias de poder político no período de segregação, na década de 1960, pregando o orgulho negro.

O *black is beautiful*³⁹ foi um movimento cultural norte-americano que tinha o objetivo de acabar com os estereótipos negativos tais como cor, cabelo e cultura negra, através da afirmação da beleza negra e da valorização da cultura. Influenciou o movimento negro através do movimento *Black Soul*. Onde diversos bailes aconteciam pela cidade do Rio de Janeiro proliferando o estilo *black music*, evidenciando uma busca pela afirmação identitária nos estilos musicais e por meio das roupas e penteados que remetiam aos usados pelos norte-americanos, como forma de contestação e afirmação.

3.4 MOVIMENTO NEGRO E AS PRÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO

No início, o movimento negro contemporâneo fazia a sua articulação ideológica trabalhando com a ideia de cultura e política. Porém, o culturalismo⁴⁰ tem sido um empecilho a certos tipos de atividade política contra a hegemonia por reprodução de tendências culturalistas, encontradas na ideologia da democracia racial na sociedade brasileira em geral. Devido a isso, existe uma dificuldade para o movimento negro em articular direitos civis para os afrodescendentes através da argumentação da ideia de raça.

³⁹ Esse movimento começou em um esforço para contrariar a ideia prevalecente na cultura americana que se apresenta como típico de "negros" eram feios e os "brancos" eram bonitos. A pesquisa indica que a ideia de "negritude" ser feio é altamente prejudicial para a psique dos afro-americanos, manifestando-se como o racismo internalizado.

⁴⁰ A cultura influência na personalidade dos indivíduos tanto como processo de transformação política e etnocultural.

Os militantes negros eram considerados antipatrióticos e simpatizantes do comunismo. Sofreram diversos tipos de repressão quer seja coerção física, censura e acusações de racismo às avessas (HANCHARD, 2001; GUIMARÃES, 2012).

Os negros eram apresentados como personagens de renome e relevância no Brasil somente no âmbito da religião, dos esportes e da cultura. No que tange às instituições e posições de poder ou autoridades eram considerados incapazes para tais cargos (HANCHARD, 2001).

Os ativistas do movimento negro lutaram para mostrar os vínculos entre a raça, a desigualdade social e a negação dos direitos humanos. O centenário da abolição em 1988, fez com que acontecessem debates nacionais, como tentativa de provocar mudanças nas atitudes e no comportamento de vários setores da sociedade brasileira.

Porém, o que esta pesquisa aponta é que o reconhecimento da cultura e religião negra criava uma falta de consciência racial entre os brasileiros principalmente, os negros. Essa apropriação dificultava a aceitação do racismo na sociedade brasileira, pois, o imaginário social através da democracia racial fez com que muitos brasileiros negros não entendessem a razão para adotar uma identidade negra. Isso propiciava a necessidade de construção de uma identidade negra por parte dos grupos sociais afros.

Essa posição aparece nitidamente quando as elites brasileiras passaram a criticar as atitudes reivindicatórias e de denúncias do movimento negro no que diz respeito a situação social na década de 1970 e 1980, pois, viam tais atitudes como afronta à unidade nacional (HANCHARD, 2001; GUIMARÃES, 2012).

Isso pode ser explicado através do que Gramsci (1999) observou na relação entre política e a cultura. A política cultural é utilizada pela massa oprimida como uma forma de contestação política contra o autoritarismo dos poderosos. Foi o que o movimento negro tentou realizar durante esse período através da conscientização de uma política cultural, objetivando que o negro conhecesse mais sobre a sua história e cultura e assim não aceitar as ideologias impostas pela maioria branca.

Contudo as práticas culturalistas se concentravam na identidade racial e na herança africana dificultando outras formas de consciência e mobilização coletiva.

Para Hanchard (2001), as práticas culturalistas do movimento negro não conseguiram atingir o resultado na luta contra o racismo, pois, seriam necessárias políticas antirracistas através de jurisprudência, concorrência eleitoral e educação, já que sem essas ações o negro não se beneficiaria da abertura da sociedade brasileira.

Essa afirmação do autor caracteriza o que Frantz Fanon (2005) afirma sobre as práticas culturalistas durante as lutas anticolonialistas no continente africano, que se concentravam praticamente em questões de identidade, raça e etnia, negligenciando as questões da ascensão social e do poder. Observamos que no Brasil isso também aconteceu, resultando em negros não ocupando cargos de prestígio e de poder.

Diante da complexidade desses diversos grupos via-se a necessidade de uma ligação com os partidos políticos para reforçar a luta negra com vistas a atender a necessidade de contestar a ordem dominante através das críticas cada vez mais abertas a violência racial, discriminação e submissão dos negros em diversos setores da sociedade brasileira. Mesmo assim a situação não se alterou significativamente nos últimos anos, no que diz respeito aos afro-brasileiros ocuparem cargos de chefias e lideranças em empresas privadas e governamentais.

Segundo DOMINGUES (2005), após décadas da pesquisa de Hanchard, o movimento negro tem apresentado algumas das suas ideias como, a implementação das ações afirmativas, cotas para negros, propostas políticas, permitindo assim afirmar que o quadro da luta antirracista no Brasil está se alterando. E isso, só está sendo possível porque o movimento negro brasileiro, cada vez mais, abandona o “culturalismo” e assume uma postura mais política, defendendo reivindicações no campo dos direitos civis, como aconteceu nos EUA. Chama-nos a atenção, pois o mesmo problema de aceitação da identidade negra, também foi observado no capítulo II desta dissertação na figura de André Rebouças, ou seja, quase um século após sua morte, o negro e a sociedade brasileira da década de 70 e 80 do século XX, tem dificuldade em aceitar a construção de uma identidade negra, principalmente se esta for de cunho de reivindicação de direitos.

3.5 MOMENTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO NEGRO

Como afirma Gonzalez (1982), os anos de 1970 favoreceram um ambiente de contestação social e o surgimento da mobilização negra. Esse período foi de crescimento e diferenciação do Movimento Negro, ocorrendo, a relação dos ativistas com o Estado, com outras autoridades civis como igrejas, partidos, imprensa, ONGs e com os demais movimentos, especialmente feminista e sindical. Tão importante quanto isso, foi o ambiente político internacional que ofereceu incentivos políticos e econômicos para a luta antirracista no país, seja na forma de conferências internacionais promovidas pela ONU (SANTOS, 2005), seja pelo apoio financeiro de agências financiadoras internacionais como a Fundação Ford (TELLES, 2004).

A Marcha Zumbi dos Palmares realizada em 20 de novembro de 1995 foi fundamental para as reivindicações dentro da militância reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília para denunciar o racismo e a falta de políticas públicas para os negros. Segundo Sueli Carneiro uma das sócias fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, através da Marcha os militantes mostraram para o governo as suas demandas na busca pelos direitos, reconhecimento e valorização da cultura negra conseguindo uma resposta do governo; como ela relatou na entrevista:

A criação do Grupo Interministerial foi a resposta que o governo ofereceu à Marcha. A implementação das propostas construídas por aquele grupo, liderado por Hélio Santos, não alcançaram plena inclusão ou efetivação. Mas historicamente é preciso registrar que foi no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso que as primeiras políticas de promoção da igualdade foram gestadas e implementadas. Isso é um fato histórico que tem que ser reconhecido. E que, no novo governo, acaba tendo novas dimensões com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, em 21 de Março de 2003. Mas tem um ato inaugural nas iniciativas do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, que tiveram na Marcha de 1995 o ponto emblemático de diálogo e reivindicação entre o movimento social negro e o governo brasileiro. (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.346)

Para Flávio Jorge Rodrigues da Silva, militante do movimento negro, diretor da Fundação Perseu Abramo, a Marcha Zumbi dos Palmares mostrou para o governo brasileiro a influência do movimento negro dentro do Brasil e também internacionalmente. Assim o militante declara:

Então em 1995, eu acredito que a gente conseguiu ter uma influência dentro do Brasil e também externamente. A gente conjugou os trezentos anos de Zumbi com uma relação internacional mais intensa, porque foi também nesse período que foram organizados os movimentos anticomemoração dos quinhentos anos das Américas. Foi criado na Colômbia um movimento que se chamou “Movimento negro, indígena e popular de resistência aos quinhentos anos das Américas” e a gente começou a ter ligação com esse povo todo. O nosso grande auge foi a realização da Marcha Zumbi dos Palmares. A gente conseguiu colocar quase de 30 mil em Brasília. Isso não aparece muito nos registros, imprensa deu pouca cobertura, mas foi um momento muito importante. E isso no governo do Fernando Henrique Cardoso. Como consequência, o Estado sempre dá uma resposta. Se em 1988 o Sarney criou a Fundação Palmares, em 1995, Fernando Henrique criou um Grupo de Trabalho Interministerial, chamado GTI que foi dirigido por Hélio dos Santos na época, que conseguiu, de certa forma, formular, no aparelho do Estado e no governo federal, um início de uma discussão de políticas públicas sobre a questão racial. (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.349-350)

As disputas no cenário político brasileiro se tornavam cada vez mais intensas na década de 70, pois, o movimento negro passou a contestar cada vez mais o 13 de maio - dia abolição - que não representava mais a data da luta dos negros, com isso, rejeitando a imagem da Princesa Isabel, um símbolo branco, que trazia no imaginário social a ideia de “uma monárquica benevolente benfeitora dos negros”. Contudo para o movimento negro o dia 20 de novembro trouxe em si o símbolo de resistência na pessoa de Zumbi dos Palmares, um negro que resistiu ao sistema escravista.

O Brasil, enquanto país miscigenado e multicultural, não reconhece o processo de afirmação identitária do negro e do movimento negro que é encarada diversas vezes como racismo “às avessas”. Isto é uma tentativa de deslegitimar e desqualificar a luta antirracista empregada pelo movimento. Contudo, o Brasil na sua diversidade cultural e étnica, tem o mito da democracia racial ainda no imaginário social dos brasileiros, criando assim uma dificuldade em alguns momentos de tratar com os dilemas referentes à população negra. O movimento negro através de suas mobilizações e ações sociais, tentava diminuir essa desigualdade, construindo uma identidade e uma memória afro-brasileira.

Para Jelin (2002), a memória é trabalhada pelos atores que a definem, quer seja a memória oficial ou a das minorias, são construções sociais na busca da identidade e pertencimento de um grupo. Todas essas memórias trabalham para legitimar os seus discursos, quer seja em momentos de crise ou não.

La constitución, la institucionalización, el reconocimiento y la fortaleza de las memorias y de las identidades se alimentan mutuamente. Hay, tanto para las personas como para los grupos y las sociedades, períodos “calmos” y períodos de crisis. En los períodos calmos, cuando las memorias y las identidades están constituídas, instituídas y amarradas, los cuestionamientos que se puedan producir no provocan urgencias de reordenar o de reestructurar. La memoria y la identidad pueden trabajar por sí solas, y sobre sí mismas, em uma labor de mantenimiento de la coherencia y la unidad. (JELIN, 2002, p.25-26)

Nilma Bentes, militante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), fez um cartaz com um texto que influenciou as militâncias do período, para conscientizar a população do Pará referente aos objetivos do movimento em relação ao Dia da Consciência Negra.

Consciência Negra no Brasil⁴¹

Ter consciência negra significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz achatado, mas que essas diferenças não significam inferioridade. Que ser negro não significa defeito, significa apenas pertencer a uma raça que não é pior e nem melhor que outra, e sim, igual.

Ter consciência negra significa compreender que somos tratados como subumanos, para que acreditemos ser inferiores passíveis de exploração, sem direitos de exigir tratamento exatamente igual ao dos não-negros.

Ter consciência negra significa compreender que somos discriminados duas vezes: uma porque somos negros, outra porque somos pobres, e, quando mulheres, ainda mais uma vez, por sermos mulheres negras, sujeitas a todas as humilhações da sociedade.

Ter consciência negra significa compreender que não se trata de passar da posição de explorados para a posição de exploradores, e sim de lutar, junto com os demais oprimidos, para fundar uma sociedade sem explorados e exploradores. Uma sociedade onde tenhamos, na prática, iguais direitos e iguais deveres.

⁴¹ Parte do texto de Nilma Bentes que consta no cartaz do Cedenpa (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará) do final da década de 1990. Retirado do livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil*.

Ter consciência negra significa combater todas as tentativas dos opressores em nos dividir, não somente entre nós mesmos, mas também dos demais segmentos que lutam por uma sociedade de iguais.

Ter consciência negra significa compreender que a luta contra o racismo não é uma luta somente dos negros, e sim de toda a sociedade que se quer livre, pois não há sociedade livre onde exista racismo [...]. (ALBERTI & PEREIRA, 2007, p.525-526)

Esse discurso de Nilma Bentes evidencia a busca da valorização da diferença tão reivindicada pelos militantes na procura pela igualdade racial. No entanto, as lutas realizadas, principalmente pelo movimento negro, que têm instigado os debates sobre as questões raciais, sociais e econômicas na sociedade brasileira, têm transformado a situação social do negro, contestando e reivindicando direitos.

Os grupos sociais afro-brasileiros são heterogêneos, com divergências de ideologia, mas sempre na luta pelo lugar social e de reconhecimento do negro, de sua história e memória frente à memória oficial do Brasil. Esse espaço da memória é um espaço de luta política de “memória contra memória” evidenciando que é um espaço de resistência. Assim,

Cabe estabelecer um hecho básico. En cualquier momento y lugar, es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda una sociedad. Pueden encontrarse momentos o períodos históricos em los que el consenso es mayor, em los que un “libreto único” del pasado es más aceptado o aun hegemónico. Normalmente, ese libreto es lo que cuentan los vencedores de conflictos y batallas históricas. Siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas, em la resistencia, em el mundo privado, em las “catacumbas”. Hay una lucha política activa acerca del sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es entonces um espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida em términos de la lucha contra el olvido; recordar para no repetir. (JELIN, 2002, p.5-6,).

Essa luta por uma legitimação da memória propiciou uma nova forma de organização desse ativismo de forma política, que são as ONGs, que parecem ter sua origem no período preparatório do Centenário da Abolição, e seus desdobramentos no início da década de 1990, com destaque para o “I Encontro Nacional de Entidades Negras” (ENEN), em 1991. Esse último evento mostrou que o MNU começou a perder espaço no meio da militância negra para um novo tipo de

ativismo que foi o adotado pelas organizações não governamentais (MENDONÇA, 1996).

Durante este período do transcurso de preparação do ENEN e do centenário da Abolição, percebe-se a emergência das principais organizações negras da atualidade, como é o caso do Maria Mulher (1987), Instituto do Negro Padre Batista (1987), Geledés – Instituto da Mulher Negra, (1988), UNEGRO- União dos Negros pela Igualdade, (1988), CEAP- Centro de Articulações das Populações Marginalizadas, (1989), CEERT – Centro de Estudos das relações de Trabalho e Desigualdades, (1990), Casa de Cultura da Mulher Negra, (1990), Soweto Organização Negra, (1991) Crioula, (1991) e o Steve Biko, (1992).

O movimento negro tentou chamar a atenção para os legados e práticas persistentes de discriminação racial no Brasil, em meio a um processo de hegemonia racial que nega a existência de desigualdades raciais, ao mesmo tempo em que a produz. Procurou acentuar os aspectos positivos da história afro-brasileira e africana, a fim de ampliar a consciência racial dos afro-brasileiros sem perder de vista a realidade cotidiana da opressão racial no Brasil.

4 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DE ANDRÉ REBOUÇAS NO MOVIMENTO NEGRO

Neste último capítulo será abordada a representação social de André Rebouças para o Movimento Negro. Para isso, foram realizadas consultas bibliográficas e análises de documentos referentes aos movimentos. Utilizamos o livro “Lideranças Negras”, de Márcia Cotins que apresenta entrevistas com as principais lideranças negras, homens e mulheres do Rio de Janeiro e suas trajetórias de mobilização durante as décadas de 1980 e 1990. No livro “Histórias do Movimento Negro no Brasil”, Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira apresentam entrevistas com lideranças negras de todo o Brasil. Ambas trazem muitas histórias de luta contra o racismo.

Este trabalho de análise das narrativas apresentados nos livros citados levou em consideração que as entrevistas foram realizadas em contextos e propósitos diferentes do tema abordado nesta dissertação. Contudo, elas apresentam histórias de vida de militantes do movimento negro contribuindo para um estudo da percepção de uma memória significativa desse grupo em relação a memória de André Rebouças.

A representação social da memória de André Rebouças no movimento negro se divide em duas etapas: o final do século XIX até a década de 1930, período fundamental para esta dissertação, pois é um período marcado por um apagamento, um esquecimento da sua memória; e após este período até os dias atuais nitidamente uma crescente rememoração da sua história e suas ações.

4.1 A MEMÓRIA SOBRE ANDRÉ REBOUÇAS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Acima de tudo, a República foi consequência da ruptura da classe dominante através das mudanças econômicas que ocorreram a partir de 1850, configuradas durante o Segundo Reinado. Os debates que movimentaram o país em direção à

República tiveram origem na quebra da unidade de classe dominante brasileira e resultaram no exercício separado do poder econômico e político.

Com o fim da monarquia dois grupos surgiram: um representado pelo ideal modernista, composto pelas classes médias urbanas; e outro por um ideal de Brasil conservador, constituído pelas classes oligárquicas do Império.

Esses grupos são formados pelas chamadas oligarquias tradicionais dos senhores de engenho do Nordeste e dos barões do café do Vale do Paraíba (monarquistas, escravistas, decadentes), apegadas a relações de trabalho e a formas de produção antiquadas, porém, com poder político; e pelas novas oligarquias dos fazendeiros do café do Oeste Paulista que ocupava um lugar central na economia brasileira e não se estabelecia no poder político (CARVALHO, 2011).

Segundo Patto (1999), durante a República Velha, aconteceu a violação das liberdades públicas na luta pelo poder entre presidentes militares e parte da elite que precisava da autonomia dos estados, submetendo o país ao estado de guerra sempre que encontravam oposição aos interesses que representavam o regime. Podemos dizer que os “subversivos da república” (JANOTTI, 1986), como André Rebouças e seus amigos abolicionistas, foram perseguidos pelo novo regime principalmente ao tentar colocar em prática a contrarrevolução. O esquecimento de André Rebouças pode estar ligado à atuação dos fazendeiros na Proclamação da República e aos motivos que os impeliram a derrubar o regime, como a abolição da escravidão. Esta correlação, só começou a ser estabelecida pelos historiadores a partir de 1930, quando a oligarquia paulista entrou em declínio, pois até esse período, a maioria continuava a repetir as versões da história dos anos iniciais da República, prevalecendo assim a falta de lembrança desses sujeitos (COSTA, 2010).

Os fazendeiros cafeicultores que estavam ligados ao novo regime passaram a fazer críticas à Monarquia e aos sujeitos ligados ao antigo regime, não dando voz à história e às suas ações. Porém, a partir da década de 30, quando se inaugurou um novo período na história do Brasil com a urbanização, o processo de industrialização, a ascensão da classe média, a formação do proletariado, o desenvolvimento do capitalismo e, finalmente a crise da lavoura cafeeira, modificaram as perspectivas do historiador, que passou a enxergar no passado os fatos até então ignorados. Inicia-se neste período o processo revisionista da

historiografia brasileira onde os intelectuais passaram a se preocupar com as transformações sociais e políticas, ao invés de expor os acontecimentos em simples ordens cronológicas (COSTA, 2010).

4.1.1 MONARQUISTAS E REPUBLICANOS: A DISPUTA DA MEMÓRIA OFICIAL DO BRASIL E O APAGAMENTO DA MEMÓRIA DE ANDRÉ REBOUÇAS

O autor Ignácio José Veríssimo critica o esquecimento de André Rebouças pela historiografia anterior à década de 30 e responsabiliza a República pela “cal na memória daqueles que ousaram discordar da nova religião e de seus taumaturgos” e de como sendo a que “arrastando em seu bojo a gente que combateu os abolicionistas e os odiou”⁴². Por isso o nome de Rebouças, que cheirava ao ranço monárquico não foi lembrado a ninguém: era inimigo desta nova fé, morreu “em odor de pecado”⁴³.

Realmente, a historiografia que se segue após a Proclamação da República nega em grande parte os abolicionistas e as personalidades históricas relacionadas ao sistema monárquico. Somente a partir da década de 30 essas personalidades passaram a ser estudadas e biografadas, como o Barão de Mauá, o Duque de Caxias, o Visconde de Feijó, o Bernardo de Vasconcelos e o Imperador Dom Pedro II, entre outros, ganhando uma nova revisão por parte da historiografia brasileira no período republicano.

Em seu livro “Minha Formação”, Joaquim Nabuco concluiu que o movimento abolicionista, “de inspiração liberal e governamental” fora ultrapassado pelo “espírito revolucionário” fazendo uma analogia à França de 1789 que tinha como lema a liberdade e fizera cair a dinastia. E contra a queda da monarquia o movimento abolicionista brasileiro nada pudera fazer.

⁴² Ver Prefácio do livro Ignácio José Veríssimo André Rebouças através de sua autobiografia Editora José Olympio. Rio de Janeiro. 1939.p.XVII

⁴³ Idem

Com o advento da República a sua geração deixara destruir o regime liberal erigido pela geração de seu pai, com isso fizera cessar as reformas sociais para os emancipados após a abolição da escravatura. E assim, a memória dos abolicionistas sofreu com o apagamento imputado pela República.

Percebe-se que Joaquim Nabuco teve vários posicionamentos, como de reformador social em “O Abolicionismo”, defensor da monarquia em “Um Estadista”, e discreto adepto da República em “Minha Formação”, tendo a sua imagem como motivo de inspiração por políticos e acadêmicos desde o século XIX (BONAFÉ, 2008). A sua personagem representava uma grande exceção no ambiente republicano.

Interessante é perceber que três grandes nomes do abolicionismo, André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, terminaram suas vidas longe do regime republicano. Nabuco, mesmo sendo embaixador no período republicano, assumiu através desse cargo uma espécie de exílio voluntário, talvez por isso a sua memória continuasse a ser lembrada após o regime monárquico. Não sofreu tanto com o apagamento de memória realizado pelo novo regime como seus amigos abolicionistas.

Durante o regime republicano, o debate político-intelectual brasileiro ganhou nova estruturação, evidenciando duas origens. A primeira refere-se ao contexto político e aos conflitos, de como será a forma do novo governo e de seus mandatários. O movimento reformista dividiu-se em diferentes facções de republicanos e pequenos militantes monarquistas. A outra clivagem, pouco lembrada, e de visibilidade mais difícil, diz respeito ao meio social de luta entre as camadas sociais dominantes na monarquia e as que ascendiam com o novo regime.

Percebe-se que a disputa entre os republicanos e os monarquistas foi tanto simbólica quanto política (Carvalho, 1990; Lessa, 1987), Observa-se também, que a compreensão da produção intelectual da década de 1890 depende de atentar para uma mescla dessas divergências apontadas acima.

Essa produção intelectual remete a um enfrentamento, a um só tempo político e simbólico. Criando, assim, duas versões da história e da memória nacional, uma legitimando o novo *status quo*, outra defendendo o antigo regime, ressignificando, tanto uma forma de governo como um modelo de sociedade.

Mas, os republicanos conservaram a ideia de que o Império seria igual à decadência, e passaram a construir uma tradição republicana que suplantasse a imperial. Entretanto, os monarquistas se puseram a resgatar a tradição imperial, invertendo os vetores: o regime deposto virou um ápice de civilização e a República, sua ruína (ALONSO, 2009).

Com a ascensão da nova sociedade⁴⁴, o cume e o poder da hierarquia social significaram, conseqüentemente, o declínio, em poder e prestígio dos estratos sociais ligados ao Império, principalmente a velha aristocracia de proprietários de terras e obviamente, a aristocracia burocrática, que subsistia dos empregos do Estado; e da aristocracia da corte, que perdeu o seu propósito sem a existência de um rei. Essa fase marca a transição da sociedade de corte para a sociedade cidadina.

Pode-se afirmar que a nova sociedade tinha que criar regras e instituições para a nova ordem republicana e, ao mesmo tempo, criar um sistema que legitimasse o seu mando e o combate à tradição imperial e o estilo de vida da nobreza (ALONSO, 2009).

Os reformistas procuraram criar a nova república com remissões à Revolução Francesa através dos simbolismos proclamados desde a campanha republicana. A invenção de uma tradição republicana valeu-se de símbolos que espelhavam a França de 1789, através de um ideal positivista e das revoltas coloniais e regenciais sufocadas pelo Segundo Reinado. Assim surgindo e ressignificando bandeira, hinos e heróis nacionais, como Tiradentes, em alternativa aos anteriores, imperiais (CARVALHO,1990).

Essa posição dos reformistas aparece nitidamente na profusão de biografias com cunho de exaltação aos republicanos históricos, como exemplo “O perfil biográfico do Dr. Bernardino de Campos”, 1890, de Garcia Redondo, e de “A morte de Silva Jardim, ou O Vesúvio em erupção” (1891), de Virgílio Cardoso. Segundo

⁴⁴ A nova sociedade entende-se os novos grupos sociais ligados à República. Composto por uma elite dominante, representada pela burguesia rural e urbana, as classes médias aparecem com força no cenário político sem a sociedade de corte dominante no período imperial.

Alonso (2009), essas biografias surgiram incendiada pelas mortes vizinhas de Benjamin Constant e D. Pedro II, criando com veemência a disputa simbólica e de memória em torno do construtor da nação. Enquanto isso, os monarquistas publicavam elegias ao monarca deposto, como fez, por exemplo, Nabuco, (1891), os republicanos lançaram Benjamin Constant a patriarca republicano.

Tendo em vista a deslegitimação da memória do segundo reinado, promoveu-se a difusão de um nacionalismo republicano via processo educacional clássico e educação moral e cívica, voltados para formar os cidadãos republicanos. Isso era aconselhado por Sílvio Romero (Ensino cívico) e Jose Verissimo (Educação Nacional), em 1890. A Literatura também participava, em arroubos de civismo (“Contos verdes e amarelos”, de 1890, de Luís de Andrade).

Vimos portanto, que o embate entre os republicanos e os monarquistas evidencia a disputa por uma memória oficial. Os monarquistas que não aderiram à República nem emigraram, acabaram, pela força dos fatos, se aproximando na luta contra o novo regime. Existiam dois tipos de monarquistas nesse período: os monarquistas de espada, que eram os políticos, como Silveira Martins, e militares, como Saldanha da Gama, que defenderam o novo regime, pegando em armas; os monarquistas de pena, que eram os desamparados da sociedade de corte, como exemplo os membros do extinto Partido Conservador, como Afonso Taunay, Rio Branco e Eduardo Prado, e do movimento reformista, como Rodolfo Dantas, André Rebouças, Joaquim Nabuco e Afonso Celso Junior. Com a queda do Império brasileiro carreiras políticas foram dissipadas, entre elas a de André Rebouças, juntamente com a sua visão de futuro e o alicerce social. Essa união de infortúnios gerou grandes amarguras. Esses personagens da cultura aristocrática e dos salões da Corte eram filhos da elite imperial, em preparação para assumir o comando do país quando foram impedidos pelo golpe de 1889.

O esquecimento de alguns monarquistas ligados ao movimento reformista como André Rebouças, perdurou durante os anos que seguiram na nova república. O autor Ignácio José Veríssimo (1939), afirma que devido ao novo regime a historiografia anterior à década de 30 não realizou estudos ou biografias sobre esse personagem que recebeu como recompensa a “cal na sua memória”.

O apagamento de memória impetrado pela República irá refletir na memória deste personagem principalmente após a sua morte em 1898. Esse esquecimento fica evidenciado, pois antes da década de 1930 não havia nenhuma biografia sobre esse sujeito, e a partir deste período, foi iniciado pelos historiadores a revisão historiográfica do período monárquico.

4.2 A MEMÓRIA DE ANDRÉ REBOUÇAS NO MOVIMENTO NEGRO A PARTIR DA DÉCADA DE 1930 ATÉ OS DIAS ATUAIS.

A década de 1930 foi o período em que a Frente Negra Brasileira, a maior organização negra até então, surgiu em São Paulo e se disseminou por parte do país, criou escolas para seus associados e alfabetizava a população negra ao mesmo tempo em que trabalhava com o resgate da memória dos heróis negros em seu currículo escolar.

Em seus Estatutos percebe-se os seus objetivos educacionais:

Artigo III – A “FRENTE NEGRA BRASILEIRA”, como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnico-profissional e física: assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.

Parágrafo único – Para a execução do Artigo III criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esporte dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.

Diante de uma sociedade que afirmava a incapacidade do afrodescendente para a vivência bem sucedida de experiências escolares, a Frente Negra lutava pela ascensão de uma intelectualidade negra na década de 1930, já que no período Imperial existia um domínio da cultura que atingiu espaços sociais dos quais os brancos pareciam detentores absolutos deixando os negros, em sua maioria, destinados à ignorância e à falta de instrução.

A elite brasileira não via com bons olhos os ex-trabalhadores forçados e seus filhos tendo acesso à instrução (BARBOSA, 1998). Desejava que as hierarquias raciais perdurassem. Esse direito haveria de ser apenas para os filhos da elite

dominante, que estudavam nas melhores escolas do Brasil. Nesse período, manteve-se o legado da falta de formação, que perseguia a maioria da comunidade de origem africana, e muitos dos letrados viam nisso a responsabilidade exclusiva do homem negro.

Francisco Lucrécio, um dos fundadores da Frente Negra Brasileira, relatou em entrevista, na década de 1980, a Marcio Barbosa, que existia um sentimento nacionalista que se afirmava nesse grupo pelo posicionamento de respeito aos heróis negros do passado,

Nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros. (BARBOSA, 1998, p.46)

Ao analisarmos as palavras desse militante percebemos que a postura nacionalista da Frente Negra Brasileira acabou por preservar e relembrar a imagem de André Rebouças no seio do movimento negro contemporâneo. Vale destacar que a FNB sempre gozou do respeito dos militantes negros da atualidade ajudando, assim, na rememoração dos personagens negros do passado.

Percebe-se que, conforme lembra Carlos Eduardo Dias Machado (2009), os jornais da época como “A voz da Raça”, “O Clarim D’Alvorada” e o “Progresso” cumpriam o objetivo de elevação da autoestima do negro, que muitas vezes fora abandonado pelas famílias, pois não conseguiam cumprir esse papel, dada a herança da escravidão presente na memória coletiva e do período de liberdade republicana sem políticas eficientes de proteção e estímulo.

Queremos apenas, cerrar fileiras no desenvolvimento moral e intelectual da grande raça negra. [...] Não há quem não saiba de sobre o que a família negra, desde os tempos primordiais até os nossos dias tem saído homens de valor incontestável, tanto no campo espinhoso das letras, como na arena

gloriosa da política. Mas, no entanto, para chegarmos ao fim de que vimos hoje tratando, é necessário que desfolhemos boas bibliotecas, fundemos cursos de reputado valor e enfrentemos com coragem as dificuldades que se antepuserem. Feito isto, estamos certos de que a inteligente raça negra triunfará facilmente no terreno intelectual.⁴⁵

É possível perceber que as tentativas de valorização do negro veiculadas nos jornais funcionaram, naquele cenário, como uma habilidade de afirmação do indivíduo negro que labutava por dignidade e melhores condições e espaço na sociedade.

Como observado no primeiro e terceiro capítulos desta dissertação, as teorias eugenistas e racistas consideravam os negros como resistentes ao progresso, sem história, e até mesmo animais e ignorantes. A sociedade tinha no seu imaginário social essas percepções e os condenavam a uma posição de inferioridade em relação ao mundo.

A escola da FNB desenvolvia o programa oficial estabelecido pelo governo e apresentava nas festas de encerramento do ano letivo, os resultados obtidos⁴⁶. Porém, percebeu-se que o seu projeto educacional com características específicas, seguindo a orientação da administração pública nacional, resignificava, à seu modo, os conteúdos e as práticas pedagógicas, unindo a questão nacional à construção de uma identidade étnico-racial positiva (ARAÚJO,2007; MACHADO, 2009).

Isso fica evidente na construção de uma identidade negra que foi representada na valorização as datas históricas como o 13 de maio e as homenagens aos heróis negros e brancos ligados à causa negra. Procurava rememorar e valorizar os notáveis: Zumbi, Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Castro Alves, Mãe Preta, Princesa Isabel, Visconde do Rio Branco, Antônio Bento e assim por diante (MACHADO, 2009).

⁴⁵ A Voz da Raça, 17/06/1933 p.4

⁴⁶ A escola da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937), p. 6. Disponível em: < <http://www3.fe.usp.br/secoes/semana08/completos/sessoes/mlpa.swf> >. Acesso em 02 de Julho de 2014

A despeito dessas ações, a escola da Frente Negra tentava demonstrar no resgate do heroísmo do passado, um modelo a ser seguido, na adoção de práticas pedagógicas, tinha um viés racial com ênfase na identidade negra positiva, estimulava a ideia de solidariedade objetivando a união dos negros e promovendo a inserção do mesmo na sociedade brasileira. Fica claro que na década de 1930 ressurgiu a memória de André Rebouças na memória coletiva dos militantes da FNB, mesmo na tentativa da República Velha em seus anos iniciais de realizar um apagamento de memória dos monarquistas abolicionistas. A Frente Negra Brasileira entendia e acreditava que a escola tinha o papel de mediador das desigualdades, por isso, se empenhava em rememorar os heróis negros na tentativa de torná-los símbolos na luta histórica contra o racismo e a desvantagem social.

Com sua extinção, em 1937, finda-se os objetivos desse grupo. Somente a partir da década de 1970 o movimento surge com novas formas de atuação política, de propósito e produção acadêmica, como já foi verificado no terceiro capítulo. Diferentemente da abordagem que se concentra nos estudos das relações raciais dos anos 60, os estudos das décadas seguintes possuem novas indagações e expectativas. Nesse período a maior parte das produções acadêmicas faz revisões críticas dos estudos das relações raciais, especialmente no tocante ao movimento negro. Essas mudanças não ocorreram de qualquer maneira nem de forma repentina, antes, as modificações apareceram aos poucos, tornando-se mais efetivas e consolidadas na medida em que as ações do movimento social tornavam-se mais concretas, mais visíveis e isso levou quase uma década para ser incorporado pela literatura (RIOS, 2008).

Observa-se que o cenário político nacional foi propício para o surgimento de novos movimentos sociais a partir década de 1970, momento da ditadura militar no Brasil, esses grupos surgem como forma de contestação ao sistema político vigente e na luta pelos direitos dos cidadãos. Boschi (1987), afirma que esses novos movimentos sociais são entendidos como sujeitos coletivos que forjam uma identidade até então reprimida pelo momento político, pressionado por formas novas e mais amplas de participação. Esses movimentos sociais apresentam heterogeneidade até mesmo nas suas propostas de reivindicações. São

caracterizados pela ação coletiva que se desenvolve fora dos canais existentes de acesso ao Estado, como partidos políticos ou movimentos sindicais.

Essa estratégia fica mais difícil à medida que o perfil do ativismo afro-brasileiro se torna mais complexo e socialmente heterogêneo. Também é possível dizer que algumas de suas organizações têm maior influência e visibilidade do que outras no cenário nacional. Com o embate desses grupos pela memória oficial brasileira observa-se um acontecimento de rememorações dos heróis negros que vieram à tona nesse cenário.

Diversos grupos se organizaram em todo o país a partir da década de 1970, período, como já observamos, de maior surgimento desse tipo de movimento social, devido ao panorama político brasileiro. No Rio Grande do Sul, surge o “Grupo Palmares”, no interior de São Paulo, “Evolução de Campinas” fundado por Thereza Santos e Eduardo Oliveira e Oliveira, em 1971 e o “Festival Comunitário Negro Zumbi” (FECONEZU), que existe desde 1978 até os dias atuais, na capital paulista o “Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros” (IPEAFRO), fundado por Abdias do Nascimento, em 1980, no seu retorno do exílio, no Rio de Janeiro o “Instituto de Pesquisa de Cultura Negra” (IPCN), a “Sociedade de Estudo de Cultura Negra no Brasil” (SECNEB), a “Sociedade de Intercâmbio Brasil África” (SINBA), e o Grupo de Estudos André Rebouças.

Porém, optei por investigar essas formas de estruturas de mobilização, que é expressiva para o movimento negro atual, e em seguida analisando as marchas de protestos em que é possível observar a pluralidade desse movimento e como a memória dos heróis negros são alavancadas no auxílio por reivindicações e direitos.

Até este período, com algumas exceções, os negros não podiam expor sua voz na luta pelo reconhecimento de sua participação na sociedade. Apesar do momento político brasileiro, esses grupos conseguiram se estruturar através de uma militância baseada na afirmação e recuperação de uma identidade cultural negra (RATTS, 2006).

Não chega a ser exagero afirmar que entre 1888 e 1970, com raras exceções, o negro brasileiro não pôde expressar-se por sua voz na luta pelo reconhecimento de sua participação social. Soa interessante que tal expressão vem a acontecer num momento em que o país estava sufocado

sob uma forte repressão ao livre pensamento e à liberdade da reunião. Este era o momento dos anos 70. Talvez por ser um grupo extremamente submetido e que não oferecia um imediato perigo às chamadas instituições vigentes, os negros puderam inaugurar um movimento social baseado na verbalização ou discurso veiculado à necessidade de autoafirmação e recuperação da identidade cultural. (RATTS, 2006, P.123)

Verificou-se que nesse momento há um resgate da significação e memória de André Rebouças no movimento negro evidenciado através da criação do “Grupo de Estudos André Rebouças”, em 1974, nome dado em homenagem ao intelectual e abolicionista, tema desta dissertação.

Maria Beatriz do Nascimento (1942-1995), professora, poeta, ativista negra contemporânea, foi quem criou, juntamente com alguns militantes do movimento negro esse grupo. Deu continuidade a uma intensa atividade acadêmica e ativismo em pleno regime militar, através da tentativa de organização de um grupo de estudos para realizar a discussão da temática racial na academia e na educação em geral. O “Grupo de Trabalho André Rebouças” (GTAR), formou-se como uma iniciativa de acadêmicos negros, homens e mulheres, dos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Química e Física para buscar espaço de organização na Universidade e de ampliação da abordagem da questão étnico-racial (RATTS, 2006).

O GTAR tinha os seguintes propósitos:

1. Introduzir gradualmente na Universidade créditos específicos sobre as relações raciais no Brasil, principalmente nos cursos que abrangem a área das Ciências Humanas;
2. Tentar uma reformulação no programa de Antropologia do Negro Brasileiro, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF;
3. Atualizar a bibliografia no que diz respeito ao assunto, adotado pelo corpo docente e discente;
4. Estabelecer contato entre professores que desenvolvem teses sobre as relações raciais fora da UFF com o corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. (RATTS, 2006, p.37)

Maria Beatriz Nascimento tornou-se orientadora do grupo na UFF (Universidade Federal Fluminense), em maio de 1975, após um grupo de alunos organizar a “Primeira Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na

Formação Social Brasileira”, no Instituto de Ciências Humanas de Filosofia da referida Universidade.

Para Nascimento (1974), a história do negro brasileiro deve ser entendida não somente através da academia, mas por ele mesmo através de sua história de vida.

Não podemos aceitar que a História do Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática. (NASCIMENTO.1974.P.44)

A autora, na Conferência Historiografia do Quilombo, em 1977, expõe o seu incômodo com a postura da academia em sempre estudar o negro enquanto escravo e nunca ressaltar os grandes nomes da história negra,

Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra pra fazenda e pra mineração. (NASCIMENTO, 1989 apud RATTS, 2006, 41).

A outra instituição importante é o Geledés – Instituto da Mulher Negra fundado em 1988. É uma organização política de mulheres negras que tem por objetivo a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral. O instituto se posiciona contra todo o tipo de discriminação que restringe a plena cidadania e os direitos.

É possível perceber que essa instituição soma-se aos demais movimentos negros na luta contra a discriminação racial e defende políticas de ações afirmativas como forma de inserção do afrodescendente na sociedade. Essa instituição negra tem atualmente em seu portal, na internet, a rememoração dos heróis negros do presente e do passado, e tem na figura de André Rebouças um dos heróis. Isso evidencia que a sua história e vida foram importantes para a construção da identidade desse movimento negro feminista.

Em outro momento, a figura de Rebouças aparece na década de 1990 no seio do movimento negro através das marchas noturnas realizadas em São Paulo. Nessas marchas, busca-se dar vivacidade à memória negra em retalhos, costurada pelos militantes e carregada de sentimentos e significados para o coletivo político e, especialmente, para cada indivíduo envolvido na mobilização.

Percebe-se a importância das marchas, pois em pesquisa no livro “Lideranças Negras” e “Histórias do Movimento Negro no Brasil”, diversas militâncias afirmam que este é um período que marca o movimento negro. Uma dessas personagens, Sueli Carneiro, afirma:

Acho que, depois do centenário da abolição, das ações, das marchas que fizemos por conta do centenário, a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, de 1995, foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo. Acho que foi um momento também emblemático, em que nós voltamos para as ruas com uma agenda crítica muito grande e com palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar condições de vida da nossa gente.⁴⁷

Edson Cardoso, outro militante que foi integrante do MNU, afirma que a Marcha de 1995 foi muito importante, sendo caracterizada como histórica para o movimento negro; contudo, tiveram diversas dificuldades para construir este momento. Assim relata: “Hoje todo mundo fala que a Marcha de 1995 foi um momento histórico. Mas quem fez esse momento, as pessoas que dele participaram sabem bem o quanto se fez para evitar esse momento histórico”.⁴⁸

Chamamos a atenção para o papel desempenhado também pela Marcha Noturna pela Democracia Racial (1997-2008). Esse protesto acontece em São Paulo desde 1996, no dia anterior ao 13 de maio: uma caminhada de cerca de duas horas pelo centro de São Paulo, partindo da Igreja Nossa Senhora da Boa Morte até chegar à Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Segundo Rios (2008), pesquisadora do tema sobre institucionalização do movimento negro, relata que com o passar dos

⁴⁷ Ver depoimento de Sueli Carneiro concedido a Alberti e Pereira, 2007, p.345

⁴⁸ Ver depoimento de Edson Cardoso concedido a Alberti e Pereira, 2007, p.342

anos, além dos tradicionais cartazes, a marcha acrescentou imagens impressas em banners. Esses heróis foram erigidos pelos ativistas como forma de bandeira identitária em oposição a uma narrativa que tenta negar essas figuras históricas como os abolicionistas André Rebouças, José do Patrocínio, Antônio Bento, Luís Gama - e de líderes de revoltas do Brasil escravagista – como Zumbi e Luiza Mahim - são particularmente reverenciadas. Esses últimos figuram no repertório do movimento como grandes heróis da resistência negra da escravidão.

Observa-se que, nesse período, a luta social do movimento negro contemporâneo tenta imprimir um novo significado à ideia de Brasil e a história oficial do país torna-se objeto de litígio. No tempo presente, busca-se narrativa do passado, relatada para legitimar as pautas de reivindicações sociais no cenário público nacional. Percebe-se que existe uma pequena reminiscência da figura de André Rebouças no movimento negro brasileiro principalmente a partir da década de 1930 até os dias atuais. Porém, ainda existe a necessidade de mais produções acadêmicas sobre esse intelectual negro.

Nas pesquisas realizadas através dos livros “Lideranças Negras”, de Marcia Contins e “Histórias do Movimento Negro do Brasil”, de Verena Alberti e Amílcar Pereira, ambos de entrevistas com militantes negros, que serviram como auxílio a essa dissertação, trazendo contribuição através dos relatos das militâncias para narrar diferentes momentos na história do movimento negro, verificamos que, no que tange a lembrança de André Rebouças não foi observada nenhuma menção a sua memória. O silêncio em relação a esse personagem evidencia que até os dias atuais o apagamento de memórias realizado pelos primeiros republicanos continua influenciando este grupo social não permitindo uma rememoração significativa desta figura no movimento negro.

5 CONCLUSÕES E TRABALHOS FUTUROS

5.1 INTRODUÇÃO

Apesar da tentativa do governo da República Velha em realizar o apagamento da memória desse personagem no final do século XIX e início do século XX, nesta dissertação, foram levantadas as evidências flagrantes desse processo, o qual se observava nas formas dos debates em torno da memória que constituía na busca pelo poder, realizados entre republicanos e monarquistas, nesse período.

Fica notório que a década de 1930 foi decisiva para o surgimento de novas produções biográficas e historiográficas que farão ressurgir a imagem de André Rebouças no cenário nacional, dando destaque a sua atuação como engenheiro e abolicionista. A participação do movimento negro através da FNB trouxe uma pequena ressignificação da imagem dos heróis negros, dentre eles André Rebouças, mostrando que a sua história possui pouca representação para o movimento negro daquele período.

É importante entender que através desta dissertação, observou-se um Rebouças assimilado que se identificava cada vez mais com a elite da Corte e que, num primeiro momento não apresentava nenhuma identificação com a causa da abolição, mas no final do século XIX se lança a ela e se destaca como um dos poucos abolicionista que pensa para além da libertação do negro, pensando a situação social do liberto após a escravidão. Acredito que esse intelectual negro não conseguiu fugir de um sistema simbólico dominante, no qual estava imerso. Ele buscava não apenas sua constituição, mas o compromisso e a afirmação de verdades que nunca deixam de ser parciais de uma elite dominante. A sua crença de que a República jamais conduziria as reformas que foram militadas por ele no regime monárquico, fez com que sua postura de realizar a contrarrevolução o tornasse odiado pelos republicanos a ponto de ter o seu nome apagado pelos primeiros anos desse novo regime. Para ele, esse novo sistema de governo jamais faria uma Reforma Rural, o país teria perdido a chance de eliminar o latifúndio e

realizar um processo de democratização do solo, distribuindo terras para os negros libertos.

Mesmo Rebouças realizando muito pela causa negra a sua memória no movimento aparece somente em determinados momentos históricos, como também em determinados grupos, como o Grupo André Rebouças na década de 1970, e atualmente no portal Geledés. Nas narrativas dos livros trabalhados nesse estudo com entrevistas dos militantes negros não foi apontada nenhuma referência a sua memória.

5.2 CONCLUSÕES

Conclui-se que, após as pesquisas realizadas e apresentadas ao longo deste trabalho, atualmente existe pouca representação social significativa de André Rebouças no movimento negro, não consta uma devida percepção da sua história e de seu significado para esse grupo, pois, poucas vezes se manifestou o desejo de rememorá-lo juntamente aos heróis negros do passado. Apesar de em determinados momentos, nas marchas em protestos contra o racismo e injustiças sociais, cartazes com sua figura são agitados e ter seu nome presente no panteão dos heróis negros, isso demonstra apenas uma pequena reminiscência dos militantes que também foi manifestada no desejo de um meio acadêmico aberto às questões raciais.

Um importante elemento que deve ser levado em consideração é que o movimento negro não deve ser entendido isoladamente sem o seu contexto histórico e social de lutas, verifica-se que durante a década de 1970, mesmo diante do regime de repressão, os diversos grupos sociais afro surgem para contestar a situação social do negro, confirmando que a luta pela igualdade racial e contra o racismo fora a marca desse movimento, assim, mostrando que em diversos momentos mudaram a sua forma de atuação mediante o cenário político brasileiro.

E essa mudança de atuação em relação ao cenário político brasileiro influenciou a escolha da memória das personalidades negras a serem alavancadas pelo movimento negro. Citamos como exemplo a memória e história de Zumbi dos Palmares, sendo ressignificada pelo movimento negro como bandeira de atuação

política mediante um cenário de contestação e reivindicações, principalmente através das primeiras marchas negras. Contudo, a figura de Rebouças somente passa a surgir em alguns momentos como um homem negro de destaque neste movimento, como já observamos. Concluímos que a campanha republicana de ódio aos monarquistas e os diferentes momentos históricos e sociais do movimento negro foram fatores determinantes para que a figura de André Rebouças ainda continuasse relegada a uma pequena reminiscência.

5.3 TRABALHOS FUTUROS

A essa altura, estou ciente das limitações deste estudo aberto a críticas. Contudo, o objetivo principal foi identificar a representação social de André Rebouças. Por isso o percurso realizado nesta pesquisa, permite considerar que o esquecimento observado em alguns momentos a partir dos livros, jornais e artigos utilizados desse personagem no movimento negro brasileiro, mostra que a atitude dos primeiros governos republicanos em realizar a política de apagamento de memória, ainda reflete até os dias atuais. Por isto, esta dissertação espera contribuir para não deixar enterrada a história dos vencidos, abrindo caminhos para mais estudos relacionados ao tema desta dissertação, pois, assim como André Rebouças outros personagens continuam esquecidos e apagados na memória social do movimento negro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. (Org.) ; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.) . **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

ALBURQUERQUE, Wlamira R. **O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil** . São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 140-194.

ALONSO, Angela. **Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana**. no.85. São Paulo: Novos estud. – CEBRAP, 2009.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPIAH, Kwane Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Márcia. A escola primária da Frente Negra em São Paulo (1931-1937). In: OLIVEIRA, I; AGUIAR, M. Â. da S; SILVA, P. B. G; OLIVEIRA, R. (Orgs.) **Negro e Educação 4: Linguagens, resistências e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa; ANPED, 2007.

BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira: Depoimentos**. São Paulo, Quilombhoje, 1998.

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de São Paulo**. In: BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p.129 – 156.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998

BONAFÉ, Luigi. **Como se faz um herói republicano. Joaquim Nabuco e a república**. Rio de Janeiro. 2008. 287 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2008.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação :Política de base e Democracia no Brasil**. São Paulo, SP, Brasil : Vértice ; [Rio de Janeiro] : Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil,1989.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **A construção nacional 1830-1889**, volume 2. Rio de Janeiro : Objetiva, 2012.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. 2^a.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. **Da monarquia a República: momentos decisivos**- 9^a ed.- São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **A abolição**. 9^a ed.- São Paulo: editora UNESP, 2010.

CONTINS, Marcia. **Lideranças Negras**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**, Petrópolis Vozes, 1981.

DEGLER, Carl N. **Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States**, Madison, WI: University of Wisconsin, 1971.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. [s.l.]: Tempo. 2007.

_____. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**. Topoi, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, p. 380-384.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. [s.l.]: Martins fontes. 2007.

FANON. Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora. Ed: UFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: ed. Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **O lugar do negro**. Rio de Janeiro . Ed. Ponto Zero, 1982

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001. 432 p.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES , Flávio. “**No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)**”. In: Estudos Afro-Asiáticos , n. 21, Rio de Janeiro, Candido Mendes, 1999.

_____. **Negros e política** . Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias e símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Civilização Brasileira**. Cadernos do cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 2002.

_____. **Cidadania e retóricas negras de inclusão social**. Lua Nova, São Paulo, 85: 13-40, 2012.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo :Centauro,2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 11. Ed.- Rio de janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações**. Organização Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e Poder. Movimento Negro no Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro, EdUERJ/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HARRIS, Marvin. Race Relation in Minas Velhas, a Community in the Mountain Region of Central Brazil. In: WAGLEY, Charles (ed.) **Race and Class in Rural Brazil**: 47-81. Paris: Unesco, 2010.

HINTZEN, Percy C. Diáspora, globalização e políticas de identidade. In: SANTOS, Renato Emerson dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na Geografia do Brasil. – 2ª ed.- Belo Horizonte: editora Gutenberg, 2009. P. 53 – 71.

HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra: 2000.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo . Editora Brasiliense,1986.

JELIN, Elizabeth . **Los trabajos de la memoria**.Madrid. Siglo XXI de España editores, 2002.

JESUS, M. G. **Negro, porém republicano**: investigações sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918). São Paulo. 2010. 115 F. Dissertação (Mestrado em Sociologia Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, 2010.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças**: reforma e utopia no contexto do segundo império: quem possui a terra possui o homem. Rio de Janeiro. Editora Odebrecht. 2001.

LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **O sortilégio da cor**. Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Rio de Janeiro. In: 3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro – RJ. *Anais do III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação*: Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

LEITE, José Correia Leite. ... **E disse o velho militante José Correia Leite**. Organização e textos de Luiz Silva. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2003.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. São Paulo, 2009. 154 F. Dissertação (Pós-graduação em História Social). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Negro e racismo. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, v. 68 nº. 7, p. 65-68, 1974.

MATOSO, Kátia M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

MATTOS, Hebe. **“Das cores do silêncio: Racialização, memória do cativo e cidadania no Brasil”**. Paper apresentado no V Congresso europeu CEISAL de latinos americanistas em Bruxelas, 2007

MENDONÇA, Lúcia F. M. **Movimento Negro: Da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica**. São Paulo, 1996. 120 F. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – FFLCH, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. I. Progresso Editorial, S. Paulo, 1947.

NASCIMENTO, Abdias do e NASCIMENTO, Elisa Larkin. “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997”. In GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra: 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Laiana Lannes. de. **A Frente Negra Brasileira: Política e Questão Racial nos anos 1930**. Rio de Janeiro, 2002. 102f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

Passo recibo (réplica a Teófilo Braga). Prefácio e Direção Augusto Franco. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado. **Ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. Estudos Avançados vol.13 no.35 São Paulo Jan./Abr. 1999

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Rio de Janeiro, 2010.268 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal fluminense. 2010.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O “atlântico negro” e constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Perseu . Nº 1, Ano I, 2007. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_Amilcar%20Araujo.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014.

PIERSON, Donald. **Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia**. Carbondale and Edwardsville, IL: Southern Illinois University Press. 1967.

POLLAK, Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3: [s.n.], 1989.

_____. Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10: [s.n.], 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMOS, Jair Souza. **Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. pp. 59-822.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento**. São Paulo, Instituto Kuanza, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: [s.n.], 2006.

REBOUÇAS, André, **A Questão do Brasil: Cunho Escravocrata do Atentado Contra a Família Imperial**, p1,2 . Lisboa 1889..

REBOUÇAS, André. **Abolição imediata e sem indenização. Publicação do Panfleto na Confederação Abolicionista**, Rio de Janeiro, nº1 de 1883.

REIS, J. J. ; SILVA, E. . **Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v. 1.

- RIO, Flávia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil**. São Paulo, 2008. 168 f. Dissertação (Pós-graduação em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, 2008
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010
- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**; Tomo I. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- _____. **História da literatura brasileira**. 6ª ed. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- SANTOS, Sydney M.G. dos. **André Rebouças e seu tempo**. Rio de Janeiro , Vozes 1985.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento negro e crise brasileira. In: **Política e Administração**, Vol.2. Julho- Setembro de 1985.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**, 2.ed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993
- _____. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil**: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia, 18, 77-101, [s.l.]: [s.n.], 1996.
- SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In L. K. M. Schwarcz (Org.), **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea (pp. 173-244). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. **Os paradoxos da miscigenação**. Estudos Afro-Asiáticos, v.20:165-185, [s.l.]: [s.n.], 1991.
- _____. Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 41-58.
- SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011. 182 p
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SPITZER, Leo. **Vidas de Entremeio: Marginalização e Assimilação na Áustria, no Brasil e na África Ocidental**. 1780-1945. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

SOARES DO BEM, Ariam. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação e Sociedade** vol.27 no.97 Campinas Sept./Dec. 2006.

TELLES, Edward E..**O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press. 2004.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social**, São Paulo, 2004. 326f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2004.

VERÍSSIMO, Ignácio José. **André Rebouças através de sua autobiografia**. Editora José Olympio. Rio de Janeiro, 1939.

WAGLEY, Charles. **Introduction to Race and Class in Rural Brazil**. Paris: UNESCO, 1952.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Thomaz T. da. (org.) 9, ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FONTES PRIMÁRIAS: DIÁRIOS E CORRESPONDÊNCIAS

REBOUÇAS, André. **Diário de André Rebouças de 9 de Julho de 1873**. Vol.15, Recife: Arquivo André Rebouças, Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/jn_memoria_do_mundo_fbn.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Diário de André Rebouças de 27 de Julho de 1883**. Arquivo André Rebouças, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, IHGB.

_____. **Diário de André Rebouças de 19 de Junho de 1889**. Vol. 19, Recife: Arquivo André Rebouças, Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/jn_memoria_do_mundo_fbn.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Diário de André Rebouças de 05 de Novembro de 1889**. Vol. 19, Recife: Arquivo André Rebouças, Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/jn_memoria_do_mundo_fbn.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Carta para Joaquim Nabuco, datada de 3 de Outubro de 1890.** Vol. 1. Arquivo. Registro de Correspondência. Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/jn_memoria_do_mundo_fbn.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Carta de André Rebouças para Joaquim Nabuco, Lisboa, 24 de outubro de 1890.** Vol. 1. Arquivo Registro de Correspondência. Fundação Joaquim Nabuco. Fundaj. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/jn_memoria_do_mundo_fbn.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Carta para Alfredo d'E Taunay de 9 de fevereiro de 1894.** Vol. 7. Arquivo Registro de Correspondência. Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/jn_memoria_do_mundo_fbn.pdf. Acesso em: 02 jun. 2014.